

Luísa Daniela Moreira Adelino

Planeamento Turístico em Miranda do Corvo

Contributo de uma Análise Geográfica



Departamento de Geografia
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Coimbra

2010

Luísa Daniela Moreira Adelino

Planeamento Turístico em Miranda do Corvo

Contributo de uma Análise Geográfica

Relatório de Mestrado em Geografia Humana (Ordenamento do Território e Desenvolvimento), no âmbito do Estágio realizado na Câmara Municipal de Miranda do Corvo, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob orientação do Professor Doutor Paulo Manuel de Carvalho Tomás.

Departamento de Geografia
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Coimbra

2010

Índice de Figuras

	<i>Página</i>
Figura 1: Síntese de alguns factores que contribuíram para a transformação de áreas rurais	17
Figura 2: Exemplo de cartografia representativa das áreas de montanha	24
Figura 3: Exemplo de cartografia representativa das áreas de montanha	26
Figura 4: Enquadramento geográfico do concelho de Miranda do Corvo	40
Figura 5: Estado de conservação dos cursos de água	42
Figura 6: Variação da população por freguesia em Miranda do Corvo, entre 1991 e 2001	48
Figura 7: Pirâmide etária de Miranda do Corvo	50
Figura 8: População empregada por sector de actividade (CAE REV. 3) em 1991 e 2001	51
Figura 9: Importância relativa da população que entra e que sai no concelho em 2001	52
Figura 10: Movimentos pendulares (interacções concelhias superiores a 200 habitantes), 2001	52
Figura 11: Aldeia do Gondramaz	62
Figura 12: Aldeia do Cadaval	63
Figura 13: Espaço natural na envolvente da Sr. ^a da Piedade de Tábuas	66
Figura 14: Pormenor do interior da Loja do Sr. Falcão	70
Figura 15: Pormenor do percurso pedestre acessível do Gondramaz	74
Figura 16: Centro de BTT do Gondramaz	76

Índice de Quadros

	<i>Página</i>
Quadro 1: Espécies arbóreas existentes no concelho de Miranda do Corvo	43
Quadro 2: Espécies arbustivas e herbáceas do concelho	44
Quadro 3: Espécies de fauna existentes no concelho	45
Quadro 4: População residente no Pinhal Interior Norte, entre 1960 e 2001, por concelho	49
Quadro 5: Síntese da análise SWOT feita ao concelho de Miranda do Corvo	57
Quadro 6: Festas religiosas de Miranda do Corvo	61
Quadro 7: Feiras/eventos do concelho de Miranda do Corvo	72

Índice Geral

	<i>Página</i>
Agradecimentos	3
Resumo	4
Abstract	5
1. Introdução	6
2. Turismo, planeamento e desenvolvimento sustentável	8
2.1. Os pilares fundamentais do desenvolvimento sustentável	10
2.2. O turismo como caminho para o desenvolvimento dos territórios de baixa densidade: as áreas de montanha	15
2.2.1. Tendências evolutivas do turismo e dos turistas	15
2.2.2. Significado actual do turismo	17
2.2.3. Os territórios de baixa densidade inseridos em áreas de montanha	21
2.2.3.1. Políticas públicas de apoio financeiro	28
2.3. A importância do planeamento turístico	34
3. Caminhos para o desenvolvimento do turismo – Análise do concelho de Miranda do Corvo	39
3.1. Retrato territorial do concelho	39
3.1.1. Enquadramento e características geográficas	39
3.1.2. A organização do espaço e as dinâmicas demográficas e geo- económicas	46
3.1.3 Análise SWOT	53
3.2. Recursos e Produtos turísticos	58
3.2.1 Dos recursos...	58
3.2.1.1 Património cultural	59
3.2.1.1.1. Património material	59

3.3.1.1.2. Património imaterial	64
3.3.1.2. Património natural	66
3.3.1.3. Equipamentos e infra-estruturas de apoio à actividade turística	67
3.3.1.4. Agentes locais de dinamização cultural	71
3.2.2 ... aos produtos turísticos	72
3.3. Estratégias e planos para o Turismo em Miranda do Corvo: criar novas centralidades	76
3.3.1. Antes de 2000	76
3.3.2. Depois de 2000	82
3.3.3. Projectos para o futuro	84
4. Conclusão	90
Referências bibliográficas	94
Anexos	101
Anexo 1: Figura I – Recursos turísticos do concelho	102
Figura II – Equipamentos de apoio ao turista	103
Figura III – Quinta da Paiva	104
Figura IV – Sistema urbano e acessibilidades em Portugal	105
Anexo 2: Documento I – Canções de roda	106
Documento II – Lendas de Miranda do Corvo	107
Documento III – Jogos tradicionais	110
Índices	113
Índice de Figuras	113
Índice de Quadros	114
Índice Geral	115

Agradecimentos

Ao Professor Doutor Paulo Carvalho, à Exma. Presidente da Câmara Municipal de Miranda do Corvo, Doutora Fátima Ramos, à Doutora Ana Patrícia Cortês, à Arquitecta Ana Figueiredo, à Doutora Fátima Ferreira, à D. Dulcina Fernandes, à D. Olga, à Susana, ao Jorge, aos funcionários do Gabinete Técnico Local de Miranda do Corvo, aos meus pais e a todos aqueles que, mais do que colegas, sinceros amigos, tornaram este relatório uma realidade dando um bocadinho do seu tempo esclarecendo dúvidas, fazendo sugestões e apontando caminhos...

O meu muito obrigado!

Resumo

Apresentado como um possível caminho para o desenvolvimento territorial, o turismo é um sistema complexo cujo funcionamento equilibrado depende do funcionamento de um variado conjunto de outros sistemas que têm de ser compatibilizados entre si.

As tendências evolutivas do turismo em Portugal (e na Europa) revelam o crescimento relativo de modalidades que configuram novas escolhas geográficas, como por exemplo as que valorizam o campo, os planos de água e as áreas de montanha.

Os novos produtos destinados a captar segmentos específicos da procura turística, são também uma oportunidade para requalificar e revitalizar os territórios, e melhorar a qualidade de vida das populações.

Neste contexto emergiu um novo tipo de turista, mais activo e participativo, com interesses mais diversificados, mais informado e exigente.

As áreas rurais localizadas em ambientes de montanha oferecem uma base de recursos diversificados e de extrema importância para o desenvolvimento de actividades turísticas, que lhes conferem um lugar de destaque no panorama dos destinos turísticos actuais. Contudo, estes territórios, fruto das especificidades que lhes são inerentes, apresentam muitas fragilidades.

Se por um lado o turismo pode criar novas oportunidades, também é gerador de problemas. Deste modo, o planeamento turístico adquire uma especial importância no desenvolvimento destes territórios.

O concelho de Miranda do Corvo é um exemplo interessante para analisarmos como têm vindo a ser levadas a cabo as iniciativas de carácter turístico. Após uma contextualização geral deste território, procedemos à identificação dos seus pontos fortes, fracos, ameaças e oportunidades, apresentamos um levantamento dos recursos e produtos turísticos e, por último, fazemos uma análise das estratégias e planos para o turismo em Miranda do Corvo, através de uma análise retrospectiva e da apresentação dos planos a implementar num futuro próximo.

Abstract

Tourism, which is presented as a potential route to territorial development, is nonetheless a complex system that requires the proper functioning of a varied set of other, mutually compatible, systems if it is to work in a balanced manner.

Tourism in Portugal (and elsewhere in Europe) is tending to grow in terms of new geographical choices, with visitors opting for the countryside, bodies of water and mountainous regions.

New products, designed to attract specific segments of the tourist market, also offer the chance to regenerate and revitalise territories and improve the quality of life of their populations.

A new kind of tourist is thus emerging, one who is more active and participative, with a wider range of interests, better informed and more demanding.

Rural areas in mountain regions offer a base of varied resources that are highly important for the development of tourist activities and which give these areas prominence in the panorama of today's tourist destinations. But these territories exhibit many weaknesses which are due to their particular specificities.

And while tourism can create new opportunities it can also engender problems. Tourist planning therefore acquires special relevance in the development of these territories.

The municipality of Miranda do Corvo is an interesting example for study, since it has been undertaking a number of tourism initiatives. First the territory is generally contextualised and then its strengths, weaknesses, opportunities and threats are

characterised. Its resources and tourist products are then surveyed, and finally the strategies and plans for tourism in Miranda do Corvo are examined in a retrospective analysis and a description of schemes to be implemented in the near future.

1. Introdução

O presente relatório foi elaborado no âmbito de um estágio profissionalizante, com a duração de seis meses, realizado na Câmara Municipal de Miranda do Corvo.

O estágio incidiu essencialmente na execução de tarefas e produção de cartografia, recorrendo aos Sistemas de Informação Geográfica, a fim de colmatar a grave falta de recursos humanos nesta área. Foram vários os projectos levados a cabo, nomeadamente a cartografia do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, do Plano Operacional Municipal, a criação de uma base de dados dos números de polícia e toponímia do concelho e, por fim, a revisão do Plano Director Municipal.

Como estas tarefas eram de carácter essencialmente prático e como a sua execução não implicava uma reflexão teórica em termos de planeamento e ordenamento do território, decidimos iniciar uma investigação científica, em paralelo com as referidas tarefas, para aprofundar conhecimentos relativamente ao planeamento do turismo.

Se nas últimas décadas as áreas rurais inseridas em ambiente de montanha foram consideradas como territórios repulsivos devido às dificuldades impostas pelas montanhas, que levaram a uma redução significativa da população residente, acabando por originar uma desarticulação das economias locais, nos últimos anos estes territórios passaram a ser vistos como áreas atractivas, devido essencialmente à patrimonialização de novas marcas culturais, à evolução do perfil dos turistas e das políticas de desenvolvimento. O turismo é assim frequentemente apresentado como um dos caminhos para o desenvolvimento destas áreas fragilizadas.

Deste modo emergem novas oportunidades para estas áreas, tais como a preservação do património cultural e natural (fauna e flora), a diversificação da economia e a construção/recuperação de equipamentos. Em suma, a melhoria da qualidade de vida das populações locais.

Face à inexistência de uma política nacional dedicada em exclusivo às áreas de montanha e a desarticulação das iniciativas levadas a efeito por várias entidades intervenientes nestes territórios, a outra face da moeda revela risco um elevado de conflitos entre as comunidades autóctones resistentes e os novos actores e também se verificam dificuldades no que toca à preservação dos diferentes tipos de património local, quer cultural, quer natural.

Neste âmbito, no presente relatório pretendemos enfatizar a importância do planeamento do turismo em áreas de montanha, nomeadamente no concelho de Miranda do Corvo, através da reflexão sobre as seguintes questões:

- O desenvolvimento sustentável e os seus pilares fundamentais;
- A definição e delimitação das áreas de montanha de Portugal Continental;
- A identificação das especificidades e fragilidades das áreas rurais inseridas em ambiente de montanha;
- A compreensão da importância actual do turismo nestas áreas, nomeadamente os seus benefícios e perigos;
- O conhecimento dos pontos fortes, fracos, ameaças e oportunidades do concelho de Miranda do Corvo;
- O levantamento dos recursos e produtos turísticos existentes actualmente em Miranda do Corvo e uma reflexão sobre os mesmos;
- Uma análise retrospectiva das estratégias e planos do concelho para o seu desenvolvimento turístico e planos a serem executados num futuro próximo.

Para a prossecução dos objectivos acima mencionados recorreremos a uma metodologia composta por diversas técnicas:

- Análise documental alicerçada em publicações científicas, tais como livros, revistas, dissertações e actas de eventos científicos;
- Análise documental do jornal local, “o Mirante”;
- Pesquisa em variados sítios da internet;
- Reuniões de esclarecimento com técnicos da autarquia;

– Trabalho de campo, nomeadamente visitas aos locais relacionados com os principais recursos turísticos do concelho.

Desta forma, o nosso relatório encontra-se organizado, de maneira informal, em quatro partes (introdução, enquadramento teórico, estudo de caso e conclusão) as quais se articulam em quatro capítulos.

O capítulo inicial apresenta uma síntese da temática, dos objectivos operacionais, da metodologia levada a cabo e respectiva organização.

O segundo capítulo incide sobre questões relacionadas com o desenvolvimento sustentável em áreas rurais, o significado actual do turismo (em particular no que diz respeito aos espaços rurais) e o perfil actual dos turistas e, por fim, reflecte sobre a importância do planeamento do turismo.

O terceiro capítulo do nosso estudo (o concelho de Miranda do Corvo), apresenta uma caracterização territorial, uma análise *SWOT*, um levantamento dos recursos e, por fim uma análise histórica, planos e iniciativas levadas a cabo nas últimas décadas no concelho, bem como os projectos de futuro.

No último capítulo é apresentada a conclusão, que inclui uma síntese das ideias basilares do nosso relatório, e são apresentados, em traços largos, alguns caminhos com vista ao desenvolvimento turístico do concelho de Miranda do Corvo.

2. Turismo, planeamento e desenvolvimento sustentável

Num contexto em que o tema da globalização, quer económica quer cultural, está cada vez mais em voga, a questão do desenvolvimento está também cada vez mais presente.

Muitas vezes usado de forma errada quando na tentativa de comparar regiões com diferentes recursos, principalmente ao nível económico, o conceito de desenvolvimento é “um conceito confuso e pleno de conotações” (ESTEVA, 2000, *cit.* em FERNANDES, 2003). O desenvolvimento traduz uma evolução, um progresso, em que se visa atingir um nível superior de evolução, tendo em conta algumas referências. Como refere FERNANDES (2003), “desenvolver significa percorrer um caminho já antes percorrido por outro”. Trata-se, no fundo, de um desenvolvimento chamado sustentável, ou seja, que tem como objectivo

não só a evolução dos territórios mas também a consciência de que é necessário obedecer a certas regras de modo a não comprometer as gerações vindouras.

Nesta óptica, não falamos apenas de um desenvolvimento com uma perspectiva económica mas sim de um desenvolvimento que visa a revitalização de territórios, não permitindo o seu abandono e a sua consequente degradação.

Apresentado como um possível caminho para o desenvolvimento territorial, o turismo é um sistema complexo cujo funcionamento equilibrado depende do funcionamento de um variado conjunto de outros sistemas (que constituem os seus subsistemas), alguns dos quais com objectivos nem sempre coincidentes com os do turismo, mas que têm de ser compatibilizados entre si (CUNHA, 2003).

De acordo com BARROS (2003), o turismo constitui uma actividade complexa que só veio adquirir as características básicas que o definem no decurso do século XVIII. Importa, no entanto, sublinhar que apesar de ter sido objecto de descoberta pelo Homem (turista), só adquiriu uma dimensão universal quando passou a ter uma importância significativa de âmbito económico.

O turismo constitui-se, assim, como o resultado da forma como é ocupado o tempo livre mas distingue-se do recreio na medida em que implica necessariamente uma deslocação. No entanto é importante ter em linha de conta que não é possível garantir o funcionamento do turismo sem o conhecimento de questões tão variadas como o alojamento, os transportes, os recursos e produtos endógenos, a distribuição turística ou mesmo as relações de interdependência que este estabelece com outras actividades (CUNHA, 2003).

Citando a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (2006), o sector do turismo é um dos mais importantes da economia portuguesa, representando entre 7% e 8% do PIB e absorvendo perto de 10% do emprego. O aumento do número de turistas e a importância estratégica que este sector tem vindo a adquirir nas últimas décadas, traduzida nas receitas que proporciona, na mão-de-obra que ocupa e nos efeitos multiplicadores que induz em várias áreas, tem levado os agentes económicos, perante a concorrência internacional, a adoptar um conjunto de medidas dinamizadoras, especialmente no âmbito da oferta.

Com o passar do tempo “é cada vez maior o número de países que colhem benefícios económicos e sociais do turismo, e que usam as receitas para o desenvolvimento de infra-estruturas regionais.” (COSTA *et al.* cit. em BARROS, 2003). No caso de Portugal, as receitas de turismo têm registado acréscimos nos últimos anos, tendo chegado a 2005 com

6,4 mil milhões de euros, um incremento de 1,1% em relação ao ano anterior. No período 2001-2005 apenas em 2002 e 2003 se registaram ligeiros declínios, relacionados com a situação global que se viveu no turismo nesses anos. Nesse período, a taxa média de crescimento anual foi de apenas 1,1%, mas no quinquénio 2000-2004 tinha sido de 5,0%. (<http://www.icep.pt/portugal/turismo.asp>).

Desta forma a indústria turística mundial, no seu conjunto, tem muito a ganhar em desenvolver-se num meio que favoreça a economia de mercado, a empresa privada e a liberdade do comércio, permitindo-lhe otimizar os seus efeitos benéficos em termos de criação de actividade e empregos (OMT, 1999).

O turismo assume-se assim como um sector de grande importância para o desenvolvimento de muitos territórios, nomeadamente as áreas rurais localizadas em ambientes de montanha. O turismo poderá contribuir para uma revitalização destas áreas, sobretudo pelo papel que pode assumir na preservação do potencial cultural e ambiental, bem como na promoção do desenvolvimento sócio-económico destas regiões (VALENTE e FIGUEIREDO, 2003, *cit.* em VIEIRA e FIGUEIREDO, 2010).

Salientamos, desta forma, a importância de que se reveste o planeamento estratégico do turismo, para ir ao encontro aos objectivos de desenvolvimento de territórios fragilizados e com grandes dificuldades em se afirmarem.

2.1. Os pilares fundamentais do desenvolvimento sustentável

Uma vez que a nossa tese pretende lançar a discussão sobre as questões relativas ao turismo e ao desenvolvimento territorial, parece-nos incontornável a realização de uma breve abordagem ao conceito de desenvolvimento sustentável.

A articulação entre protecção da qualidade do ambiente e a promoção do desenvolvimento económico parece ter encontrado na expressão “desenvolvimento sustentável” um paradigma de suporte. Pode-se mesmo constatar como um conceito com limites conceptuais pouco nítidos, e cujo valor prático de mostra ainda questionável, tem contribuído para a geração de consenso entre aqueles que domínios até há pouco considerados conflituosos, se não mesmo contraditórios. De facto, enquanto alguns

académicos se debatem com a clarificação do conceito, a generalidade da classe política parece tê-lo assumido por completo, fazendo crer que os actuais processos de tomada de decisão sectorial incorporam novos valores e objectivos. Face a esta situação, é importante clarificar conceitos (FIDÉLIS, 2001).

De acordo com PAIS e GOMES (2008), é frequente ainda a confusão entre os conceitos de desenvolvimento e crescimento. Para uma distinção clara entre ambos, estes autores citam NUNES (1969), o qual cita, por sua vez, François Perroux (1963): “(...) sendo o crescimento definido como o aumento sustentado, durante um ou mais períodos longos, de um indicador de dimensão económica, que é o produto global bruto ou líquido da Nação, em termos reais e o desenvolvimento, como toda a combinação de transformações mentais e sociais de uma população que precisamente a tornam apta a fazer crescer cumulativamente e duravelmente, digamos irreversivelmente, no longo prazo, o seu produto real”.

Todavia, ainda de acordo com os autores acima mencionados, que citam MOREIRA (2001), o equívoco entre crescimento e desenvolvimento explica-se, em parte, pela História. O conceito de desenvolvimento, além de ser relativamente recente, ganhou o seu significado moderno durante e após a Segunda Guerra Mundial, como a ideia do *New Deal*, expressão por que ficou conhecida a política interna americana do Presidente Roosevelt, desenhada para combater a recessão dos anos 30 do século XX.

Durante as décadas 50 e 60 do mesmo século, a concepção de desenvolvimento evoluiu, mas sempre numa visão economicista, prevalecendo o entendimento de que um crescimento económico rápido traria níveis de desenvolvimento (social e cultural) mais elevados (PAIS e FERNANDES, 2008).

Neste período podemos então identificar uma corrente de pensamento que preconiza o crescimento económico rápido, a todo o custo e a crença de que a tecnologia é o garante de felicidade: o tecnocentrismo. A avaliação da “saúde” dos Estados media-se através do Produto Interno Bruto e do cálculo do Produto Nacional Bruto/habitante. Estes cálculos permitiram que uma “macroeconomia ingénua” usasse a tradução agregada do crescimento e de industrialização como a única avaliação acreditada para “medir o desenvolvimento” em todo o mundo, incluindo naqueles países cujo produto real resulta em grande parte de sectores informais, comunitários ou domésticos, não contabilizados oficialmente (HALSTEAD e COBB, 1996, *cit.* em MORENO, 2002).

No entanto, a realidade veio demonstrar que embora o ritmo de crescimento económico mundial fosse rápido, acentuava-se cada vez mais o fosso entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos (PAIS e FERNANDES, 2008).

De facto, ao longo da década de 70 do século XX, com o desenvolvimento do conhecimento científico, as populações começaram a consciencializar-se da finitude de muitos recursos existentes no planeta e das consequências catastróficas que o esgotamento desses mesmos recursos acarretaria, não só para a biodiversidade mas também para a Humanidade. Começaram então a surgir críticas aos modelos de desenvolvimento existentes na altura e apareceram os movimentos ambientalistas em prol da sustentabilidade, aumentando a consciencialização colectiva relativamente a este tema.

É neste contexto que se afirma o ecocentrismo, corrente que se demarca totalmente da anteriormente dominante, que inspirou posições da economia radical, estacionária ou de crescimento zero e de “ecologismo profundo” (MORENO, 2002).

O conceito de desenvolvimento sustentável foi definido no Relatório de Brundtland como “aquele que permite satisfazer as necessidades das gerações actuais sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias”, em 1987. Este conceito foi depois adoptado pelas Nações Unidas e consagrado pela Cimeira da Terra, em 1992, na Declaração do Rio de Janeiro Sobre o Ambiente e Desenvolvimento. Os países participantes nesta cimeira acordaram a Agenda 21, estabelecendo o programa de acção internacional para implementar o desenvolvimento sustentável. Cada governo adoptou as recomendações mais relevantes ao nível nacional e a tarefa de concretizar este processo foi deixada a cargo dos governos locais, nascendo assim a Agenda 21 Local.

É nesta fase que se afirmam correntes de pensamento intermédias ao ecocentrismo e tecnocentrismo, as quais preconizam um equilíbrio entre factores económicos e ambientais. Desta forma o desenvolvimento sustentável assenta em três pilares fundamentais, a saber: (a preservação) do ambiente; (o bem-estar) da sociedade e (o desenvolvimento) da economia, os quais devem estar conjugados de forma harmoniosa.

A União Europeia é a instituição capital na promoção do desenvolvimento, definindo as metas a atingir neste campo. No entanto os resultados não têm correspondido inteiramente às expectativas e os objectivos traçados frequentemente não passam de meras intenções. Apesar destas dificuldades, têm vindo a ser realizados mais encontros internacionais no sentido de se debaterem estas questões e se procurarem novas soluções (PAIS e FERNANDES, 2008).

De forma coerente com a WCED (1987, cit. in MORENO, 2002), "poderemos aceitar a sustentabilidade enquadrada na "ideia de sociedade como um sistema equitativo de cooperação ao longo do tempo, de carácter intergeracional" (RAWLS, 1993, cit. in MORENO, 2002), a qual está "implícita na cultura pública de uma sociedade democrática (*idem*). Para estes autores, a "cooperação social", num contexto liberal, passa por uma concepção política de "justiça como equidade", à qual não podemos deixar de atribuir uma dimensão territorial, se considerarmos que o território enquadra as condições das vidas das pessoas (MORENO, 2002).

A componente territorial revela-se, assim, como a dimensão indissociável do desenvolvimento, pois as trajectórias de desenvolvimento envolvem esferas de diferentes âmbitos que de diferentes formas, através do ordenamento do território, modelam paisagens (FERNANDES e CARVALHO, 2003, cit. em CARVALHO, 2005). Nesta óptica, o ordenamento do território apresenta-se como a chave para preconizar o desenvolvimento sustentável dos territórios.

Como afirma J. M. PEREIRA de OLIVEIRA (2000), planear é prever, mais do que um espaço-palco que não é puramente passivo, do que o próprio devir interactivo de um quadro geo-humano, um espaço para os homens viverem, um espaço continuamente feito pelos homens, um espaço-herança cultural que se deixará em herança acrescentada também.

No seguimento desta ideia, o turismo deve ser "ecologicamente sustentável, de forma a assegurar a manutenção dos processos ecológicos essenciais à biodiversidade, conservação e valorização dos recursos naturais, ser cultural e socialmente sustentável, de forma a assegurar que o desenvolvimento seja compatível com a manutenção dos valores culturais e sociais das comunidades residentes; contribuir para o desenvolvimento económico local, designadamente através da promoção do emprego e utilização dos produtos locais, contribuindo para a revitalização das actividades ligadas à economia tradicional e contribuir para o planeamento e para o ordenamento do território, tendo em conta a capacidade de carga e a especificidade de cada local, assim como para a valorização do património cultural existente" (ICN, 2000-2006).

Numa primeira análise poder-se-á considerar que o termo "turismo sustentável" resulta da aplicação directa do conceito de desenvolvimento sustentável, patente no já mencionado Relatório de Brundtland. O carácter genérico deste conceito tem dado origem, contudo, a uma ampla discussão no meio científico. "Para MIDDLETON e HAWKINS (1998) turismo sustentável significa conseguir combinar o número e tipos adequados de

visitantes, bem como o efeito da actividade por eles gerada no destino e dos serviços oferecidos pelas empresas locais, de forma a que se possa manter, no futuro, a qualidade do ambiente em que aquelas actividades se baseiam” (BORGES e LIMA, 2006).

De facto, no processo de planeamento são levadas a cabo determinadas etapas (formulação de objectivos, inventariação da situação existente, análise e diagnóstico, geração e avaliação de alternativas, decisão, monitorização e revisão) que devem ser levadas a cabo por equipas multidisciplinares (PARTIDÁRIO, 1999), as quais levarão a um maior sucesso no processo de desenvolvimento dos territórios.

É consensual que o turismo constitui um instrumento de desenvolvimento sustentável, desde que se tenham tido em conta determinados factores. Associado aos recursos naturais e culturais que as regiões oferecem, pode potenciar e revitalizar economias locais de forma sustentada (CAPUCHO e FRANCISCO, 2010).

Um dos aspectos a focar que justificam a tese do turismo como sendo sustentável e como uma forma de revitalização de áreas deprimidas e fragilizadas reside precisamente na recuperação de diferentes tipos de património aí existentes.

De facto temos assistido a uma evolução, quase paralela, dos conceitos de património a das tendências turísticas. Proveniente do termo latino *patrimonium*, este começou a ser usado para identificar os bens (materiais) que se herdavam do *patrio* (pai), ou seja, identificar os bens de família, a herança (Dicionário de Latim-Português, *cit.* em ADELINO, 2006). Mais tarde, foi com o renascentismo italiano que nasceu o culto do património (LOWENTAL, 1998 *cit.* em CARVALHO, 2003). Contudo, até à década de 80, este era apenas considerado numa perspectiva monumentalista: apenas os palácios, castelos, mosteiros e outras grandes construções eram considerados como património.

Na actualidade o património vê as suas fronteiras alargadas. Depois da publicação da Lei Base do Património Cultural Português de 1985, em 8 de Setembro de 2001 é publicada a Lei n.º 107/2001 que “estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural”. Segundo esta nova lei, e conforme o estabelecido no artigo 2.º do Título I, o património é constituído pelos bens que, sendo testemunhos de civilização e cultura, devem ser objecto de protecção, pelos bens imateriais constituintes da “identidade e memória colectiva portuguesa”, assim como os bens que, convencionados internacionalmente, vinculem o Estado Português. Fazem parte do património cultural, não só os bens materiais e imateriais, mas também, quando assim for necessário, os contextos onde estão inseridos (ADELINO, 2006).

O património traduz, então, um conjunto de elementos que, quanto a nós, são característicos e caracterizadores de uma sociedade localizada no espaço e no tempo, pois é essa localização que confere exclusividade ao património. Contudo, e reforçando a ideia acima mencionada, se já houveram dias em que as preocupações estavam voltadas para os magníficos castelos ou mesmo as exuberantes catedrais, em torno dos quais se desenvolveu uma malha urbana, actualmente damos conta que o património rural começa a ser mais valorizado, “mais pelo seu valor sócio-cultural do que pela sua importância económica” (DEWAILLY, 1998, *cit.* em CARVALHO, 2003).

Segundo CARVALHO (2003), o património é a base da identidade das sociedades e dos seus territórios. De facto, o património faz parte da História, da evolução, do quotidiano de cada sociedade. Em suma, é o resultado da acção do Homem com o Meio e, no contexto de globalização em que nos encontramos, é extremamente importante proceder à recuperação e divulgação do património como meio de promoção e afirmação dos territórios.

Desta forma, a recuperação do património visa não só a sua valorização, mas também a valorização do território em que se insere, tendo como objectivo o seu desenvolvimento. De acordo com FERNANDES e CARVALHO (1998), “a salvaguarda do património é garantia de uma paisagem mais equilibrada e mais atractiva, reforçando a sua identidade, e pode constituir um recurso importante para a afirmação do território”. No entanto, esta recuperação não se pode circunscrever apenas a um conjunto de obras de arranjo físico dos bens patrimoniais. Passa não só por medidas de requalificação e revitalização do património, mas também por um conjunto de medidas que se têm de tomar junto das populações, devido ao seu grande valor de testemunho, visto serem também parte integrante do património, de maneira a que não se crie um afastamento entre a sociedade e o património (ADELINO, 2006).

2.2. O turismo como caminho para o desenvolvimento dos territórios e das populações

2.2.1. Tendências evolutivas do turismo e dos turistas

O conceito de turista está directamente associado ao de turismo (BARROS, 2003) e, embora se desconheça o momento exacto do aparecimento da palavra, é geralmente aceite que tem origem nas viagens que os ingleses realizavam no continente europeu, a fim de completarem a sua educação, sobretudo a partir dos finais do século XVII (BOYER, 2000 *cit.* em CUNHA, 2003).

Neste contexto, o turismo de massas, de sol e mar, que dominava até à década de 60 do século XX, traduziu-se, de forma gradual, numa saturação a vários níveis, o que fez emergir, a partir dos primeiros anos da década de 80 do mesmo século, uma procura de novas formas de turismo sociocultural e ambiental como o meio de destino (LIMA e PARTIDÁRIO, 2002 *cit.* em BORGES e LIMA, 2008). Assim os espaços rurais têm vindo a ser progressivamente incorporados na “categoria de espaços de turismo” (RIBEIRO, 2003, *cit.* em JESUS *et al.*, 2008).

Temos vindo a assistir a grandes mudanças de atitude e comportamento das pessoas, constatamos que os gostos evoluíram e a apetência por diferentes produtos e práticas turísticas também mudaram profundamente (ROMÃO, 2006).

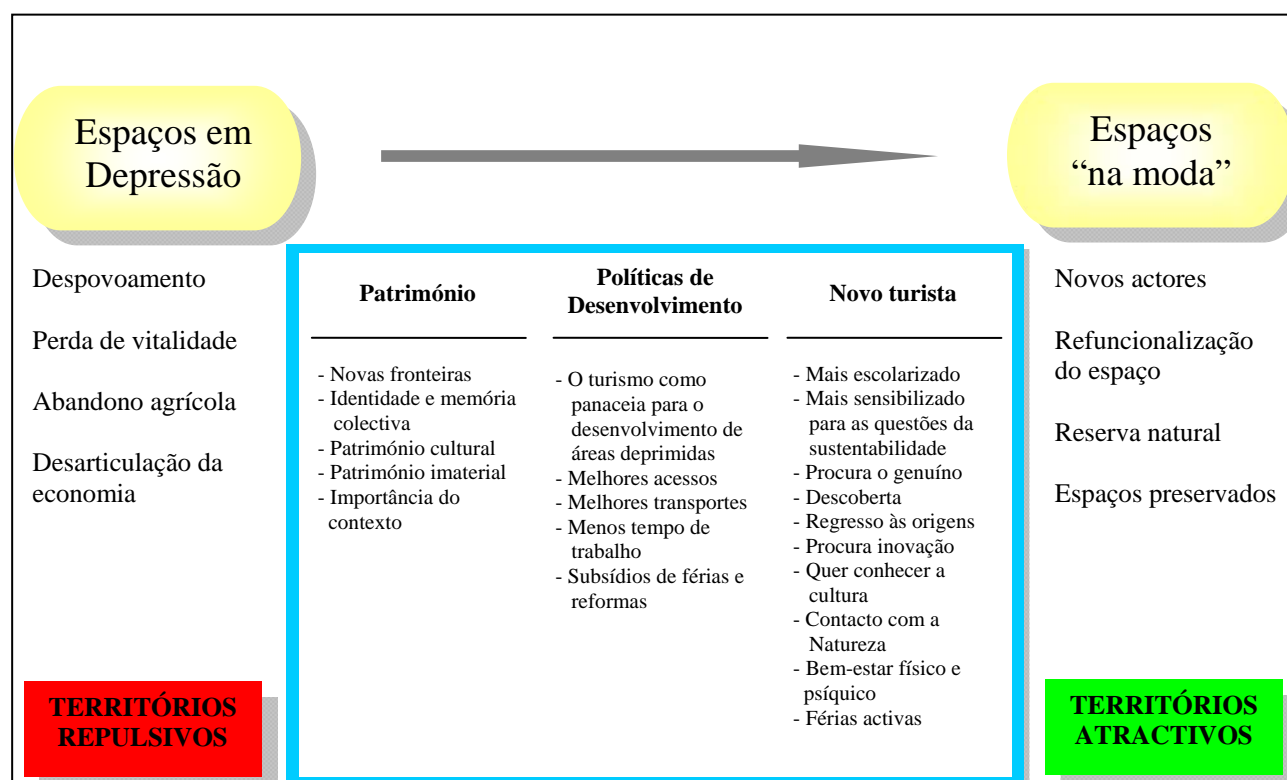
De acordo com MONTEIRO e CARVALHO (2006), o turista hoje é, cada vez mais, um consumidor verde, com crescente consciência ambiental e sensível às culturas locais, que procura experiências desafiantes e autênticas, mais flexíveis e saudáveis, as quais contrastam com a crescente urbanização dos locais onde vive. Gosta de praticar actividades ao ar livre, compra produtos locais genuínos e diferenciados, consome os produtos turísticos de forma ética e afectiva, procura um bom nível de serviços e está apto a fazer comparações.

Para esta mudança de preferência nos destinos turísticos contribuíram factores relacionados com os níveis crescentes de instrução da população, o crescente interesse pelo património e pelas culturas locais, a melhoria das vias de comunicação (LEAL, 2001, *cit.* em JESUS *et al.*, 2008). E também a maior “sensibilidade ligada às questões de saúde e à estética corporal”, baseada numa alimentação supostamente natural, no gozo de ambientes físicos não poluídos e no exercício físico – caminhadas e actividades desportivas diversas (RIBEIRO, 2003, *cit.* em JESUS *et al.*, 2008).

Criaram-se então, nestes territórios rurais fragilizados, fluxos no sentido inverso aos anteriores, assistindo-se assim, à chegada de novos actores, normalmente de origem urbana, que afluem a estes territórios motivados por lógicas de consumo de tempo e de lazer e

aproximação à natureza, que o rural possibilita, contrastando com a vida nas cidades (VIEIRA, 2010).

Como consequência destes factores verificamos que ocorreu uma refuncionalização de muitos espaços rurais, adquirindo estes “um novo estatuto institucional: à sua tradicional função produtora de alimentos foi acrescentado um novo papel enquanto espaço de reserva natural, essencial no equilíbrio ecológico global, e como atracção num contexto de turismo e de lazer” (VIEIRA, 2010). Como a posição hegemónica da agricultura recuou nos espaços rurais contemporâneos, cada vez mais a atenção se encontra voltada para sectores complementares da actividade agrícola (DINIS *et al.*, 2010 – Figura 1).



Fonte: Elaboração própria

Figura 1: Síntese de alguns factores que contribuíram para a transformação de áreas rurais

2.2.2. Significado actual do turismo para o espaço rural

De um modo geral, o turismo que se processa nestes espaços rurais pode acarretar um conjunto bastante vasto de benefícios. De facto, além da valorização dos diferentes tipos de património que aí se encontram, também se poderá verificar a valorização de actividades tais como o artesanato, a produção agro-alimentar, actividades de animação, de organização de eventos, a criação de postos de trabalho, e necessidade de instalação de mais infra-estruturas e até a possibilidade de fixar mais mão-de-obra qualificada (FONSECA e RAMOS, 2008).

Nas áreas de baixa densidade localizadas em ambientes de montanha, estes benefícios adquirem uma particular importância. De facto, devido às suas especificidades, a implantação de indústrias e a implementação de uma agricultura de carácter intensivo com a finalidade de comercialização dos produtos em larga escala não é possível. Esta impossibilidade acentua ainda mais a vulnerabilidade destes territórios e é neles que o turismo vai desempenhar um papel excepcionalmente importante.

De facto, valorizado pela CE (1998), consubstanciado em vários documentos estratégicos nacionais tais como o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (2007), o Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural (2007) e o Plano Estratégico Nacional do Turismo (2007) – (FONSECA e RAMOS, 2008), o turismo tem sido o eixo de intervenção mais privilegiado pelas políticas e estratégias de desenvolvimento rural. A actividade turística foi a que mais beneficiou, nos últimos anos, dos apoios financeiros de programas comunitários, sobretudo em territórios onde é mais difícil atrair investimentos (MORENO, 1999, *cit.* em PAIS e GOMES, 2008).

Uns mais optimistas, outros mais moderados, são vários os autores que reflectem a propósito do potencial do turismo em áreas rurais (CAVACO, 2003; COSTA, 2003; RIBEIRO e MERGULHÃO, 2004; CARVALHO, 2005; FONSECA, 2005; BORGES e LIMA, 2006; FONTES, 2006; FONSECA e RAMOS, 2008; PAIS e GOMES, 2008; entre outros). Embora sendo “minoritário no conjunto do mercado turístico”, este tipo de turismo poderá dar uma contribuição valiosa para as economias das áreas rurais (RIBEIRO e VAREIRO, 2007, *cit.* em JESUS et al. 2008). As razões que levam a que o turismo possa ser um impulsionador do desenvolvimento rural, com particular importância nas zonas em ambiente de montanha são as seguintes:

Em primeiro lugar, porque o turismo é função das especificidades de cada região e só é viável quando existem valores locais que garantam uma vocação turística, é a actividade

que melhor pode “endogeneizar” os recursos locais, sejam eles naturais, humanos, históricos ou culturais, proporcionando desta forma um maior valor acrescentado ao espaço rural e ao património natural e cultural (JESUS *et al.*, 2008).

Em segundo lugar, o turismo opera uma transferência de rendimentos das regiões mais desenvolvidas para as menos desenvolvidas e pode ocasionar uma exportação de bens e serviços do interior da região (JESUS *et al.*, 2008).

Em terceiro lugar, o turismo a nível das regiões mais interiores e deprimidas, obriga e justifica o lançamento de infra-estruturas e de equipamento social que, servem não só os turistas mas também a população local e que de outro modo seria difícil de instalar (JESUS *et al.*, 2008).

Em quarto lugar, o turismo contribui para a dinamização e modernização da produção local ao apoiar a arte e o artesanato local, entre outros sectores (JESUS *et al.*, 2008).

Em quinto lugar o turismo permite o aproveitamento de instalações e equipamentos abandonados ou obsoletos, garantindo-lhes uma nova função (JESUS *et al.*, 2008). É o que acontece com a utilização para fins turísticos de casas e aldeias abandonadas.

Em último lugar, mas não menos importante, o turismo rural em área de montanha pode contribuir para a diversificação das actividades ligadas à exploração agrícola e permitir o aumento de postos de trabalho (JESUS *et al.*, 2008).

Porém, alguns estudos afirmam que o turismo (por si só), não é uma boa base de desenvolvimento regional (RIBEIRO e MERGULHÃO, 2004 *cit. in* PAIS e GOMES, 2008). Esta debilidade assenta em factores de variada ordem.

A introdução de uma nova actividade produtiva num meio conservador, actividade que ainda por cima encaminha estranhos para partilhar espaços de uma comunidade pouco habituada a conviver com forasteiros é sempre um factor de risco e, à medida que a actividade turística se desenvolve e que mais turistas são encaminhados para partilhar esse espaço, mais se agravam os problemas com as comunidades locais e com os agentes económicos e sociais tradicionais. Em contrapartida, o crescimento do negócio turístico também gera expectativas junto dos operadores turísticos que ali concentram as suas operações, expectativas de que dificilmente estão dispostos a abdicar (FONTES, 2006).

A expansão da actividade turística pode ocasionar a destruição do próprio recurso que torna o lugar turístico (paisagens paradisíacas), por meio de construções e usos inadequados, originando o “paradoxo da degradação” (FONSECA, 2005).

É preciso considerar que para os espaços complementares assumirem a função turística, o meio físico não mercantilizado precisa de ser conservado. Caso contrário, se a refuncionalização turística ou as demais actividades desenvolvidas no entorno provocarem uma degradação ambiental, os espaços complementares poderão perder a sua função produtiva – a função turística – uma vez que o meio natural deixará de ser atraente como local de visitação e de consumo turístico (SÁNCHEZ, 1991, *cit.* em FONSECA, 2005).

A predação indevida de espécies cinegéticas e a pesca abusiva vão comprometer o sucesso reprodutor da fauna local. A construção e presença de infra-estruturas (nomeadamente estradas), cuja beneficiação tem como consequência directa o acesso de mais pessoas a locais remotos, (o qual devia ser restrito para se privilegiar a protecção da natureza), acabam por provocar desequilíbrios. O aumento da pressão humana, a abertura abusiva de trilhos e a prática indiscriminada de alguns desportos são apenas alguns exemplos práticos que vão aumentar a poluição (do ar e sonora), favorecer a erosão das vertentes, perturbar as espécies faunísticas e a população residente (FONSECA *et al.*, 2006; PAUL, 2006).

Além dos factores acima mencionados, também existem outros que podem ditar a insustentabilidade de uma área rural fragilizada inserida em ambiente de montanha ou simplesmente gorar as expectativas daqueles que apostarem no turismo como forma de desenvolvimento. Em primeiro lugar destacamos a desarticulação entre as diferentes entidades que actuam nos territórios, a fraca singularidade de alguns atractivos (patrimoniais ou ambientais) que, num mercado cada vez mais competitivo, pode levar ao fracasso do investimento; a dificuldade em preservar os atractivos (muitas vezes a própria actividade turística gera dinâmicas de degradação devido ao consumo excessivo dos recursos e a incompatibilidade entre usos, ou seja, a existência de uma actividade turística associada a características ecológicas inviabiliza, logo à partida, a fixação de outras actividades mais rentáveis mas que destruam essas mesmas características, levando os municípios e ter de recusar esses mesmos investimentos (PAIS e GOMES, 2008).

Neste contexto, FONSECA (2005), afirma que o espaço turístico deve ser pensado dentro de um contexto territorial mais amplo, inserido no espaço regional, pois o desempenho satisfatório da actividade turística dependerá não só da forma como se processa a refuncionalização turística de uma dada localidade (intraterritório), mas também das demais actividades desenvolvidas no âmbito regional (extraterritório). Deverá ocorrer a compatibilização do conjunto das actividades, pois, se alguma das actividades desenvolvidas

agredir o meio ambiente, esse facto irá repercutir negativamente nos atractivos turísticos naturais, nos elementos que fazem do espaço um factor de produção, podendo comprometer o espaço enquanto meio de produção, inviabilizando a existência dos espaços complementares que permitem à localidade o desempenho da função turística.

O conjunto dos actores do desenvolvimento turístico tem o dever de salvaguardar o ambiente e os recursos naturais, na perspectiva de um crescimento económico “são”, contínuo e sustentável, e que seja capaz de satisfazer equitativamente as necessidades e as aspirações das gerações presentes e futuras (OMT, 1999).

2.2.3. Os territórios de baixa densidade inseridos em áreas de montanha

Os territórios de montanha oferecem uma base de recursos diversificada de extrema importância para o desenvolvimento de actividades turísticas, que lhes conferem um lugar de destaque no panorama dos destinos turísticos mais populares do mercado turístico actual (BORGES e LIMA, 2006).

De facto, as características únicas das montanhas – cenários de extrema beleza cénica, traços biofísicos excepcionais, diversidade, isolamento e autenticidade natural e cultural – proporcionam as condições ideais à prática de uma panóplia de actividades que enformam alguns dos mais populares produtos turísticos da actualidade, a maioria dos quais se inserem numa lógica de desenvolvimento sustentável, que os próprios territórios de montanha demandam.

As áreas de montanha são territórios que, apesar da sua imponência física, apresentam muitas fragilidades. Se por um lado a ocupação humana veio provocar alterações que poderão originar sérios desequilíbrios, por outro lado, a sua ausência deixa sem protecção toda uma herança e deixa desprotegidos, perante outras ameaças, os valores ecológicos que ainda existem (BORGES e LIMA, 2006).

Ao longo da História, a percepção do homem sobre as montanhas tem vindo a modificar-se, consoante o conhecimento científico, os modos de vida e as próprias condições sócio-económicas se vão alterando.

Segundo FERNANDES (2004), até ao século XVIII, estas eram encaradas como sendo espaços misteriosos, com profundas restrições. Existia uma visão mítica e

sobrenatural associada ao desconhecimento destes espaços, à imponente física e ao isolamento.

No período decorrente entre o século XVIII e o século XIX, com o incremento das acessibilidades e o alargamento do conhecimento destes espaços, a par com a exploração dos seus recursos naturais e usufruto pelas classes sociais privilegiadas, as montanhas passam a ser percepcionadas como espaços de conquista e desafio. Os turistas começam a procurar as montanhas para vilegiatura estival, nomeadamente nos Alpes suíços e italianos, nos percursos habitualmente seguidos pelos viajantes do *Grand Tour*. Nesta altura estas eram procuradas na época estival para servirem de inspiração a importantes pintores, para a prática do termalismo e para o tratamento de maleitas associadas ao sistema respiratório. Mais tarde os turistas passaram também a apreciar a brancura e o frio da neve. Surgiram desportos como o *ski* e a patinagem no gelo e, até recentemente as práticas nas áreas de montanha se relacionavam exclusivamente às actividades ligadas à neve e a classes sociais de elevado poder económico (CAVACO, 2007).

Estas terras despovoadas, sem florestas nem pastos e também sem apropriação foram, neste período, valorizadas por um novo olhar, urbano e não local, o “olhar de encantamento pela alta montanha, então como destino exótico das elites urbanas e estrangeiras informadas e documentadas, a par dos naturalistas e dos cientistas, depois dos alpinistas e dos desportistas de *ski* (CAVACO, 2007).

Posteriormente, até ao século XX, as montanhas passaram a ser encaradas como espaços de refúgio e exploração, pela imensidão de espaços naturais, os quais albergavam grande diversidade de espécies que ainda actualmente apresentam uma grande integridade nos seus recursos naturais. Estes locais tornaram-se assim territórios de exploração e de fixação de população (CAVACO, 2007).

Contudo, a escassez das infra-estruturas e oportunidades, o isolamento e as condições de vida duras (ADELINO, 2009), o afastamento em relação às dinâmicas económicas e sociais das áreas baixas, a escassez de oportunidades de trabalho e baixa remuneração, os problemas ambientais e fraca valorização dos recursos locais a par com a falta de um modelo de ordenamento eficiente (FERNANDES, 2010), levaram a que, a partir da segunda metade do século XX, ocorresse uma progressiva migração da população, levando ao abandono e a uma desarticulação das actividades tradicionais ligadas ao sistema agro-silvo-pastoril (ADELINO, 2009).

A partir da década de 70, com a crescente consciencialização ambiental do Homem e a importância do desenvolvimento sustentável, procurou-se valorizar, através da preservação, os espaços de grande integridade eco-cultural existentes nalgumas montanhas, originando assim os parques naturais. Estas áreas de montanha tornaram-se assim alvos de valorização e preservação (CAVACO, 2007).

Nos tempos actuais temos vindo a assistir a uma democratização no acesso aos serviços de turismo nas áreas de montanha, relacionadas com variados factores, de entre os quais destacamos a evolução do património, as políticas de desenvolvimento sustentável e a evolução do turista, resumidos na figura 1 da página 17, e a uma maior diversificação das actividades que se levam a cabo nestes territórios sem, no entanto, perder o cuidado de se oferecer produtos turísticos de qualidade e destinados a pessoas com algum poder de económico. O turismo de “autocarro e marmita” não costuma ser desejado nestes locais (ADELINO, 2009).

Apesar do elevado interesse, ao nível da conservação dos recursos e dos ecossistemas, as áreas de montanha não deixam de ter grandes imposições físicas e grandes condicionalismos, principalmente para a população local, que muitas vezes viu as suas dificuldades acrescidas pelas medidas de protecção da natureza, as quais limitavam a possibilidade de construir infra-estruturas e melhorar a sua qualidade de vida.

Além destas questões, há que considerar o facto de que a natureza do paradigma dominante de desenvolvimento actual marginaliza os territórios mais isolados e menos favorecidos, e leva os Estados a investirem em áreas com maior capacidade para reproduzir o capital investido (CRISTÓVÃO, 2007), incentivando, desta forma, o abandono destas áreas por parte das populações locais, em favor das áreas mais urbanizadas, onde existe um melhor acesso aos bens essenciais e mais oportunidades.

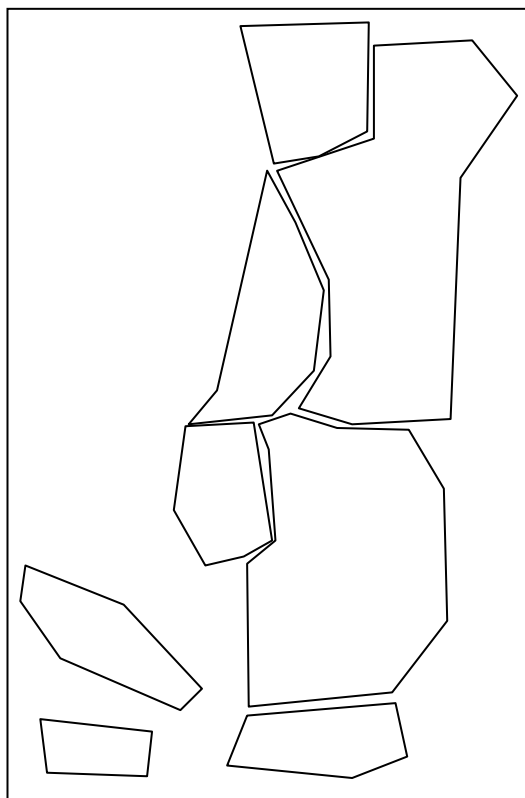
As dificuldades começam logo na delimitação das áreas de montanha. Poderão ser discutíveis os critérios mais comuns de altitude, relevo ou declives por exemplo, já que estes pressupõem pensar as montanhas como partes em vez de um todo. Será, neste contexto, redutor aplicar estes critérios isoladamente, ao ignorar os atributos essenciais das regiões montanhosas numa perspectiva integrada da paisagem, incluindo os vales adjacentes, que conferem às montanhas um carácter distintivo (BORGES e LIMA, 2006). Não existem sinais visíveis e inquestionáveis no território que permitam que os cientistas façam uma clara distinção entre as áreas que são de montanha e as que não são. Esta dificuldade é acrescida pelo facto de que as áreas de montanha são muito heterogéneas, não só a nível mundial, mas

também dentro das fronteiras de Portugal. Todos temos uma imagem mental bem marcada do que será uma área de montanha, contudo é sempre uma representação simplificada da realidade, que nem todos têm capacidade de definir, muito menos de delimitar (ADELINO, 2009).

No entanto, é fundamental que existam pelo menos referências do que são as áreas de montanha em Portugal, senão estaríamos a ignorar de uma forma grosseira uma parte importante do território nacional, e mesmo este humilde relatório não faria qualquer sentido.

Um dos pontos que podemos considerar, por vezes, como sendo “menos negativo” no que toca à ausência de uma referência clara e inequívoca das delimitações das áreas de montanha, é que os critérios para a sua delimitação podem ser ajustados às necessidades.

Em termos turísticos existiu uma região denominada “Montanhas” e que abrangia os municípios do Nordeste de Portugal. Desconhecemos quais foram os critérios utilizados para a definição desta área que, actualmente, já não é tida em conta, fruto de uma reestruturação estratégica que foi feita no mapa das regiões turísticas de Portugal continental (Figura 2).



Fonte: <http://www.portugal-live.net>

Figura 2: Exemplo de cartografia representativa das áreas de montanha

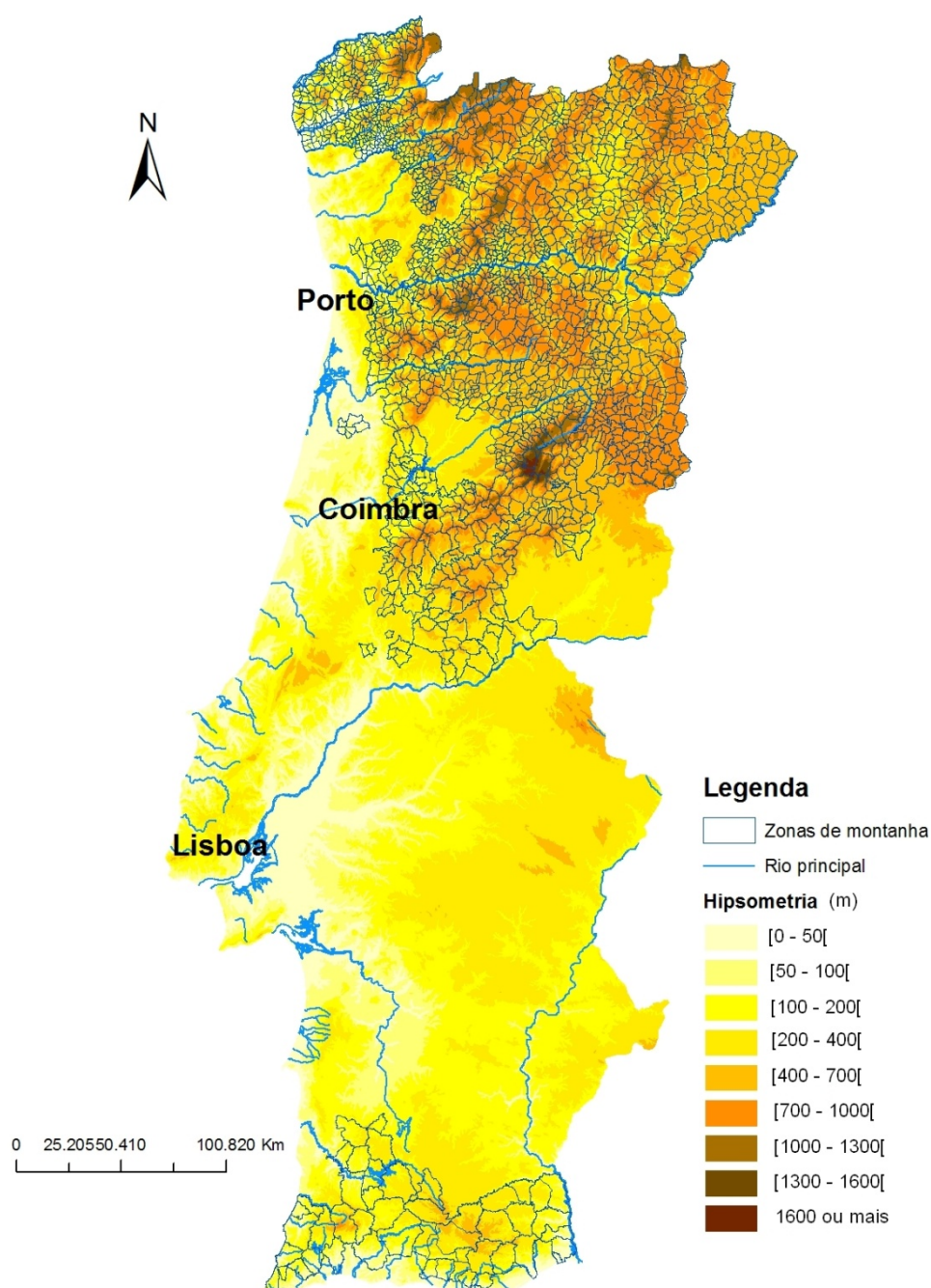
BORGES e LIMA, no seu estudo apresentado sobre o turismo de montanha no Congresso de Turismo de Montanha, realizado na Lousã em 2005, tomaram como referência GONÇALVES (2005). Para este autor, se se considerar o critério da curva de nível de 700 metros, os territórios de montanha ocupam em Portugal, cerca de 11% da superfície emersa, representando cerca de 10.000 Km², com maior concentração nas regiões do Norte e Centro do país.

No presente relatório decidimos adoptar como referência um estudo que foi apresentado à União Europeia onde são identificadas as zonas desfavorecidas de Portugal Continental, as quais se encontram divididas em três grupos diferentes, a saber: zonas de montanha, zonas ameaçadas de despovoamento e zonas afectadas por *handicaps* específicos. Os critérios adoptados para a definição das zonas de montanha, em conformidade com o n.º 3 do artigo 3.º da Directiva 75/268/CEE são os seguintes: “altitude mínima de 700 metros na zona a Norte do Tejo, altitude mínima de 800 metros na zona Sul do Tejo, ou inclinação superior a 25%, se houver inclinações; que, em caso de combinação dos factores de altitude e inclinação, as zonas de montanha na acepção do n.º 3 do artigo 3.º da referida Directiva e uma inclinação de, pelo menos 20% e, na zona a Sul do Tejo por uma altitude entre os 600 e os 800 metros e por uma inclinação de, pelo menos, 15%”.

Ora esta definição parece-nos, no mínimo, complicada. Contudo, com uma ferramenta SIG e um conjunto de bases de trabalho, será possível aplicar estes critérios e delimitar as áreas de montanha de Portugal Continental. Para facilitar a interpretação dos critérios mencionados, o documento referido tem em anexo a lista dos territórios, até ao nível da freguesia, que são considerados como área de montanha (Figura 3).

Apesar das dificuldades acima mencionadas, os territórios de montanha são caracterizados como áreas que concentram uma grande diversidade de recursos e bens estratégicos fundamentais, tais como o ambiente natural, a água, o ar, a flora, a fauna, bem como algumas actividades e serviços de valor económico (SERAFIM, 2005, *cit.* em BORGES e LIMA, 2006). De igual modo, os ecossistemas de montanha desempenham serviços que normalmente não são valorizados pelo mercado, mas que são fundamentais para as populações humanas.

Para as autoras acima referidas, por nós reiteradas, a diversidade ecológica acaba também por influenciar a diversidade cultural das montanhas, já que os seus habitantes tendem a adapta-se ao seu ambiente natural como meio de sobrevivência. Desta forma o turismo de montanha pode capitalizar esta diversidade de características ecológicas e culturais, permitindo, ao mesmo tempo, o desenvolvimento de outros produtos turísticos complementares nos territórios de montanha.



Fonte: Circular 10/2001/Atlas do Ambiente/Elaboração própria

Figura 3: Exemplo de cartografia representativa das áreas de montanha

Outra característica dos territórios de montanha e que, em certos casos pode ser benéfica para o turismo, é a sua reduzida acessibilidade. Contudo, tem-se verificado que territórios considerados remotos mas que passaram a ter mais acessibilidade aos centros urbanos pela melhoria das vias e meios de comunicação, são alvo de procura de populações urbanas para fins de segunda residência ou mesmo para aí se fixarem definitivamente. A beleza cénica, associada por muitos às suas paisagens, atribui à montanha uma qualidade superior, nomeadamente em termos de diversidade de oportunidades de actividades de recreio que esta oferece como cenário ideal para local de residência (NEPAL e CHIPENIUK, 2005, *cit.* em BORGES e LIMA, 2006).

Por fim, e ainda no seguimento das ideias das citadas autoras, as especificidades das montanhas fazem delas o único local possível para a prática de determinadas actividades, cada vez mais populares em termos turísticos. É o caso de actividades associadas ao turismo activo, de aventura ou radical, de natureza, ecoturismo, e outras modalidades interligadas, de que se podem destacar o montanhismo, alpinismo, escalada, *trekking*, orientação, bicicleta todo-o-terreno, *downhill*, todo-o-terreno turístico, parapente ou paramotor, *heli-ski* ou *heli-hike*, entre outras.

Para além de concentrarem uma grande diversidade de recursos e bens estratégicos fundamentais tais como o ambiente natural, a água, o ar, a flora, a fauna, bem como algumas actividades e serviços de valor económico (SERAFIM, 2005, *cit.* em BORGES e LIMA, 2006), os ecossistemas de montanha desempenham serviços normalmente não valorizados pelo mercado, mas que são fundamentais para as populações humanas.

Estamos, portanto, a assistir a uma nova mudança na percepção das áreas de baixa densidade enquadradas em áreas de montanha: de territórios repulsivos, com reduzida vitalidade e desarticulados, passam a ser territórios de lazer, de novas oportunidades. Fruto desta mudança de perspectiva, o que antes eram pontos fracos, são agora pontos fortes.

Contudo a questão do respeito pelos limites de capacidade de carga por parte da actividade turística nos territórios de montanha é tanto mais complexa, quanto não existe em Portugal regulamentação específica dirigida, concretamente, ao turismo de montanha, podendo no entanto encontrar-se algumas referências dispersas em diplomas legais que enquadram diversas actividades turísticas que, de alguma forma, se podem desenvolver em territórios de montanha (BORGES e LIMA, 2006).

O papel das montanhas e a riqueza dos recursos que estas albergam não têm sido suficientes para atrair a atenção das autoridades políticas para intervenções de ordenamento específicas, no sentido da sua gestão adequada (FERNANDES, 2010).

Neste contexto, criar uma estratégia de desenvolvimento em áreas de montanha revela-se assim uma tarefa difícil, uma vez que estamos a falar de zonas desfavorecidas, com condicionalismos e necessidades específicas e com fracos recursos económicos. Estes factores contam com a agravante de que Portugal, “apesar de possuir áreas de montanha de considerável atractividade, tem tido um papel relativamente passivo no debate sobre a política de montanha na Europa” (GASKELL, 2005, *cit.* em BORGES e LIMA, 2006). De facto, Portugal não tem uma verdadeira política de montanha, assumindo assim uma mera postura reactiva, de compensação dos *handicaps* e dos problemas estruturais existentes (CRISTÓVÃO, 2007).

Frequentemente os apoios externos são a única forma de tornar certos investimentos uma realidade, no entanto não se tem verificado uma articulação nas acções levadas a cabo pelos diferentes agentes que se têm preocupado em intervir nestas áreas. AMARO (1998) afirma que um dos factores notáveis na evolução das sociedades contemporâneas tem sido a multiplicidade de iniciativas e projectos de base local, surgindo e agindo ao nível das comunidades territoriais de pequena dimensão.

Estas iniciativas de base local advêm de uma mudança de paradigma no que toca aos modelos de desenvolvimento. Até à década de 70 do século XX, vigorava um modelo de desenvolvimento difusionista, de sentido descendente, uniformizador e centralizado. A partir desta altura tem vindo a ganhar expressão o modelo territorialista de desenvolvimento, cujas estratégias são baseadas nos problemas específicos dos territórios (CARVALHO, 2005). Actualmente estes dois modelos existem em simultâneo, contudo o segundo tem vindo a ganhar expressão relativamente ao primeiro.

Neste âmbito, iremos de seguida fazer uma breve apresentação e caracterização de algumas dessas acções.

2.2.3.1. Políticas públicas de apoio financeiro

No que toca ao QCA III (Quadro Comunitário de Apoio III), que vigorou no período entre 2000 e 2006, a grande novidade em relação aos anteriores QCA (I e II) diz respeito à

importância que adquirem os agentes de desenvolvimento local, nomeadamente o apoio aos investimentos de interesse municipal e intermunicipal, as Intervenções da Administração Central regionalmente desconcentradas e as Acções Integradas de Base Territorial (AIBT), no âmbito dos Programas Operacionais Regionais.

Os Programas Operacionais Regionais, que correspondem ao Eixo 4 do QCAIII, são documentos que estabelecem os quadros de referência para a aplicação dos investimentos a co-financiar pelos Fundos Estruturais, que serão objecto de gestão regionalizada, em conformidade com as opções estratégicas previamente estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Regional.

As AIBT (no âmbito do Eixo II dos Programas Operacionais Regionais) destinam-se, através de uma concentração de investimentos e capacidades organizativas, a superar as dificuldades de desenvolvimento particularmente acentuadas, a aproveitar oportunidades insuficientemente exploradas, resultantes, umas e outras, das especificidades próprias de cada região portuguesa. Estas apresentam como característica fundamental o facto de agregarem numa mesma AIBT municípios com características territoriais semelhantes, independentemente das NUTs em que os mesmos estejam inseridos (www.qca.pt).

Estas procuram a promoção de parcerias multisectoriais e público-privadas de apoio ao desenvolvimento regional e local, visando o aumento da integração das políticas públicas e a melhoria dos instrumentos de apoio ao desenvolvimento em territórios e domínios considerados pertinentes (www.qca.pt).

Analisando a acção das 22 AIBT existentes no território nacional, contamos 10 localizadas nas áreas de montanha nacionais (segundo os critérios da Circular 10/2001 para as áreas desfavorecidas) e o investimento total efectuado nas áreas de montanha foi de quase 420 milhões de euros, menos de metade do total nacional.

A AIBT que mais investimento efectuou foi a Acção Integrada de Base Territorial do Alto Douro (com mais de 73 milhões de euros) e a que fez menos investimento foi a Acção Integrada do Pinhal Interior, com apenas 26 milhões de euros, menos de metade do exemplo anterior.

As acções levadas a cabo por estes agentes de desenvolvimento local dizem respeito essencialmente à reconstrução e recuperação de equipamentos e infra-estruturas, à valorização do potencial endógeno, reforço da competitividade e qualificação dos territórios, reforço da articulação dos seus actores, melhoria da qualidade visual da paisagem,

recuperação/valorização ou construção de edifícios com interesse patrimonial ou funcional, recuperação urbanística de áreas urbanas em declínio, entre muitos outros.

Não se registaram, todavia, alterações apreciáveis na ampliação e diversificação da base económica dos territórios de intervenção. Para isso, deveria ter havido participação bastante mais expressiva e sistemática da iniciativa privada (MAOTDR, 2008).

Com efeito, um dos principais constrangimentos à eficácia das AIBT residiu na insuficiente complementaridade entre investimentos públicos e privados. Para incrementar os efeitos induzidos pela valorização territorial, ambiental e patrimonial acima referidos, teria sido necessário o envolvimento mais directo e intenso de privados na dinamização desses territórios (MAOTDR, 2008).

Na óptica da intervenção nos territórios de baixa densidade, o Programa de Iniciativa Comunitária LEADER configurou uma nova forma de encarar/promover o desenvolvimento regional: partindo do nível territorial, segundo uma abordagem ascendente; concebendo estratégias territoriais de desenvolvimento integradas e de carácter piloto, centradas em temas prioritários (Planos de Desenvolvimento Local); e criando instâncias locais de promoção e gestão (os Grupos de Acção Local), estimulando o aparecimento de Associações de Desenvolvimento Local, com a responsabilidade de dinamizar o programa em zonas de intervenção específicas (MAOTDR, 2008).

Este vector visa dar apoio a estratégias territoriais de desenvolvimento rural, integradas de carácter piloto, definido para um território rural e elaborado por uma parceria ampla e representativa dos actores mais relevantes de cada território, o qual se encontra dividido em medidas e sub-medidas. A primeira destina-se aos investimentos em acções materiais e nela encontramos três submedidas de apoio aos investimentos e à execução dos Planos de Desenvolvimento Local, através da elaboração de estudos prévios e apoio aos GAL, nomeadamente despesas de funcionamento. A segunda medida visa acções imateriais, nomeadamente a formação profissional e acções de sensibilização direccionadas para as questões ambientais e das novas energias. A terceira medida diz respeito à aquisição de competências, através da elaboração de estudos prévios. Por fim, a quarta medida tem como objectivo o apoio aos GAL, nomeadamente nas despesas de funcionamento (www.leader.pt).

Os GAL são organismos intermédios de gestão, que actuam em territórios de pequena dimensão e de carácter rural, formando um conjunto homogéneo do ponto de vista físico (geográfico), económico e social. Estes estão organizados entre entidades públicas e

privadas que entre si, acordaram uma estratégia comum de intervenção para o território, consubstanciada num Plano de Desenvolvimento Local (PDL) (www.leader.pt).

Analisando a totalidade do investimento aprovado por estes dois agentes de desenvolvimento local (AIBT e GAL), verificamos que foram investidos quase 600 milhões de euros nas áreas de montanha, em acções variadas.

No que concerne mais especificamente à dinamização empresarial, o LEADER+ apoiou a realização de investimentos (com um nível máximo de despesas elegíveis por projecto até 200.000 euros), de natureza produtiva, corpóreos ou incorpóreos, consistindo, nomeadamente, na criação, estabelecimento e adaptação/modernização de unidades produtoras de bens e serviços de pequena e média dimensão (MAOTDR, 2008).

Vários projectos contribuíram para a melhoria da capacidade competitiva de alguns territórios, nomeadamente para uma maior atractividade face ao exterior (MAOTDR, 2008).

Os principais efeitos sociais induzidos pelas AIBT e LEADER+, embora ainda não totalmente monitorizáveis, são variados e incidiram nas condições de vida das populações, na textura institucional e na empregabilidade.

Contudo, além destes agentes existem outros, tais como as autarquias e juntas de freguesia, agentes privados e associações e para proceder à contabilização de todos investimentos financiados, seria muito difícil conseguir a informação pretendida.

A concretização de vários projectos permitiu às populações acederem a equipamentos colectivos de que não dispunham, terem melhores acessibilidades, usufruírem de melhores condições para a prática de actividades lúdico-desportivas, etc. Muitos dos projectos permitiram colmatar problemas ao nível do saneamento básico e tratamento de águas residuais e das condições físicas de edifícios de habitação e de elevado valor patrimonial, além de terem permitido a melhoria/substituição de redes de água, gás, iluminação, sinalização, acessibilidades e telecomunicações.

No contexto das actuais políticas públicas (2007-2013) existem instrumentos de apoio variados, que abrem novas perspectivas de intervenção nos territórios de baixa densidade, nomeadamente os inseridos em ambiente de montanha.

Destacamos os Programas Operacionais Temáticos (co-financiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional – FEDER, pelo Fundo Social Europeu – FSE, e pelo Fundo de Coesão), os Programas Operacionais (PO) Regionais (co-financiados pelo FEDER), os Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE), no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e o Programa de

Desenvolvimento Rural (PRODER), no âmbito do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER).

Os programas operacionais temáticos reflectem as significativas modificações introduzidas nos novos regulamentos comunitários dos fundos estruturais e de coesão, face aos anteriores períodos de programação, evidenciadas pela introdução de regras de programação mono-fundo¹ e mono-objectivo² e pela convergência entre os fundos estruturais e de coesão em matéria de programação plurianual.

A convergência entre os fundos estruturais e o fundo de coesão em matéria de programação conjunta do FEDER e do Fundo de Coesão em programas operacionais de abrangência territorial nacional (sendo que cada eixo prioritário é financiado apenas por um fundo).

Os Programas Operacionais Regionais são instrumentos estruturados territorialmente de âmbito regional, de acordo com as NUTS II e co-financiados pelo FEDER.

Os PROVERE, inseridos nas Estratégias de Valorização Económica de Base Territorial, são um dos quatro tipos de estratégia de eficiência colectiva previstos. São um instrumento especificamente destinado aos territórios com menores oportunidades de desenvolvimento por causa de uma baixa densidade – populacional, institucional, de actividade económica, etc. – pretendendo estimular iniciativas dos agentes económicos orientados para a melhoria da competitividade territorial de áreas de baixa densidade que visem dar valor económico a recursos endógenos e tendencialmente inimitáveis do território: recursos naturais, património histórico, saberes tradicionais, etc. (www.qren.pt).

Com este instrumento, pretende-se concretizar programas de acção, construídos em parceria e enquadrados em estratégias de desenvolvimento de médio e longo prazo, que contribuam de forma decisiva para o reforço da base económica e para o aumento da atractividade dos territórios-alvo (www.qren.pt).

Serão considerados como PROVERE os programas de acção cujos projectos-âncora e impactes mais relevantes, em termos de uso do território, de emprego e de rendimento gerado, se localizem em territórios exteriores às Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto e

¹ A regra de programação mono-fundo determina que cada programa operacional é apenas objecto de apoio financeiro por um fundo estrutural (FEDER ou FSE), exceptuando-se desta regra o Fundo de Coesão e sem prejuízo da adopção do mecanismo de flexibilidade correspondente à possibilidade de cada um dos fundos estruturais poder co-financiar investimentos e acções de desenvolvimento enquadrados nas tipologias de intervenção do outro fundo estrutural, no limite de 10% das dotações financeiras atribuídas por eixo.

² A regra de programação mono-objectivo determina que cada programa operacional é apenas integrado num objectivo da política de coesão comunitária para 2007-2013 (salvo decisão em contrário acordada entre a Comissão e o Estado-Membro), sendo pela primeira vez impostas em Portugal diferenciações muito significativas entre as regiões (NUTS II).

fora dos centros urbanos de nível regional ou superior, definidos nos Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT), e de centros urbanos de níveis inferiores com mais de 20 mil ou mais habitantes (www.qren.pt).

O PRODER é um instrumento estratégico e financeiro de apoio ao desenvolvimento rural do continente, decorrente do Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural, que define as orientações fundamentais para a utilização nacional do FEADER, a estratégia nacional para o desenvolvimento rural escolhida em função das orientações estratégicas comunitárias, visa a concretização dos seguintes objectivos:

- Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal;
- Promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais;
- Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais.

A estes objectivos estratégicos acrescem ainda objectivos de carácter transversal, como sejam, o reforço da coesão territorial e social, e a promoção da eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão sectorial e territorial (www.proder.pt).

As actuações que se pretendem levar a cabo no PRODER encontram-se agrupadas por Subprogramas e estes por medidas (www.proder.pt).

Estes programas representam um conjunto de importantes novas oportunidades para os territórios de baixa densidade inseridos em áreas de montanha.

A intervenção em territórios de montanha, face às suas especificidades físicas e socioeconómicas, deve ter um carácter flexível e solidário, capaz de mobilizar a comunidade e de satisfazer e assegurar as necessidades da população em termos de serviços, equipamentos e infra-estruturas (FERNANDES, 2010).

O leque de programas europeus que podem servir de financiamento a iniciativas nas áreas de montanha é muito vasto e os promotores também são muitos. Esta situação leva a que os vários programas com incidência na montanha não se articulem da melhor forma (CRISTÓVÃO, 2007).

Além disso, o facto de um mesmo território ser alvo de intervenções de entidades variadas, com financiamentos limitados, as quais traçam os seus próprios objectivos para o mesmo, provoca uma forte desarticulação nesse mesmo território, em vez de o desenvolver, que era o objectivo inicial. Por fim, muitas das acções são levadas a cabo, por exemplo no sentido de recuperar infra-estruturas, e construções que no fundo são marcas da identidade

dos territórios mas que não são contemplados na perspectiva de finalidade turística, o que demonstra uma falta de planeamento nesta área.

Seria, portanto, fundamental estabelecer um diálogo permanente entre as diferentes entidades, para que todos juntos pudessem definir a melhor estratégia para desenvolver a área em que os mesmos se localizam, de forma a promover a coesão dos territórios. As intervenções, com grande impacte ao nível local, acabam muitas vezes por não terem visibilidade ao nível regional e até mesmo ao nível nacional, fruto da falta de uma visão estratégica comum, quer por parte de muitos agentes de desenvolvimento local, quer mesmo das políticas ao nível nacional, que não promovem a articulação dos investimentos.

2.3. A importância do planeamento turístico

A consciência crescente em relação aos impactes de longo prazo do turismo no destino e sobre a natureza compósita do produto turístico espacial, leva alguns autores à sugestão de um planeamento estratégico do destino mais coordenado (KASTENHOLZ, 2006).

Defendemos a tese de que o planeamento se afigura como a chave para a resolução de muitos problemas mencionados ao longo deste relatório. Deixámos este subcapítulo para o fim propositadamente, pois esta questão reveste-se de transversalidade relativamente às questões aqui abordadas.

De acordo com ADELINO (2007), no contexto de crescente importância do turismo ao nível mundial, o estudo dos produtos/recursos turísticos constitui-se como um passo fundamental na definição de uma estratégia de desenvolvimento integrado do turismo.

“O planeamento deve garantir a sustentabilidade dos modelos territoriais, assegurando a viabilidade económica e financeira da produção de bens e de serviços e a sua adequação à procura, promovendo a participação e o empenho de todos os agentes no processo de (re)construção do território e da sua evolução equilibrada, como pilar de governância num projecto de efectivo desenvolvimento. Os territórios ganham ou perdem em função da sua articulação e competência e não tanto em função da distância a espaços de decisão político-administrativos, tendo-se consolidado processos de recomposição social e económica na presença de novos actores (públicos e privados), novos valores (materiais e

imateriais), diversas culturas territoriais e diferentes visões e prioridades num contexto cada vez mais segmentado e plural. A cultura dos territórios é cada vez mais percebida como factor de competitividade e alavanca para o seu desenvolvimento. Contudo, é frequente a adopção de uma postura conformista, parcialmente vinculada a uma cultura individualista e assistencialista, em detrimento de uma mentalidade produtiva e de cooperação” (FERNANDES, 2010).

Desta forma, planear o turismo assume-se como uma estratégia fundamental: é necessário perceber quais as potencialidades de um território para este atrair mais turistas e cativar mais divisas. É necessário também fazer um levantamento dos recursos, produtos e equipamentos que um determinado território possui ou deve possuir.

Antes de mais, há que proporcionar actividades que se adaptem às especificidades do território e à tipologia do público-alvo (VIEIRA, 2005, *cit.* em JESUS, 2008). Por outro lado, importa também ter presente que em destinos rurais localizados em ambientes de montanha o turista procura actividades com elevado grau de autenticidade, integradas nas particularidades da vida local. Além disso, e tal como foi mencionado no capítulo anterior deste relatório, os investimentos feitos não vão só servir os turistas, mas também os habitantes das áreas a intervir. Portanto é importante garantir a colaboração da população, através da sua participação, numa gestão conjunta e partilhada de forma a valorizar identidades e os recursos existentes, sem permitir a sua destruição, ou seja, sem por em causa qualidade de vida rural e o equilíbrio ambiental (CORREIA, 2005, *cit.* em JESUS, 2008).

A utilização desregulada e arbitrária de um recurso turístico sensível pode levantar questões do foro da conservação ambiental, entre outras. Sem uma devida contextualização dos turistas, sensibilizando-os para a salvaguarda e a valorização dos valores naturais em presença, podem surgir actos de negligência, para não dizer de vandalismo, extremamente pernicioso no tocante ao objectivo de promover uma relação saudável entre os turistas e as comunidades locais. Acresce que a actividade turística em ambientes de montanha só tem a beneficiar com uma correcta gestão dos recursos naturais, na exacta medida em que o seu crescimento sustentado dependerá sempre do bom estado de conservação desses mesmos recursos (FONTES, 2006).

De facto a capacidade de carga nas áreas rurais em ambiente de montanha, apesar de estas dependerem bastante do turismo, é bastante baixa, pelo que é importante que hajam visitantes, mas também é muito importante que existam regras, restrições. Esta situação terá

benefícios importantes, na medida em que, se por um lado manterá os recursos locais em bom estado, por outro, o facto de evitar a massificação vai forçosamente evitar a banalização destes espaços, logo, os valores de mercado manter-se-ão elevados.

Além destas vantagens que o planeamento poderá trazer, um destino cuidadosamente planeado tem mais probabilidades de se tornar mais rentável aos intervenientes. A ausência de sentido estratégico na atribuição dos financiamentos foi agravada pelos problemas que se vivem no interior, de baixa densidade de actores, iniciativas e oportunidades. Com efeito, a relativa disponibilidade dos apoios públicos acabou por ser um convite à dispersão das ajudas, com consequências nefastas ao nível da própria sustentabilidade das iniciativas turísticas (FONTES, 2006).

Muitos investidores desbarataram capitais próprios ou acabaram mesmo por ficar nas mãos da banca. Os projectos de iniciativa pública ou associativa, que não foi possível assumir politicamente o fracasso, ficaram presos a lógicas de político-dependência, permanecendo em operação graças à disponibilidade de apoios que o país continuou a negociar (*idem*). Estudos demonstram que a maioria dos promotores de empreendimentos de Turismo em Espaço Rural possui outras fontes de melhor rendimento, como é o caso dos salários ou das reformas, encarando a actividade como um certo *hobby*, para ganhar mais algum dinheiro. Além disso, esses empreendedores normalmente têm uma idade avançada, logo têm menos apetência para se envolverem em projectos com maior envergadura ou mais ambiciosos. Além disso destaca-se o facto de que muitos deles não se associam nem procuram complementar a sua oferta com a promoção de animação, deixando esta última a cargo de alguém que tome a iniciativa (JESUS *et al.* 2008).

Infelizmente as consequências destas experiências falhadas foram mais graves do que o simples insucesso individual dos investidores e a desbaratar fundos. A lógica do subsídio sobrepôs-se, muitas vezes, à lógica empresarial e comercial (FONTES, 2006).

Paralelamente, verificamos que o património emerge frequentemente no centro de diversos programas de promoção do desenvolvimento, envolvendo uma tipologia ampla de iniciativas e actores (turismo cultural, ecológico, parques temáticos, museus, entre outros mais relevantes). É reconhecida a desarticulação funcional da maioria desses programas e a fragilidade de mecanismos de participação pública dos cidadãos nas diversas fases do processo de planeamento, em particular na fase de avaliação das iniciativas, pelo menos a partir dos elementos disponibilizados e/ou publicados pelas instituições com responsabilidade na matéria (CARVALHO e CORREIA, 2008).

Uma outra razão que reforça a nossa teoria sobre a necessidade de planeamento turístico prende-se com a necessidade de conhecer o perfil dos turistas. Quem são, de onde vêm, o que procuram e se estão satisfeitos com o que encontraram. São apenas algumas questões-chave, que muitos agentes intervenientes no território teimam em não fazer.

Vários autores dedicaram-se a esta questão e realizaram inquéritos num contexto académico de simples conhecimento científico. Após a análise dos resultados obtidos, eles chegaram a conclusões muito interessantes, organizando grupos com tendências e gostos diferenciados, logo, com necessidades diferenciadas.

Ora o planeamento nesta fase passa a ser estratégico, porque conhecendo melhor quem visita estas áreas de baixa densidade em ambiente de montanha, será possível fazer os ajustes necessários na oferta turística para responder melhor às suas necessidades. Além disso, dependendo dos resultados, será possível criar num território áreas “adaptadas” aos diferentes grupos de turistas, criando-se assim um mosaico variado, valorizando as características endógenas e promovendo a diferenciação dessas mesmas áreas.

Também é importante que os vários actores que intervêm no território criem mecanismos de cooperação e de comunicação entre si, levando a cabo estratégias coerentes e concertadas de forma a não se verificar a desarticulação dos investimentos. Está mais do que visto que a teoria “das capelinhas” não tem pernas para andar. A integração de vários projectos e a actuação em rede só terão consequências positivas, protegendo os recursos naturais e o património.

Por fim, e não menos importante num processo de planeamento estratégico é a elaboração de uma estratégia de marketing.

O marketing pode ser compreendido como uma orientação ou filosofia de gestão que prossegue os objectivos de uma empresa/organização através da satisfação do seu mercado-alvo. Apesar de inicialmente utilizado somente no contexto de produtos e serviços, pode ser perfeitamente aplicado a destinos turísticos. Aliás, cada área de destino aplica, de forma mais ou menos consciente, ferramentas de marketing. Neste contexto, uma boa compreensão do processo de marketing e um melhor aproveitamento do seu potencial podem contribuir para um planeamento e gestão mais eficazes e eficientes, particularmente numa perspectiva de desenvolvimento sustentável do destino e sobretudo quando os recursos disponíveis são escassos (KASTENHOLZ, 2006).

O marketing poderá, em primeiro lugar, contribuir para uma eficaz “gestão da procura”, no sentido de atrair os turistas que mais valorizam o que o destino tem para

oferecer, trazem o maior benefício ao destino, medido não somente em termos monetários, mas considerando também os custos e os impactes resultantes deste fluxo de turistas, tendo em conta as competências e os recursos, actuais e potenciais, do destino (KASTENHOLZ, 2006).

Além destes factores, há que ter em conta que uma estratégia de marketing eficiente pode levar a imagem de um território muito longe, aumentando e melhorando a percepção das pessoas e captando assim mais potenciais alvos. Associado a uma imagem de marca eficiente, podemos falar num *empowerment* territorial, na medida em que este ganha um lugar entre outros lugares centrais.

Desta forma as áreas de baixa densidade inseridas em ambientes de montanha terão que seleccionar muito bem o tipo de turista a atrair, evitar a massificação e a concentração espacial e temporal de turistas, assegurando sempre a prioridade da preservação do património. Neste sentido o marketing destes destinos é algo mais condicionado e depende muito da correcta definição do mercado-alvo (KASTENHOLZ, 2006).

Embora muitos governos foquem, principalmente, os benefícios económicos positivos, tem-se vindo a reconhecer os potenciais custos a nível social e ambiental e a necessidade de investigação cuidadosa a nível dos efeitos não económicos. A necessidade da realização de planeamento estratégico em turismo e da intervenção do governo, no processo de desenvolvimento, são as respostas típicas para os efeitos não desejados do desenvolvimento em turismo, particularmente a nível local (KASTENHOLZ, 2006).

O planeamento estratégico, no sentido amplo de um processo orientado, deve estar apto a minimizar os potenciais impactes negativos, a maximizar os retornos económicos do destino turístico e a encorajar uma resposta mais positiva da comunidade local relativamente ao turismo, em termos de longo prazo. “O planeamento está preocupado com a antecipação e a regulamentação das mudanças no sistema, em promover ordenadamente o desenvolvimento, assim como em incrementar os benefícios ambientais, sociais e económicos resultantes do processo de desenvolvimento”. Por esse motivo, o planeamento deve ser visto como um elemento crítico, que garanta, a longo prazo, o desenvolvimento sustentado do destino turístico (KASTENHOLZ, 2006).

Destinos cuidadosamente planeados e geridos têm maior probabilidade de obter sucesso a longo prazo do que os não planeados. O planeamento mantém a vitalidade dos recursos e o desenvolvimento responde às expectativas dos residentes e dos mercados. O planeamento turístico aplica-se a qualquer tipo de destino – muito ou pouco desenvolvido.

Nos destinos pouco desenvolvidos permite a melhoria, a expansão ou o seu redireccionamento para obter melhores resultados (KASTENHOLZ, 2006).

Desta forma o planeamento turístico apresenta-se, antes de mais, como um processo contínuo, que envolve algum grau de experimentação e aprendizagem de exemplos. Contudo, apesar de relativamente flexível, a abordagem deve reflectir os princípios básicos de alcançar o desenvolvimento sustentável, o respeito pelos valores culturais e a distribuição dos benefícios económicos (KASTENHOLZ, 2006).

Um território que tenha elaborado uma estratégia adequada no que toca ao turismo, goza de mais benefícios do que sofre consequências nefastas, na medida em que, além dos seus produtos turísticos terem maior estabilidade e durabilidade, cria-se mais riqueza e verifica-se um maior desenvolvimento (ADELINO, 2007).

3. Caminhos para o desenvolvimento do turismo: Análise do concelho de Miranda do Corvo

Como já referimos, a segunda parte do nosso relatório, de carácter prático, centra-se no concelho de Miranda do Corvo. Após uma caracterização do mesmo iremos proceder à sua análise SWOT, à caracterização dos recursos e produtos turísticos nele existentes, a uma análise das estratégias do passado, actuais e propostas futuras.

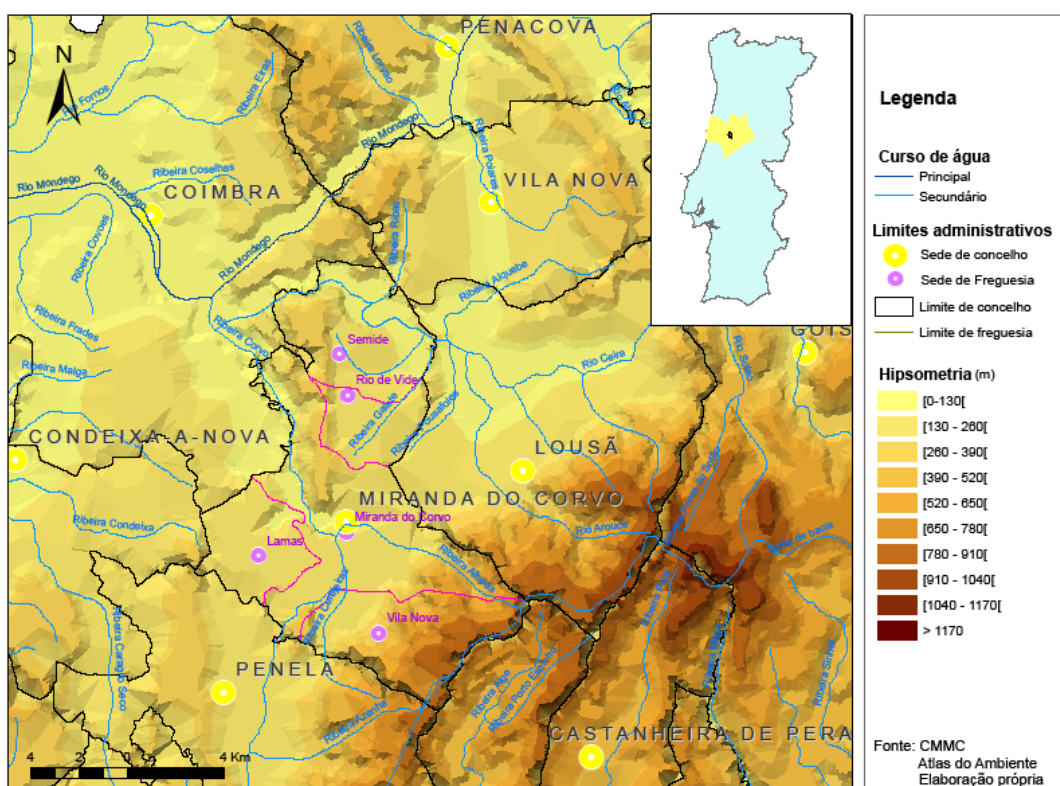
Por fim terminaremos fazendo algumas propostas que poderão complementar as estratégias que estão a ser implementadas e que possam contribuir para o aumento da centralidade do concelho no panorama turístico regional e até nacional.

3.1. Retrato territorial do concelho

3.1.1. Enquadramento e características geográficas

Em **termos geográficos**, o concelho de Miranda do Corvo está inserido no Pinhal Interior Norte (NUT III), da Região Centro de Portugal (NUT II).

Este é geograficamente contíguo com os concelhos de Vila Nova de Poiares a Nordeste, Lousã a Sueste, Figueiró dos Vinhos a Sul, Penela a Sudoeste, Condeixa-a-Nova a Oeste e Coimbra a Nor-noroeste (Figura 4). Coimbra é a capital de distrito onde se inclui o concelho em análise e esta cidade dista cerca de vinte quilómetros da vila de Miranda do Corvo.



Fonte: Atlas do Ambiente/Elaboração Própria

Figura 4: Enquadramento geográfico do concelho de Miranda do Corvo

Miranda do Corvo está inserida na Área Metropolitana de Coimbra, constituída em Março de 2004 e, juntamente com os concelhos de Lousã, Penela e Vila Nova de Poiares integra a Associação Municipal de Fins Específicos dos Vales do Ceira e Dueça (Comunidade Intermunicipal) – AMVCD, a qual tem como objectivos promover o

desenvolvimento de acções comuns na área do ordenamento, gestão, promoção e divulgação do território, nas temáticas do turismo, património, infra-estruturas e equipamento.

Em **termos físicos**, apresenta-se com relevo bastante irregular, variando entre os 200 metros de altitude nas áreas correspondentes aos vales dos rios e chegando a valores superiores a 900 metros de altitude, que correspondem à Serra da Lousã, que “preenche os lados sul e nascente do concelho, representando a faixa mais significativa do território e que integra as freguesias de Miranda do Corvo e Vila Nova, localizadas na extensa e fértil bacia que abrange a Vila, que passa pela Lousã até ao Espinhal” (CMMC, 1993).

No que toca à **geologia**, o concelho de Miranda do Corvo integra-se numa área de transição de várias unidades morfológicas, o que lhe confere uma certa indefinição e, simultaneamente, uma grande variedade de características no *terminus* ocidental da plataforma do Mondego a que corresponde, também, o extremo da bacia da Lousã (CMMC, 1993).

Como formação geológica mais uniforme salienta-se a Serra da Lousã, orientada na direcção NE-SO, fazendo parte do Complexo Xisto-Grauváquico das Beiras; verifica-se, também ao longo da paisagem do concelho, afloramentos de rochas xistosas do Maciço Hespérico pertencentes a este maciço (Serra da Lousã). Na união com o concelho da Lousã encontra-se uma formação de xistos luzentes. Predominam os arenitos avermelhados e arenitos claros conglomerados e notam-se alguns afloramentos de granito na área da Serra de Vila Nova (CMMC, 1993).

Através do estudo das características geológicas e estruturais do concelho, foi possível identificar quatro **unidades paisagísticas**:

- O Maciço Marginal³, unidade paisagística que abrange a área da Serra da Vila e toda a parte norte do concelho. As espécies florestais que aí se encontram são maioritariamente eucaliptos e pinheiros;
- A Depressão Periférica, na qual se insere o quadrante mais ocidental do concelho, subdividindo-se entre as colinas dolomíticas e as depressões marginais. Aqui domina o pinheiro, o olival o pomar e a vinha, que encontram uma grande fertilidade nas terras baixas da freguesia de Lamas;
- Os Xistos do Maciço Hespérico, unidade que pertence ao maciço da Serra da Lousã, e onde se verifica uma clara dominância do pinheiro, juntamente com algumas

³ Esta área do concelho ocupa apenas o sector mais a sul do Maciço Marginal, o qual se insere em apenas uma parte do Rebordo Montanhoso do Maciço Antigo.

manchas de eucalipto, especialmente nas áreas onde se registaram incêndios florestais na última década;

– A Bacia de Miranda do Corvo e envolvente, na qual a vegetação apresenta uma relativa homogeneidade, com o predomínio do eucalipto e do pinheiro. Também se encontram manchas de cultura arvense de regadio, olival e vinha. A cultura de arvense de sequeiro realiza-se mais nas proximidades de Semide e Rio de Vide, territórios mais agrestes às culturas de regadio (CMMC, 1993).

Relativamente à **hidrologia**, o concelho é banhado por dois cursos de água de importância local. O maior, o Rio Ceira (oriundo da Serra do Açor), percorre, com uma orientação aproximadamente Este-Oeste, o Concelho na sua parte mais setentrional encaixado nos materiais do Complexo Xisto-Grauváquico e Cristalofílico. O Rio Dueça, por seu turno, com traçado aproximadamente Sul-Norte, é oriundo da orla Mesozóica e corre sempre em vale aprofundado, com algumas exceções entre Godinhela e Montoiro em que percorre um vale alargado passível de ser inundado em ocasiões de fortes caudais. Desta forma, destacam-se no concelho duas bacias hidrográficas com uma elevada importância no enquadramento local, nomeadamente a bacia do Rio Dueça e do Rio Ceira, compostos por troços em diferentes estados de conservação, ao nível ecológico (CMMC, 1993 – Figura 5).

Em termos de **clima**, Miranda do Corvo apresenta um clima mediterrânico, embora sofra algumas influências atlânticas devido à relativa proximidade do mar e também seja influenciado pela proximidade da Serra da Estrela (*idem*).



Fonte: PROF PIN, 2005

Figura 5: Estado de conservação dos cursos de água

No que diz respeito aos **usos do solo** no concelho de Miranda do Corvo, é de destacar a área florestal (incluindo matos), a qual ocupa 79% da superfície total do concelho, seguida da área agrícola, que ocupa 15% e outros usos, nomeadamente a ocupação urbana, que correspondem a 6%, de acordo com o 5º Inventário Florestal Nacional (2010).

Esta mancha florestal, traduzindo uma influência tipicamente mediterrânea, encontra-se em vertentes de baixa altitude, abrigadas e com exposição predominantemente do quadrante Sueste, encontrando-se aí espécies características como o Carvalho português, o sobreiro, o medronheiro e plantas odoríferas. Em paralelo surgem espécies introduzidas pelo Homem.

No estrato arbóreo é possível encontrar uma grande variedade de espécies (quadro 1), de entre as quais dominam o pinheiro bravo e o eucalipto.

Quadro 1: Espécies arbóreas existentes no concelho de Miranda do Corvo

Espécie		% do total florestal	Espécie		% do total florestal
Pinheiro-bravo	<i>Pinus pinaster Aiton</i>	28,88	Cedro-do-Buçaco	<i>Cupressus lusitanica Miller</i>	*
Eucalipto	<i>Eucalyptus globulus Labill</i>	28,79	Cerejeira brava	<i>Punus avium L.</i>	*
Carvalho-roble	<i>Quercus robur</i>	0,04	Abeto	<i>Pseudotsuga menziesii (Mirb.) Franco</i>	*
Carvalho-negral	<i>Quercus pyrenaica Willd</i>				
Castanheiro	<i>Castanea sativa Miller</i>	0,25	Pinheiro-silvestre	<i>Pinus sylvestris L.</i>	*
Medronheiro	<i>Arbutus unedo L.</i>	*	Salgueiro-branco	<i>Salix alba L.</i>	*
Sobreiro	<i>Quercus suber L.</i>	*	Choupo	<i>Populus alba L.</i>	*
Loureiro	<i>Laurus nobilis L.</i>	*	Amieiro	<i>Alnus glutinosa (L.) Gaertner</i>	*

(* Não existem dados disponíveis)

Fonte: CMMC 1993/IFN/Elaboração própria

No que toca ao estrato arbustivo, encontramos um vasto conjunto de espécies, resumido no quadro 2. Muita desta vegetação ocupa actualmente áreas que arderam nos últimos anos, sendo, portanto, uma sucessão degradada. Outra parte importante da vegetação

deste tipo localiza-se nas cotas mais altas da Serra da Lousã sofrendo influências da altitude e da gestão florestal actual.

Quadro 2: Espécies arbustivas e herbáceas do concelho de Miranda do Corvo⁴

Gilbardeira	<i>Ruscus aculeatus L.</i>	Tojo	<i>Ulex europaeus L. e Ulex minor</i>
Pilriteiro	<i>Crataegus monogyna Jacq.</i>		<i>Roth</i>
Estevas	<i>Cistus ladanifer L.</i>	Trovisco	<i>Daphne gnidium L.</i>
Sargaços	<i>Cistus salvifolius L.</i>	Cardo	<i>Cynara cardunculus L.</i>
Carqueja	<i>Chamaespartium Tridentatum</i> (L.) Willk	Giesta	<i>Cytisus striatus (Hill) Rothm</i>
		Giesta-brava	<i>Cytisus scoparius (L.) Link</i>
Urze-vermelha	<i>Erica australis L.</i>	Hera	<i>Hedera helix L.</i>
Funcho	<i>Foeniculum vulgare Miller</i>	Candeias	<i>Arisarum vulgare Targ.-Tozz</i>
Torga	<i>Calluna vulgaris (L.) Hull</i>	Ervas-finas	<i>Agrostis truncatula, Parl.</i>
Rosmaninho	<i>Lavandula luisieri L.</i>		

Fonte: CMMC 1993

Relativamente à fauna, o concelho apresenta espécies selvagens cinegéticas e não cinegéticas (Quadro 3). Estas espécies dispersam-se por vários habitats identificados no concelho, nomeadamente os charcos temporários mediterrânicos, os cursos de água dos pisos basal a montano, as charnecas húmidas, as formações herbáceas de *Nardus L.*, ricas em espécies em substratos siliciosos das zonas montanhosas, as florestas aluviais de *Alnus glutinosa (L.) Gaertner e Fraxinus excelsior*, de Carvalhais galaico-portugueses e florestas de castanheiros.

⁴ Não foram encontrados dados relativos às percentagens de ocupação do território das espécies arbustivas e herbáceas.

Quadro 3: Espécies de fauna existentes no concelho de Miranda do Corvo⁵

Espécies cinegéticas			
Perdiz-comum	<i>Alectoris rufa</i>	Coelho-bravo	<i>Oryctolagus cuniculus</i>
Corço	<i>Capreolus capreolus</i>	Rola-comum	<i>Streptopelia turtur</i>
Veado	<i>Cervus elaphus</i>	Javali	<i>Sus scrofa</i>
Pombo-torcaz	<i>Columba palumbus</i>	Tordo-ruivo	<i>Tardus iliacus</i>
Lebre	<i>Lepus capenses</i>	Tordo-comum	<i>Tardus philomelus</i>
Espécies não cinegéticas			
Falcão-peregrino	<i>Falco peregrinus</i>	Poupa	<i>Upupa epops</i>
Milhafre-preto	<i>Milvus migrans</i>	Ouriço-cacheiro	<i>Erinaceus europaeus</i>
Melro-preto	<i>Tardus merula</i>	Doninha	<i>Mustela nivalis</i>
Pintassilgo	<i>Carduelis carduelis</i>	Rato-do-campo	<i>Apodemus silvaticus</i>
Corvo	<i>Corvus corvax</i>	Rato-comum	<i>Rattus norvegicus</i>
Cuco-canoro	<i>Cuculus canorus</i>	Texugo	<i>Meles meles</i>
Pisco-de-peito-ruivo	<i>Erithacus rubecula</i>	Raposa	<i>Vulpes vulpes</i>
Gaio-comum	<i>Garrulus glandarius</i>	Salamandra-lusitânica	<i>Chioglossa lusitanica</i>
Mochogalego	<i>Athene noctua</i>	Lagarto-de-água	<i>Lacerta schreiberi</i>
Pardal-comum	<i>Passer domesticus</i>	Ruivaco	<i>Rutilus macrolepidotus</i>
Coruja-do-mato	<i>Strix aluco</i>	Borboleta	<i>Euphydryas aurinia</i>
Coruja-das-torres	<i>Tyto alba</i>	Bolrboleta	<i>Euplagia quadripunctaria</i>
Carriça	<i>Troglodytes troglodytes</i>		

Fonte: CMMC 1993

Analisando os ortofotomapas relativos à área do concelho, verificamos que, quer nas áreas agrícolas, quer florestais, domina claramente a propriedade privada de estrutura minifundiária.

Entre os principais **acessos** encontramos a Estrada da Beira (EN 17), que liga os concelhos de Arganil, Vila Nova de Poiares, Lousã e Miranda do Corvo a Coimbra. Destacamos também a EN 342, que liga Condeixa a Lousã, quase até Góis, acesso em muito bom estado. Além destes dois acessos também existe a estrada nacional (EN 17-1) que atravessa o concelho num sentido praticamente Norte-Sul, perpendicularmente às duas

⁵ Não foram encontrados dados relativos às percentagens de ocupação do território das espécies cinegéticas e não cinegéticas.

estradas acima mencionadas. Por fim temos as estradas municipais que ligam todas as localidades do concelho e que se encontram, regra geral, em bom estado, necessitando, no entanto, de intervenção em alguns locais.

A nível ferroviário existe uma linha de comboio centenária, pertencente ao Ramal da Lousã, que apenas abrange a freguesia de Miranda do Corvo e que, apesar de servir uma grande fatia da população (note-se que a linha passa no interior da sede de concelho), esta apenas serve uma faixa estreita do total da área do concelho⁶.

3.1.2. A organização do espaço e as dinâmicas demográficas e geo-económicas

Ao **nível histórico**, em 1136 os habitantes de Miranda recebiam foral de D. Afonso Henriques, mas não directamente, tendo sido confirmado posteriormente por D. Afonso II. O concelho abrangia então vasta área, que ia quase do Ceira, perto de Coimbra, até à Ribeira de Alge, na aba Sul da Serra da Lousã, compreendendo aproximadamente as actuais freguesias de Miranda, Lamas, Vila Nova e Campelo. Contudo, sucessivas reformas iam adicionando ou subtraindo área ao total do concelho.

Actualmente Miranda do Corvo é constituída por cinco freguesias e respectivos patronos: a do Salvador, na vila, que é a matriz; a do Espírito Santo de Lamas, a de S. João, de Vila Nova, a de Santiago de Rio de Vide, e a da Senhora da Assunção de Semide. Deixou de pertencer ao concelho a freguesia da Senhora da Graça, de Campelo, que passou para Figueiró dos Vinhos, nos começos do regime liberal (www.mirandadocorvo.pt).

Miranda do Corvo poderá ter tido alguma importância em tempos remotos. Talvez com origem no Império Romano, havia uma estrada – a Estrada Real – que atravessava o concelho. Na localidade de Corvo (que se localiza junto a Miranda), existiam albergues para os viajantes poderem descansar. Na actual área histórica da vila de Miranda do Corvo existiu um hospital para receber os enfermos da viagem, sendo que os que acabavam por falecer eram enterrados junto à capela da Boa Morte, nas imediações do hospital. Até há quem admita que o nome de Miranda advenha de “Mira e anda”, local de passagem. Por outro lado

⁶ Actualmente o Ramal da Lousã está a ser sujeito a obras de requalificação, no sentido de passar a integrar a rede do Metro Mondego, o que obriga à procura de transporte alternativo, nomeadamente o autocarro.

há quem defenda a hipótese de que Miranda advenha de *Mirandus*, visto o morro do castelo (Monte do Calvário) servir de miradouro de daí se poder avistar a localidade de Corvo.

Mais tarde, sensivelmente desde o século XVII ao século XIX Miranda terá ganho uma nova importância no panorama regional, mas desta vez em termos religiosos. De facto, no Santuário da Senhora da Piedade de Tábuas realizou-se durante muitos anos uma peregrinação anual (Romaria), em honra desta Santa. Numa época mais tardia foi a vez do Santuário do Senhor da Serra, na freguesia de Semide, assumir algum protagonismo, até as aparições em Fátima terem desviado a atenção dos peregrinos para outras paragens.

De resto, o que conseguimos descobrir foi um enorme esforço encetado, essencialmente por parte da autarquia, praticamente após a queda do regime ditatorial, em dotar o concelho de infra-estruturas básicas. Contudo, tivemos a clara percepção de que a questão da afirmação em termos turísticos já era uma preocupação nessa altura (ADELINO, 2009).

A ausência de certas características que poderiam constituir importantes premissas para deter uma certa imagem forte (ao nível da história, do património, de pessoas ilustres, de iniciativas, entre outros), é um facto importante para que a imagem do concelho tenha sido fraca ao nível da região e quase inexistente no panorama nacional.

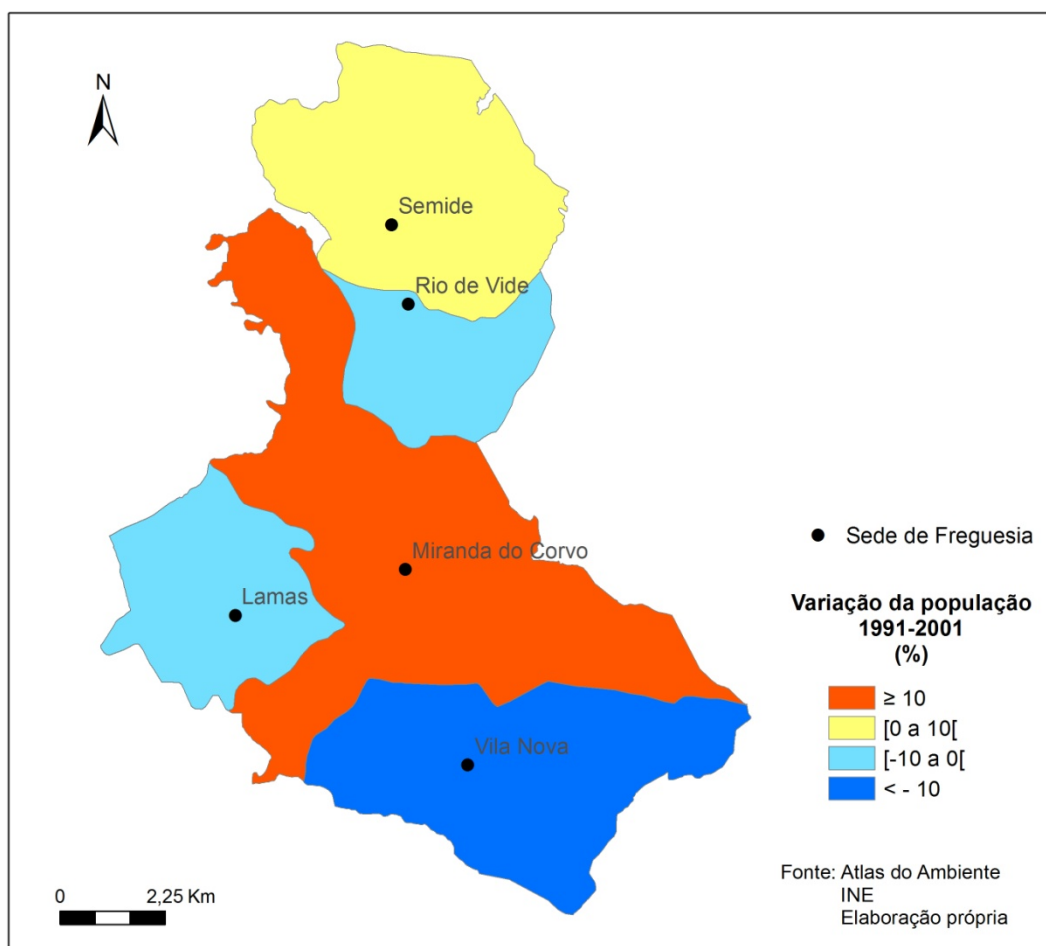
Com efeito, se fizermos uma análise do concelho verificamos que este, apesar de apresentar características de macrocefalia à escala local, Miranda do Corvo não apresenta qualquer centralidade no panorama nacional (ADELINO, 2009).

Em **termos demográficos**, os Censos de 1991 contabilizaram 11674 habitantes residentes em Miranda do Corvo e os Censos de 2001 contaram 13069 residentes, o que mostra que houve um aumento global de população residente no concelho. A densidade populacional é de 102,9 Hab./Km².

De entre as cinco freguesias, a que tem maior número de população residente é a de Miranda do Corvo (nomeadamente a vila), que contava, em 2001, com 7140 residentes, cerca de metade da população de todo o concelho. A seguir encontra-se a freguesia de Semide com 2993 habitantes, Vila Nova com 1104 habitantes, Lamas com 935 habitantes e Rio de Vide, a freguesia mais pequena, com 897 habitantes (INE, 2001).

Nos dados estatísticos do INE, apenas são mencionadas ao todo pouco mais de oitenta localidades, sendo que a população residual é de pouco mais de duzentas pessoas, o que significa que há muitas localidades que têm um número de habitantes muito reduzido. Comparando os dados dos Censos que compreendem o período decorrente entre 1991 e

2001, verificamos que apesar da população residente ter aumentado, este facto regista-se essencialmente na sede de concelho, sendo poucas as localidades que tiveram um aumento efectivo da população.



Fonte: INE/Atlas do Ambiente/Elaboração própria

Figura 6: Variação da população por freguesia em Miranda do Corvo, entre 1991 e 2001

Miranda do Corvo, tendo em conta a região onde se insere, foi um dos concelhos que registou um aumento gradual da sua população residente, contrariando a lógica de despovoamento que se tem vindo a constatar no território envolvente. Com efeito, comparando com os restantes municípios do Pinhal Interior Norte, verificamos que apenas um (Lousã) teve um acréscimo populacional semelhante (embora superior) ao de Miranda do

Corvo. Todos os outros caracterizam-se por uma importante perda de população. Podemos explicar esta situação devido a dois factores essenciais: um deles prende-se com a proximidade à cidade de Coimbra, o outro reside na questão das acessibilidades, nomeadamente a Estrada da Beira, a proximidade com a Auto-Estrada do Norte e, por fim, o Ramal da Lousã (ferrovia) que atravessa o concelho unindo a sua sede directamente com a cidade sede de distrito, ao contrário dos percursos sinuosos das estradas (Quadro 4).

Quadro 4: População residente no Pinhal Interior Norte, entre 1960 e 2001, por concelho

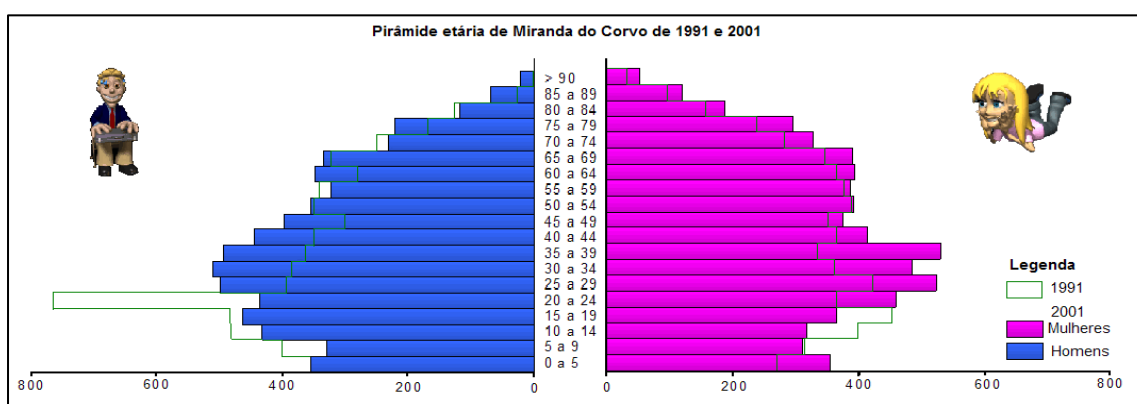
Distribuição Geográfica	1960	1970	1981	1991	2001
Alvaiázere	13883	11299	10510	9306	8438
Ansião	17268	15258	15446	14029	13719
Arganil	19237	15747	15507	13926	13623
Castanheira de Pera	5739	4825	5137	4442	3733
Figueiró dos Vinhos	11545	9145	8754	8012	7352
Góis	9744	6955	6434	5372	4861
Lousã	13900	12369	13020	13447	15753
Miranda do Corvo	12810	12013	12231	11674	13069
Oliveira do Hospital	26287	23525	23554	22584	22112
Pampilhosa da Serra	13372	9303	7493	5797	5220
Pedrógão Grande	8239	5131	5842	4643	4398
Penela	9438	7890	8023	6919	6594
Tábua	15869	12441	13456	13101	12602
Vila Nova de Poiares	7518	6296	6649	6161	7061
Pinhal Interior Norte	184849	151997	152056	139413	138535

Fonte: Adaptado de CARVALHO, 2005

De acordo com o Anuário Estatístico da Região Centro (INE, 2009), a população residente em Miranda do Corvo, em 31 de Dezembro de 2008, mantém a tendência para aumentar (contabilizando 13755 habitantes), embora a um ritmo menor (5%) em relação ao registado no período 1991-2001 (12%).

Ao analisar a **pirâmide etária** de Miranda do Corvo verificamos que existe, no geral, um menor número de população com menos de vinte anos, embora haja um acréscimo de

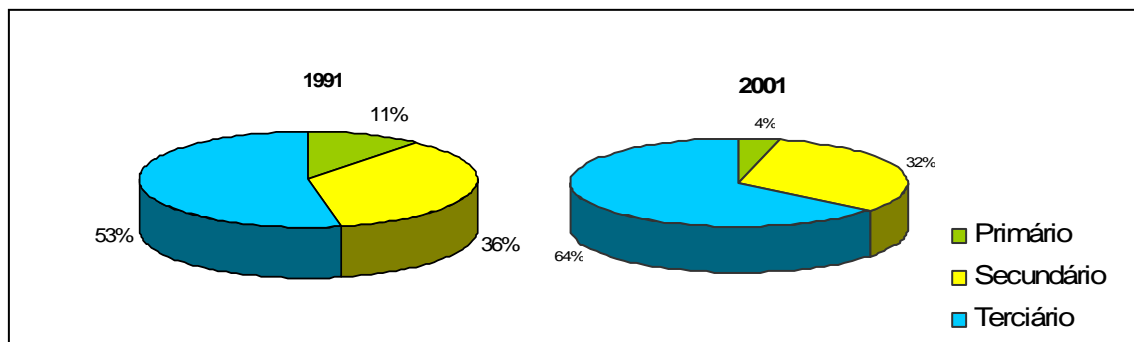
crianças com idade entre os zero e os cinco anos (Figura 7). Além disso, houve um ligeiro aumento da população com mais de cinquenta anos. Esta situação deve-se fundamentalmente ao facto de que muitas famílias que não conseguem comprar casa em Coimbra, adquirirem residência nos concelhos vizinhos, pois o preço é bastante mais baixo e há menos stress do que na cidade. Muitas das pessoas que adquirem casa nova são jovens adultos que mais tarde têm filhos e esta poderá ser uma razão válida para justificar o aumento do número de crianças com idade inferior a cinco anos.



Fonte: INE, 1991 e 2001/Elaboração própria

Figura 7: Pirâmide etária de Miranda do Corvo

Em relação aos **sectores de actividade económica**, verificamos que já em 1991 era o sector terciário que empregava cerca de metade da população do concelho que se encontrava a trabalhar, seguido pelo sector secundário e de longe pelo primário. No ano de 2001, aquando do último recenseamento geral da população, verificou-se que a tendência de terciarização da economia do concelho se agravou, sendo que aumentou a população do concelho a trabalhar no sector terciário, em detrimento do secundário e, principalmente, do primário (INE, 1991 e 2001 – Figura 8).



Fonte: CARVALHO, 2005 e INE, 1991 e 2001

Figura 8: População empregada por sector de actividade (CAE REV. 3) em 1991 e 2001, em Miranda do Corvo

No que toca aos **movimentos pendulares**, a quantidade população residente no concelho de Miranda do Corvo a exercer actividade noutros concelhos não é negligenciável, pois aumentou de 46% (2042) em 1991, para 51% (2880) em 2001, registando assim um aumento de 4,6% (INE, 1991 e 2001; CARVALHO, 2005).

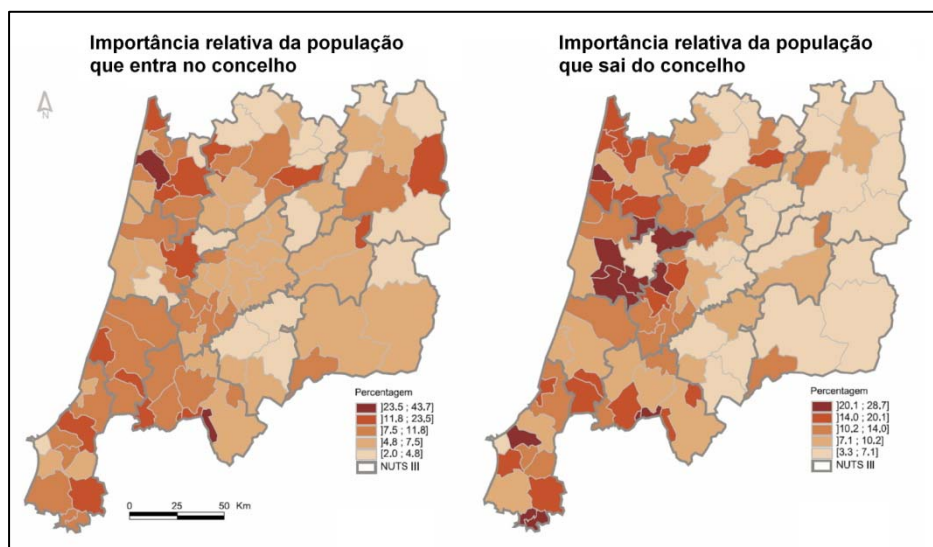
Estes factos levam a que o fenómeno dos movimentos pendulares adquira um significado bastante importante no concelho. Segundo o INE, em 2001, a importância relativa da população que entra no concelho⁷ é significativamente inferior à que sai do concelho⁸ (Figura 9).

Desta forma, Miranda do Corvo apresenta uma importância interacção concelhia⁹ essencialmente com Coimbra, uma vez que é aí que se localizam os serviços centrais de saúde, instituições de ensino superior e muitos estabelecimentos comerciais e de serviços com maior grau de especialização e, com expressão muito mais modesta, com a Lousã (Figura 10).

⁷ Importância relativa da população que entra no concelho = (população que trabalha ou estuda na unidade territorial residindo noutra unidade territorial/população residente presente na unidade territorial)*100.

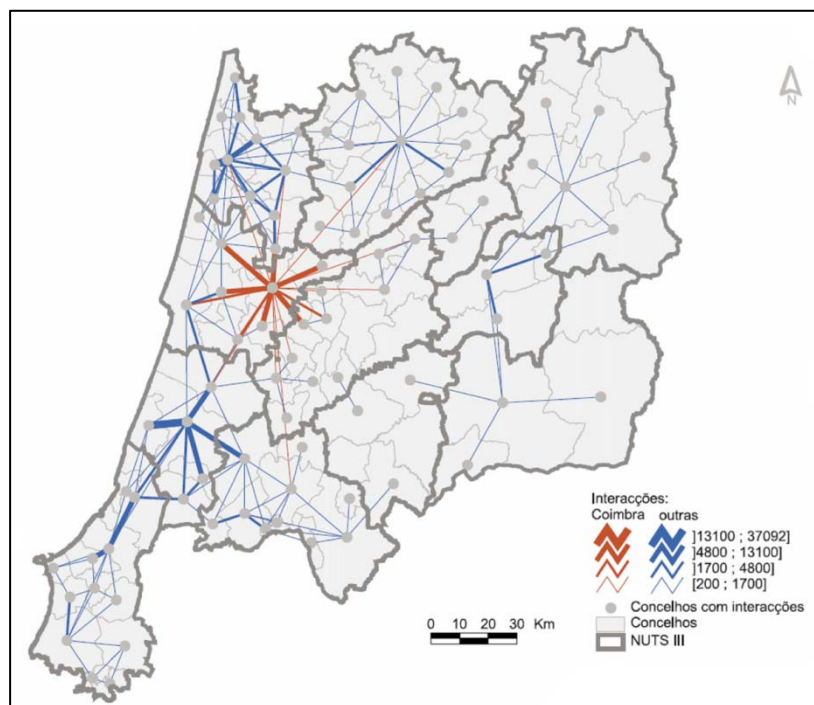
⁸ Importância relativa da população que sai do concelho = (população que trabalha ou estuda noutra unidade territorial residindo na unidade territorial/população residente presente na unidade territorial)*100.

⁹ Interacção concelhia = Importância relativa da população que entra no concelho + Importância relativa da população que sai do concelho.



Fonte: INE, 2001

Figura 9: Importância relativa da população que entra e que sai no concelho em 2001



Fonte: INE, 2001

Figura 10: Movimentos pendulares (interacções concelhias superiores a 200 habitantes) na Região Centro, em 2001

Esta situação reforça a importância das acessibilidades para a fixação da população e para a concretização dos movimentos pendulares diários o que, por sua vez, leva-nos a concluir que uma das principais funções do concelho de Miranda do Corvo prende-se com a função dormitório.

3.1.3 Análise SWOT

Em 2006 a Sociedade Portuguesa de Inovação elaborou o Plano Director de Inovação, Competitividade e Empreendedorismo para o concelho de Miranda do Corvo (PD-ICE), no qual foi apresentada uma análise *SWOT* do concelho. Essa análise parece-nos bastante completa e muito aproximada da realidade. Elaborámos um resumo da mesma e fizemos pequenas adaptações, que iremos apresentar de seguida, juntamente com um quadro resumido no final deste ponto (Quadro 5):

Pontos fortes:

Enquadramento Regional: O Concelho tem uma localização privilegiada na Região Centro, uma vez que se encontra próximo da rede viária de distribuição nacional – EN17 e ligações à A1 (Norte/Sul) e aos IC6 e IC7 (Litoral/Interior). A curta distância a Coimbra, um dos centros urbanos de maior relevância regional, constitui igualmente uma mais valia, que se tem revelado nos movimentos populacionais entre estes dois concelhos.

Crescimento Populacional: O Concelho de Miranda do Corvo tem registado um crescimento significativo da população ao longo das últimas décadas. Apesar do aumento da população com idade superior a 65 anos, continua a haver um predomínio da população em idade activa.

Valores Patrimoniais: A Aldeia de Xisto do Gondramaz e o património paisagístico associado à Serra da Lousã, são vantagens competitivas de grande valor. Existem também imóveis de elevado valor patrimonial, dos quais se destacam o Mosteiro de Santa Maria de Semide e o Santuário do Senhor da Serra.

Artesanato: As actividades artesanais têm uma forte presença em Miranda do Corvo, destacando-se a olaria, as rendas em fio de algodão fino, a cestaria aproveitando matérias-primas de origem vegetal (castanho, acácia, vime), a latoaria, a tanoaria e a escultura.

Potencial Turístico: A diversidade paisagística da Serra da Lousã, as Aldeias do Gondramaz e do Cadaval, a Quinta da Paiva e o Rio Dueça são elementos que conferem ao Concelho um elevado potencial turístico associado à natureza.

Património Florestal: No Concelho existe um vasto património florestal que pode ser gerador de riqueza, quer pelo desenvolvimento de actividades transformadoras, quer pela actividade turística.

Acessibilidade Ferroviária: A ligação ferroviária a Coimbra pelo Ramal da Lousã foi, ao longo das últimas décadas, geradora de um crescimento acelerado da população em Miranda do Corvo.

Equipamentos e Serviços de Apoio às Energias Renováveis: Na Zona Industrial da Pereira estão sediadas duas importantes instituições no âmbito das energias renováveis – a Agência Regional de Energia e Ambiente do Centro (AREAC) e o Centro da Biomassa para a Energia (CBE). O CBE, associado à extensão florestal concelhia, pode ser indutor de uma cultura energética inovadora, a qual poderá ser aproveitada a nível concelhio e supra-concelhio. No Concelho, mais especificamente na freguesia de Vila Nova, existem dois Parques Eólicos, onde está sediado um posto de observação astronómico com ligação às Universidades de Coimbra e Aveiro.

Instituições de Solidariedade Social: A tradição ao nível da solidariedade social é muito forte e antiga em Miranda do Corvo, tendo sido o Concelho onde foi inaugurada a primeira Casa do Gaiato. As instituições aqui sediadas prestam serviços à população em diversas valências (saúde, educação e formação profissional, cultura, lazer, desporto).

Pontos Fracos:

Acessibilidades rodoviárias: A sinuosidade das ligações a Coimbra pelas estradas nacionais e municipais, que atravessam várias povoações, ou pela EN17, é um problema para a população que diariamente tem de fazer o percurso Miranda-Coimbra.

Movimentos Pendulares: O Concelho é gerador de um elevado volume de deslocações pendulares para Coimbra, sendo a falta de emprego qualificado em Miranda do Corvo e o elevado custo da habitação em Coimbra duas das principais razões explicativas deste fenómeno.

Interacção Social: A migração de população para este Concelho gerou, no seio da vila de Miranda do Corvo, alguns problemas de segregação socio-territorial que importa solucionar.

Urbanismo e Planeamento: O acelerado crescimento demográfico provocou o crescimento urbano de Miranda do Corvo, o qual, condicionado por determinadas incongruências dos instrumentos de ordenamento vigentes, gerou um território algo fragmentado. Assiste-se a um zonamento vincado entre as zonas multi e unifamiliares, entre as zonas antigas e as zonas urbanas emergentes.

Ordenamento Florestal: A floresta local é um recurso natural de grande valor. Importa desenvolver a gestão e a utilização dos espaços florestais e a monitorização do estado da floresta (ordenamento do território, repartição das propriedades, riscos naturais, incêndios, etc.).

Investigação Tecnológica Energética: Apesar de aqui estarem sediadas entidades ligadas à investigação e utilização de energias alternativas (CBE e AREAC), o Concelho não se afirmou ainda plenamente enquanto Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI) de referência nestas matérias. Falta criar as bases para uma transferência bidireccional de conhecimento entre estas instituições e o tecido empresarial local.

Articulação da Oferta Turística: Apesar do potencial e de algumas iniciativas turísticas pontuais, ainda não existe um plano integrado que congregue todas as actividades desenvolvidas, que organize as diferentes ofertas e as planeie temporal e territorialmente, e que assuma uma área de especialização turística para o Concelho de Miranda do Corvo.

Dinamismo Económico: O dinamismo económico é pouco expressivo, sendo a actividade económica local sujeita a oscilações, muitas vezes com tendência a diminuir em determinados sectores específicos.

Espaços de Localização Empresarial: Forte dispersão sectorial e ausência de oferta de “zonas industriais” de qualidade que permitam a captação e retenção de investimento.

Oportunidades:

Quadro institucional/contexto regional: A diversidade institucional existente potencia possibilidades de cooperação e criação de redes em diversos domínios: Cultura e Turismo (rede de Aldeias de Xisto), Saúde e Acção Social (Coimbra) e Desenvolvimento Económico (AMPIN – Associação Metropolitana do Pinhal Interior Norte), Dueceira, GAMC (Grande Área Metropolitana de Coimbra). A proximidade à Lousã pode potenciar sinergias a nível do Turismo de Montanha. Por outro lado, existe uma proximidade a centros de decisão e produção de conhecimento (Coimbra) e a exemplos de boas práticas

municipais, como sejam a dinâmica cultural centrada no Castelo de Montemor-o-Velho ou o parque de biotecnologia em Cantanhede.

Aposta nacional no sector do turismo: Portugal possui uma vocação clara para aposta no Turismo enquanto sector chave de actividade económica, tendo sido criados recentemente o Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), como principal documento de orientação do sector, o Conselho para a Dinamização do Turismo, a Comissão Nacional de Gastronomia e a Agência Regional de Promoção Turística do Centro de Portugal.

Aposta nacional e internacional em estratégias dirigidas para o viver saudável: A prevenção e a educação dos hábitos da população para garantir a qualidade de vida e minimizar os riscos de saúde criados pelas novas rotinas (stress, depressões e outras doenças) são apostas mundiais (Organização Mundial de Saúde).

Política de Coesão e Inclusão Social: A coesão e inclusão social são preocupações globais e alicerces das políticas públicas a nível europeu. Miranda do Corvo, com uma forte capacidade de prestação de serviços nesta área, pode assumir-se como exemplo inovador, potenciando os recursos existentes.

Cluster da Saúde em Coimbra: A presença de um forte *cluster* da saúde em Coimbra pode servir de âncora ao desenvolvimento de Miranda do Corvo, actuando como prestador de serviços em valências complementares às existentes na capital do distrito.

Metro de superfície: A possibilidade de modernização do ramal ferroviário continua a ser um factor de atracção de novos residentes e uma esperança de melhoria das acessibilidades¹⁰.

Ameaças:

Baixo nível de cooperação institucional: A baixa articulação institucional, nomeadamente, entre a Administração local e supra local, o tecido empresarial e os agentes ligados ao Ensino e Investigação, dificulta a existência de uma estratégia concertada e focalizada nos vectores chave de afirmação de Miranda do Corvo. Esforços recentes têm vindo a ser desenvolvidos no sentido de estabelecer esta cooperação e interacção.

Desarticulação de actividades desenvolvidas na Serra da Lousã: Pelo facto da Serra da Lousã ser um espaço partilhado por diversos concelhos, sem haver uma política de desenvolvimento concertada, implica a prática simultânea de actividades incongruentes, bem como a ausência de uma coordenação de calendários na concretização de iniciativas. A

¹⁰ Este processo começou em Dezembro de 2009, encontrando-se actualmente em execução

inexistência de um plano integrado pode também condicionar a própria sustentabilidade da Serra da Lousã.

Dificuldade na fixação e atracção de recursos humanos qualificados: A proximidade a Coimbra, apesar de apresentar diversas vantagens, pode constituir-se como obstáculo à fixação de recursos humanos qualificados.

Concorrência de outros Municípios com maior potencial de captação de investimento: É inevitável a concorrência de outros Concelhos na atracção de investimentos, alguns deles com vantagens comparativas em termos de acessibilidades, infra-estruturas de apoio e qualificação de recursos humanos.

Situação de crise económica: O agravamento da crise económica nos últimos anos tem inibido o investimento por parte das empresas em criar novos pólos de produção e de criação de postos de trabalho.

Quadro 5: Síntese da análise SWOT feita ao concelho de Miranda do Corvo

Pontos fortes: <ul style="list-style-type: none">- Enquadramento Regional- Crescimento Populacional- Valores Patrimoniais- Artesanato- Potencial Turístico- Património Florestal- Acessibilidade Ferroviária- Equipamentos e Serviços de Apoio às - Energias Renováveis- Instituições de Solidariedade Social	Pontos Fracos: <ul style="list-style-type: none">- Acessibilidades rodoviárias- Movimentos Pendulares- Interacção Social- Urbanismo e Planeamento- Ordenamento Florestal- Investigação Tecnológica energética- Articulação da Oferta Turística- Dinamismo Económico- Espaços de Localização Empresarial
Oportunidades: <ul style="list-style-type: none">- Quadro institucional/contexto regional- Aposta nacional no sector do turismo- Aposta nacional e internacional em estratégias dirigidas para o viver saudável- Política de Coesão e Inclusão Social- Cluster da Saúde em Coimbra- Metro de superfície	Ameaças: <ul style="list-style-type: none">- Baixo nível de cooperação institucional- Desarticulação de actividades desenvolvidas na Serra da Lousã- Dificuldade na fixação e atracção de recursos humanos qualificados- Concorrência de outros Municípios com maior potencial de captação de investimento- Situação de crise económica

Fonte: Adaptado de SPI, 2005

3.2 Recursos e produtos turísticos

A análise dos factores geográficos relativos ao concelho de Miranda do Corvo mostra-nos que os recursos turísticos prendem-se essencialmente com o clima mediterrânico, a Serra da Lousã, o património natural e construído e a tradição/cultura. A proximidade com Coimbra poderá constituir uma mais-valia, uma vez que este é um centro importante no que toca à cultura e à saúde.

Desta forma deverão ser realizados planos estratégicos relacionados com a valorização do turismo de natureza, saúde e bem-estar. Estamos assim a falar num turismo alternativo, com forte conotação ecológica e cultural. Este tipo de turismo não atrai as massas mas apresenta-se como sustentável na medida em que, além de promover um enriquecimento cultural e bem-estar dos visitantes/turistas, também contribui para a protecção e conservação dos recursos naturais e patrimoniais, melhoria da qualidade de vida das populações locais e, conseqüentemente, um desenvolvimento sustentável do concelho.

A seguir iremos identificar algumas potencialidades turísticas do concelho de Miranda do Corvo que devidamente organizadas através de determinadas estratégias, podem constituir a oferta turística do concelho.

3.2.1 Dos recursos...

“A primeira condição para que possa existir um ou mais produtos turísticos num determinado destino é a existência de recursos turísticos susceptíveis de serem aproveitados – não haverá turismo se não houver recursos naturais ou paisagísticos, monumentos, oferta cultural etc.” (COSTA, 2007).

O concelho de Miranda do Corvo apresenta uma grande variedade de recursos turísticos, desde o património construído, natural, etnografia, até aos inúmeros locais de lazer modernos (Figura I), espalhados um pouco por todo o município, o que mostra que tem sido feito um grande investimento neste sector de actividade nos últimos anos.

Neste contexto, iremos identificar todos os recursos turísticos que consideramos relevantes para o município.

3.2.1.1 Património cultural

Como refere a Lei n.º 107/2001 (Lei do Património Cultural Português), o património cultural é o conjunto de todos os bens, materiais e imateriais que, pelo seu valor próprio, devam ser considerados de interesse relevante para a permanência e a identidade da cultura de um povo.

Se durante muitos anos as práticas típicas de algumas regiões foram consideradas como um atraso no desenvolvimento e na mentalidade das pessoas, actualmente as mesmas têm vindo a ser valorizadas. Neste contexto, Portugal aposta forte no que é genuíno dos seus concelhos e Miranda do Corvo não é excepção. Actualmente procura-se recuperar, valorizar e mostrar aquilo que se produz neste concelho. Desta forma podemos entrar em contacto com vários tipos de produção artesanal.

3.3.1.1.1 Património material

O **artesanato** é sem dúvida uma das melhores marcas da identidade de Miranda do Corvo. A produção em pequenas empresas familiares, de objectos fundamentais para o dia-a-dia da população, vigorou até um período tardio, embora com expressão cada vez mais modesta. Ultimamente tem-se investido em ateliers de produção artesanal que irão dar a conhecer um pouco mais dos costumes dos mirandenses.

No que toca à **olaria**, Lucília Caetano foi a primeira pessoa a atribuir o título de “Museu Vivo” da Cerâmica e do Barro Vermelho a Miranda do Corvo, na década de 1980. Em alguns lugares da freguesia de Miranda do Corvo era possível percorrer a evolução da cerâmica do barro vermelho, incluindo a presença do *domestic system* (pré-industrial) em simultâneo com outras técnicas de produção mais avançadas, nomeadamente a produção de telha e tijolo (CAETANO, 1987). Realiza-se ainda nas localidades de Bujos, Espinho e principalmente no Carapinhal.

As **rendas** têm origem no Mosteiro de Semide, elaboradas pelas monjas que aí residiam.

De origem contraditória, a **tecelagem** artesanal desenvolveu-se devido ao isolamento a que estiveram sujeitas algumas povoações do concelho, utilizando a lã das ovelhas ou

fibras vegetais, como o linho para se agasalhar (RODRIGUES, 2005). Uma outra forma de tecelagem, denominada «tecelagem de Almalaguês», era bordada e executada em fio de algodão e utilizada para tapeçaria e colchas. Este tipo de arte actualmente pratica-se por todo o concelho.

A **latoaria** pratica-se em vários pontos do concelho. No passado tinha muita importância, contudo a utilização de outros materiais levou a que a latoaria entrasse em declínio, sendo já praticada essencialmente para venda como recordação.

Relativamente às **esculturas de pedra**, foi na década de 1980 que se descobriu o talento de um escultor, pessoa simples e modesta, residente na aldeia do Gondramaz. O senhor Carlos Rodrigues (1928 – 2010), executou durante três décadas trabalhos em xisto, com ferramentas rudimentares, reconhecidos em Portugal e no estrangeiro.

A **cestaria** era usada principalmente para o transporte de produtos agrícolas, contudo, com o declínio da agricultura e a crescente utilização de outros materiais, a produção destes utensílios entrou também em declínio. Actualmente esta pratica-se ainda em Torno, Cardeal e Casal das Cortes.

Segundo OSÓRIO e DUARTE (1995) *cit.* em RODRIGUES (2007), o modo de confecção dos alimentos vincula diferentes áreas: o histórico, económico, social e religioso que responde ao porquê da existência da confecção desses pratos.

A **gastronomia** típica de Miranda do Corvo não foge a esta regra. De facto, um dos pratos com mais relevância no concelho é a **Chanfana**, feita a partir da carne de cabra, produção típica no concelho. Com o molho que sobra e adicionando pão e couves, confecciona-se outro prato denominado **Sopa de Casamento**. Outro prato que é confeccionado em simultâneo com a chanfana, usando as tripas da cabra, é os **Negalhos**. Por fim o **Chispe** é outro prato, também feito a partir da carne de cabra, nomeadamente a perna, que se confecciona no concelho.

No que toca a sobremesas e doces, tem especial destaque o **Arroz Doce**, que apesar de não ser especialidade exclusiva da região, é muito consumido nas festividades. No Mosteiro de Semide as monjas criaram alguns doces, nomeadamente a **Nabada** (feita com nabos) e as **Súplicas** (a partir de ovos).

Dentro do **património construído** merece destaque o património religioso. Em todo o concelho existem inúmeras construções de cariz religioso. As mais importantes são as igrejas, existentes essencialmente nas sedes de freguesia, contudo mais numerosas são as capelas e as alminhas, existentes em quase todas as localidades.

No que toca às igrejas, a análise espacial mostra que a maior concentração destes espaços religiosos existe na sede de concelho, Miranda do Corvo, onde se situam, na parte histórica da vila, o **Monte do Calvário** de origem remota e que sofreu muitas alterações, a **Igreja Matriz**, situada no Monte Calvário, dos finais do século XIV, a **Capela do Calvário**, também no Monte do Calvário, no morro do castelo, provavelmente de finais do século XIX e a **Capela da Senhora da Boa Morte**, de pequenas dimensões, localizada nas imediações do Monte do Calvário.

De seguida destaca-se a freguesia de Semide, que além da **Igreja Matriz**, fundada no século XII pela ordem Beneditina, conta com o **Santuário do Senhor da Serra**, localizado no cimo da Serra de Semide, onde tem lugar a maior romaria do centro do país. Em Vila Nova também se encontra outro local de peregrinação, a **Capela da Senhora da Piedade de Tábuas**, que remonta à segunda metade do século XVI. Nas restantes freguesias do concelho destacam-se as respectivas igrejas matrizes.

Tal como no caso do património religioso, por todo o concelho existem inúmeras **festas religiosas** (Quadro 6) que animam todas as localidades, em honra de variados santos, fruto da religiosidade do povo. Nas gerações passadas estas festas tinham importância fundamental, visto que constituíam uma das poucas oportunidades que existiam para o descanso, sociabilização e animação, ao longo do ano todo.

Quadro 6: Festas religiosas de Miranda do Corvo

Festas	Data	Local
São Sebastião	Janeiro	Miranda do Corvo
Senhor dos Passos	Bienal - Semana Santa	Miranda do Corvo
Romaria do Senhor da Serra	15 a 22 de Agosto	Senhor da Serra
N. Sra. da Piedade de Tábuas	2º fim de semana de Setembro	Tábuas
Via Sacra	Sexta-feira Santa	Rio de Vide/Semide

Fonte: Elaboração própria

Em Miranda do Corvo existem actualmente poucas marcas de **arquitectura civil**. Esta situação está fortemente relacionada com a história do concelho. Algumas das infra-

estruturas foram descaracterizadas ou abandonadas, perdendo-se irremediavelmente com o passar dos anos. Hoje apenas restam algumas partes ou marcas da sua existência.

O edifício dos **Paços do Concelho** (do início do século XX), revela bastante interesse do ponto de vista arquitectónico e histórico. Esta construção revela ainda maior interesse patrimonial quando considerado a par com a envolvente (CMMC, 1993).

A **Torre Sineira** é o que resta do antigo castelo que existia no cimo do Monte Calvário e o Pelourinho que data do Século XVI e que se encontrava no local onde existia a antiga Casa da Câmara (actual feira da Sardinha), ambos localizados na sede de concelho.

Fora da sede destaca-se a aldeia do **Gondramaz** (Figura 11), na freguesia de Vila Nova, a única aldeia pertencente à Rede das Aldeias de Xisto no concelho. Outra localidade em destaque é o **Cadaval** (Figura 12), aldeia abandonada, nas proximidades do Gondramaz, aldeia de xisto não contemplada pelo PAX por ausência de população residente.



Fonte: Elaboração própria

Figura 11: Aldeia do Gondramaz

Na **área histórica da vila** ainda subsistem algumas casas centenárias pertencentes a famílias tradicionais, embora alteradas ou com algumas marcas de degradação (RODRIGUES, 2007). É nesta área que se encontra o **Antigo Hospital da Nossa Senhora**

da Conceição que acolhia os viajantes e peregrinos doentes e que está actualmente descaracterizado, propriedade que serve para uso privado.

No lugar de Tróia localiza-se a **Casa do Capitão-Mor**¹¹, imóvel no qual se destaca, desde logo, um brasão barroco bem conservado na sua fachada evidenciando a presença senhorial. A casa data do Século XVIII. (CMMC, 1993).

As marcas do modo de vida da população de Miranda do Corvo ainda são visíveis um pouco por todo o lado. Há apenas algumas gerações a paisagem nalguns locais era marcada pela presença de **moinhos**, principalmente de água, localizados junto aos cursos de água. Os de rodízio horizontal eram predominantes, quando comparados com os de rodízio vertical. Em menor número existiam os moinhos de vento, dos quais actualmente apenas existe dois exemplares, um localizado na Quinta da Paiva, adquirido a um concelho vizinho e outro na localidade de Espinho, recuperado por iniciativa da população local.



Fonte: Elaboração própria

Figura 12: Aldeia do Cadaval

Na freguesia de Vila Nova existem dezenas de **azenhas** na proximidade dos cursos de água. Através do programa Agris, a Câmara Municipal pretendeu a sua requalificação e a

¹¹ Este imóvel está a ser recuperado, a título particular, prevendo-se, numa segunda fase recuperar também uma outra parte da propriedade para Turismo em Espaço Rural (TER).

criação de um caminho pedestre para mostrar estas infra-estruturas. Contudo, da totalidade das azenhas, apenas três foram recuperadas, uma vez que muitos proprietários não se mostraram interessados em aderir a este projecto.

Existem registos da existência de várias azenhas também na ribeira de Fervença, na freguesia de Lamas e dispersas pelas restantes freguesias do concelho.

Além dos **moinhos** também era frequente a existência de **lagares**, nomeadamente de prensa hidráulica e prensa de vara de madeira. Este último tipo ainda visível na localidade de Espinho e na Quinta da Paiva.

3.1.1.2. Património imaterial

De entre as inúmeras marcas de património imaterial destacamos apenas algumas, pois este relatório ficaria exageradamente extenso. Remetemos para anexo alguns exemplos concretos e a explicação mais detalhada de alguns aspectos que iremos apresentar a seguir.

Falamos essencialmente de tradições cujas origens se perdem no tempo, passadas de geração em geração, de forma oral e que estão lentamente a desaparecer. Histórias de vida passadas que desvanecem no tempo, confundindo-se com a própria História.

Os **modos de vida local** prendem-se essencialmente com a ruralidade. Destacamos, em primeiro lugar, as práticas agrícolas tradicionais, as vindimas, a ida ao lagar com a azeitona acabada de apanhar para fazer o azeite, a produção tradicional de licores e bebidas de teor alcoólico para consumo próprio, a pastorícia, a ida ao rio para lavar a roupa, a moagem de sementes para fazer farinha com a finalidade de amassar a broa, a matança do porco, a recollecção de pinhas, lenha e fagulho para fazer as fogueiras para cozinhar e para aquecimento da casa, a recollecção do mato para “fazer a cama” aos animais, a recollecção de castanhas, a produção de mel, entre muitos outros. E claro, a ida ao mercado para vender os excedentes e comprar aquilo que não se tem, como por exemplo algum peixe, vestuário e utensílios de trabalho.

De entre os eventos destacamos as **festas das aldeias**. Para muitas pessoas eram as únicas alturas em que podiam esquecer os problemas do dia-a-dia e fazer coisas diferentes. Normalmente eram em honra deste ou daquele santo, para agradecer ou pedir graças, o que demonstra um carácter profundamente religioso das populações.

Pelo menos nos principais festejos da aldeia, muitas pessoas faziam uma limpeza geral à casa, enfeitavam a entrada e as ruas com flores ou verduras (principalmente se havia ladainha ou procissão), matavam uma cabra para fazer a chanfana e o chispe, preparavam o arroz doce e vestiam roupa nova.

Depois de celebrada a missa, por vezes aconteciam as já mencionadas ladainhas ou procissões. No final frequentemente aconteciam os leilões de fogaças, em que os populares ofereciam “à capela” alguns dos produtos alimentícios ou animais que possuíam para estes serem leiloados ao povo. O dinheiro obtido com os leilões era muitas vezes destinado à manutenção ou obras de requalificação das capelas.

Também acontecia com alguma frequência, depois de uma tarde religiosa, um momento profano: o baile. Este era o momento de encontro não só dos da terra, como também dos das terras vizinhas que apareciam. Os jovens dançavam, frequentemente com a supervisão dos seus pais (principalmente as jovens solteiras) e não raras vezes eram locais onde se conheciam outros jovens, resultando em namoro ou mesmo em casamento.

Para animar as festas existiam os **grupos etnográficos** (ranchos), os Zés Pereiras (gaiteiros) e mais tarde os agrupamentos musicais. Estes dois primeiros grupos de animação revestem-se de grande importância pois são os que preservam a indumentária tradicional, os cantares, as melodias e até a arte de tocar certos instrumentos que actualmente já não se ouvem com muita frequência.

O carnaval (Entrudo) também costumava ser assinalado. As pessoas disfarçavam-se, pregavam-se partidas, mudavam-se as coisas de sítio durante a noite, praticavam as chocalhadas, iam para o meio do mato entoar sons, entre outros.

Muitas vezes entoavam-se **cantares**, por grupos organizados, para assinalar certas datas específicas, tais como as Janeiras ou o cantar às almas. Também se cantavam as canções de roda, em que as pessoas dançando à roda, cantavam (Documento I).

Paralelamente, destacamos as **histórias/lendas**. Eram sobre a terra, sobre lobos, milagres, sobre pessoas, entre outros. Tinham um carácter lúdico mas acima de tudo educativo, pois frequentemente havia uma moral por detrás da história (Documento II).

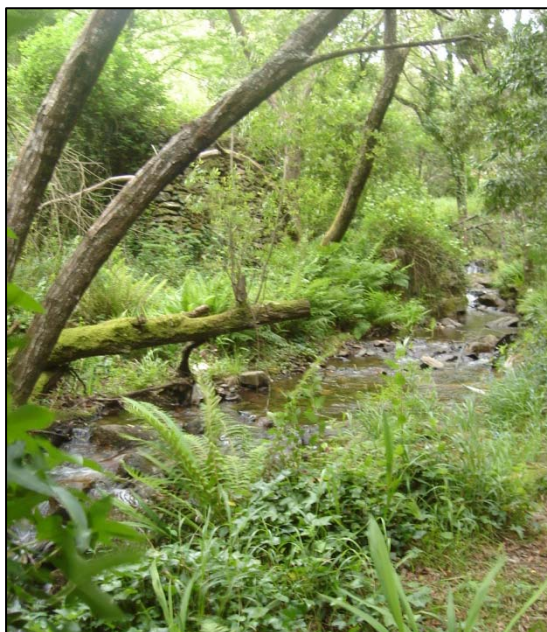
Por fim, mencionamos os **jogos tradicionais**. Ao domingo, aos feriados ou em dias de festa as pessoas juntavam-se, mais ou menos jovens, para jogar. As crianças em idade escolar jogavam muito o jogo do pião, da macaca, do arranca-te nabo, entre outros. Os adultos, principalmente os homens, jogavam o pau de sebo ou o jogo do fito (Documento III).

Estes jogos eram muito importantes, não só como meio de distração, mas também como meio de sociabilização.

3.3.1.2. Património natural

Destaca-se em Miranda do Corvo a percentagem do território que apresenta uma ocupação florestal. Este facto aliado a outras características concelho torna-o propício à realização do eco-turismo e de eventos de montanha em várias partes do concelho.

O concelho dispõe actualmente de duas áreas naturais que se encontram abrangidas por medidas de protecção: o **Espaço Natural na Senhora da Piedade de Tábuas**, que contempla a piscina fluvial aí localizada e toda a flora envolvente e o **Sítio da Serra da Lousã**, incluído na Rede Natura (arquivo da Câmara Municipal de Miranda do Corvo).



Fonte: Elaboração própria

Figura 13: Espaço natural na envolvente da Sr.^a da Piedade de Tábuas

Além do Património Paisagístico, o concelho dispõe de um leque de elementos paisagísticos que o enriquecem e valorizam. Igualmente, as aldeias serranas de xisto de **Gondramaz, Galhardo e Cadaval**, dada a sua beleza única, são dos locais mais apreciados.

Neste contexto, ocorrem duas vezes por ano **workshops**, no âmbito da Rede das Aldeias do Xisto. Um deles ocorre em Novembro e diz respeito à fauna, enquanto que o outro ocorre em Maio e diz respeito à flora. Tanto um como o outro ocorrem na freguesia de Vila Nova e pretende-se, com estes workshops, mostrar a fauna e flora existente naquela área além da importância da sua preservação.

3.3.1.3 Equipamentos e infra-estruturas de apoio à actividade turística

Em Paiviegas, perto da Vila de Miranda do Corvo localiza-se a **Quinta da Paiva**, um complexo turístico-cultural, constituído por um conjunto de equipamentos, espaços colectivos e áreas verdes, que participam activamente na vida da comunidade e desempenham um papel preponderante em actividades como o turismo, lazer e cultura.

Além das infra-estruturas que já existem neste local, estão a ser executados variados projectos que irão enriquecer mais a oferta turística a médio prazo. Desta forma concentrar-se-á, num espaço reduzido, uma densa rede de equipamentos e infra-estruturas para o turismo e ocupação dos tempos livres.

Contudo, apenas uma parte da sua área estará aberta ao público, área essa que corresponde aos Ateliers de Artesanato, o Picadeiro Coberto e Descoberto, o Centro de Informações, o Restaurante/museu da Chanfana, o Parque de Merendas, o Circuito de Manutenção, o Parque Infantil e o Anfiteatro. Todas as outras modalidades estarão inseridas num roteiro (Figura II).

Ao longo do percurso têm vindo a ser recuperados e criados poços com engenhos de tracção animal, além das levadas de água que irão irrigar o engenho de uma azenha recuperada. Todos estes elementos apresentados irão constituir o ecomuseu da Quinta da Paiva.

Por fim está prevista a construção de um hotel que irá colmatar a grande carência de infra-estruturas de alojamento que existe actualmente no concelho de Miranda do Corvo.

A Quinta da Paiva será uma área densamente povoada de equipamentos e infra-estruturas que abrangerão as áreas do desporto, lazer e turismo, de promoção do contacto

com as tradições, artes e ofícios locais e o contacto com a natureza, através dos animais e dos habitats onde estão inseridos.

Actualmente é possível encontrar na Quinta da Paiva o **Museu da Tanoaria**, que resulta da doação de um espólio composto por mais de uma centena de peças relacionadas com esta actividade de um coleccionador particular à Fundação Assistência para o Desenvolvimento e Formação Profissional (ADFP), a qual, aproveitando a antiga casa do caseiro dessa quinta a pôs em exibição aos visitantes, em homenagem aos tanoeiros de Portugal.

O **Museu/Restaurante da Chanfana** pretende mostrar e proporcionar a degustação da gastronomia local, nomeadamente a Chanfana, os negalhos, o chispe e a sopa de casamento.

Paralelamente já existem as **oficinas de artesanato vivo** onde os visitantes poderão acompanhar o processo de produção dos produtos endógenos.

Na **Quinta Pedagógica da Quinta da Paiva** é possível observar animais domésticos típicos da região e aprender muitas coisas sobre eles, tal como no **Parque Biológico da Serra da Lousã** é possível observar animais autóctones, mas de origem selvagem.

Na freguesia de Vila Nova foram recuperadas **azenhas** ao abrigo do Programa Agris que, complementadas com o Percurso Pedestre das Azenhas serão possíveis de conhecer e aprender coisas sobre o seu modo de funcionamento e, consequentemente, dos modos de vida dos nossos antepassados.

Por fim a **Casa dos Reis**, localizada na localidade de Vila Nova, resulta da reabilitação de um imóvel antigo, em avançado estado de degradação. Este espaço já acolheu uma exposição temporária de instrumentos musicais tradicionais da China.

Os **locais de lazer** encontram-se concentrados sobretudo na vila de Miranda do Corvo. Destacamos o parque verde da Quinta do Viso entre o Carapinhal e Miranda do Corvo, a Praça da Cruz Branca, o Rossio do Corvo e a zona Histórica da vila, também localizadas em Miranda do Corvo, tal como a Praça da feira da Sardinha e a Praça da Feira dos Bois. Nas traseiras do Monte do Calvário encontramos a Volta da Costa. Fora da vila encontramos uma quinta temática, o centro hípico da Quinta da Paiva em Pai Viegas e o parque eólico na freguesia de Vila Nova. A Praça Mota Pinto, localizada junto da rua com o mesmo nome, mesmo à frente do posto da GNR, veio dotar a vila de mais um espaço verde e de lazer, dedicado aos mais pequenos com equipamentos para se divertirem, como escorregas, baloiços, entre outros (Figura II).

Situados em áreas de densa vegetação, os **parques de merendas** distribuem-se um pouco por todo o concelho, nomeadamente em Vila Nova, no Senhor da Serra, no Gondramaz, na Chapinha, Corujeira e Moinho do Meio. Em muitas rotundas, praças ou em zonas de passagem importantes encontramos fontes e inúmeras estátuas de homenagem a valores ou a personagens do concelho, constituindo assim **locais de interesse**. Em zonas de altitudes mais elevadas também existem **miradouros**, nos quais é possível apreciar as belas paisagens.

Por todo o concelho encontramos equipamentos desportivos variados. A maioria encontra-se na sede de concelho, os restantes localizam-se essencialmente nas sedes de freguesia, sendo praticamente constituídos por polidesportivos cobertos e descobertos, campos de futebol, pavilhões e piscinas.

Em termos de **eventos desportivos**, estes realizam-se maioritariamente na sede de concelho, pois esta apresenta mais infra-estruturas e atletas. Destacamos as modalidades de natação, futebol, futsal, judo e hipismo, ténis e *downhill* urbano. Na serra da Lousã ocorrem desportos radicais do tipo outdoor, como é o caso do *downhill*, com diferentes características (*Night trail – downhill* nocturno; *Kamikaze – downhill* em pista com quatro quilómetros onde se podem atingir velocidades de 80 km/h e *Down'on* Segade); embora haja potencialidade de ocorrerem eventos desportivos de outras modalidades, como provas de *motocross*, *paintball* e rali.

Um pouco por todo o concelho existem infra-estruturas de apoio à actividade turística, constituídas pelo posto de turismo, centros de informação e interpretação ambiental (Casa dos Reis em Vila Nova e Quinta da Paiva em Pai Viegas) e espaços museológicos, até outros equipamentos de lazer e de apoio em caso de emergência.

Muitos destes equipamentos são muito recentes ou ainda não se encontram em pleno funcionamento e vão colmatar as graves falhas que existiam até há relativamente pouco tempo.

Os principais equipamentos de **lazer** do concelho localizam-se na sua sede e compreendem a Biblioteca Municipal Miguel Torga, localizada na Ladeira do Calvário, o cinema, junto à estação, o Espaço Internet na Rua da Estação e um espaço com Internet Wireless à frente da Câmara Municipal.

As unidades de **restauração** apresentam-se dispersas por todo o concelho, embora a sua maior concentração seja na vila de Miranda do Corvo.

Em termos de **alojamento**, o concelho conta com a Estalagem da Quinta do Viso, localizada nas imediações da sede de concelho, a Pensão Zé Padeiro e o Hotel da Quinta da Paiva, localizada da vila de Miranda do Corvo. Está em funcionamento, na aldeia do Gondramaz, uma casa de campo. Futuramente será construído um hotel na Quinta da Paiva, que irá responder à actual carência de alojamento no concelho.

A **Loja do Senhor Falcão**¹², localizada na localidade de Pereira, corresponde a um supermercado centenário e a uma taberna aí existentes que estiveram fechados durante muito tempo. Foi nessa habitação que nasceu o Dr. José Falcão, figura ilustre mirandense. Os herdeiros decidiram restaurar esse supermercado mantendo a sua traça antiga e recentemente abriam portas ao público em geral. Nesse espaço costumam realizar-se tertúlias sobre literatura e frequentemente são organizadas noites de fado (Figura 14).



Fonte: Elaboração própria

Figura 14: Pormenor do interior da Loja do Sr. Falcão, em Pereira

¹² A actual proprietária do imóvel pretende ampliar o mesmo a fim de abrir um espaço museológico associado ao espaço comercial e ao Dr. José Falcão.

3.3.1.4 Agentes locais de dinamização cultural

No concelho em estudo existem alguns **grupos de animação** de cariz cultural e etnográfico, nomeadamente ranchos folclóricos, coros, um grupo etnográfico, uma filarmónica, grupos de gaiteiros e um grupo de teatro. Além destes grupos também existem confrarias, duas das quais gastronómicas, nomeadamente a Real Confraria da Cabra Velha e as restantes báquicas, que são a Confraria do Vinho de Lamas e a Confraria dos amigos da Geropiga de Moinhos e arredores.

A existência destas entidades mostra que existe uma preocupação pela preservação dos valores culturais do concelho e da sua divulgação.

As entidades organizadoras de eventos podem ser divididas em três categorias distintas: a primeira é a Câmara Municipal, a segunda são as organizações populares e, por fim, empresas dedicadas à animação.

A Câmara Municipal ainda é a principal entidade promotora: mesmo alguns dos eventos que não são da iniciativa desta entidade, têm apoio da mesma.

As organizações populares compreendem essencialmente as comissões de festas locais e grupos espontâneos que são criados em determinados contextos específicos. Contudo estes actuam a diferentes níveis. As comissões organizam eventos essencialmente de carácter religioso enquanto que os grupos espontâneos organizam eventos de carácter mais cultural, por exemplo bailes e passagens de modelos, como é o caso dos estudantes do 12º ano da escola secundária que têm estas iniciativas para angariar dinheiro para a viagem de finalistas.

Por fim as empresas de animação variam desde a disponibilização de espaços para festas, animação e acompanhamento de actividades desportivas, animação musical e outras tarefas muito específicas que contribuem para que os eventos sejam levados a cabo com sucesso. Este é o grupo mais abrangente actualmente existente, quer em número de pessoas e entidades, quer na variedade de tarefas desempenhada.

Desta forma, a Câmara Municipal apresenta um papel fundamental na dinamização do concelho e este tem de ser reforçado. É necessário, portanto, procurar criar novos eventos, que abranjam todas as faixas da população e envolver ao máximo todas as outras entidades. Posteriormente é necessário criar estratégias para fomentar o espírito de iniciativa de todas essas entidades, dando apoios para a realização desses mesmos eventos, e que se

podem prender com a cedência, melhoramento ou até criação de infra-estruturas, e ao nível de marketing das iniciativas por variados mecanismos.

Ao longo do ano são variados os **eventos culturais** que ocorrem no concelho (Quadro 7). Ligados aos usos e costumes, estes têm ganho maior ênfase ao longo dos anos. As iniciativas multiplicam-se atraindo muitas pessoas.

Quadro 7: Feiras/eventos do concelho de Miranda do Corvo

Feiras/Eventos	Data	Local
Capital da Chanfana	Abril/Maio	Miranda do Corvo
Mercado do Livro e das Artes	Maio	Praça José Falcão
EXPO Miranda	Maio/Junho	Praça da Liberdade
Noites de Verão	Julho/Agosto	Praça José Falcão
Feira do Mel	Setembro	Praça da Liberdade
Festa das Vindimas	Setembro	Lamas
Semana do idoso	Setembro/Outubro	Miranda do corvo
Festival de folclore de Semide	Outubro	Cortes
Feira da Árvore	Outubro	Semide
Fim de semana gastronómico	Novembro	Miranda do Corvo
Encontro de Coros	Dezembro	Mosteiro de Santa Maria de Semide

Fonte: CMMC, 2007/2008/Elaboração própria

3.2.2. ... aos produtos turísticos

Conforme refere RUSCHMANN (1997), o produto turístico é formado por “um conjunto de bens e serviços unidos por relações de interação e interdependência que o tornam extremamente complexo em suas singularidades e o distinguem dos bens industrializados e do comércio, como também dos demais tipos de serviços”. Porém compreende-se serviço como “um ato ou desempenho oferecido por uma parte à outra. Embora o processo possa estar ligado a um produto físico, o desempenho é essencialmente

intangível e normalmente não resulta em propriedade de nenhum dos fatores de produção” (LOVELOCK e WRIGHT, 2002, *cit.* em OLIVEIRA, 2009).

Nesta acepção, podemos afirmar que em termos de produtos, o concelho de Miranda do Corvo é bem mais pobre e menos variado. As únicas iniciativas que podemos considerar que englobam um conjunto mais variado de recursos, nomeadamente a marcação prévia, o transporte, a visitação de vários recursos e o pagamento dos serviços requisitados, apresentando assim um maior grau de complexidade, são as rotas turísticas.

A **Rota dos Escritores**, constituída com parceria entre a Câmara Municipal e a CCDR, que começa na sede de concelho, passa pelo Gondramaz e Cadaval, pela Senhora da Piedade de Tábuas e segue para Semide onde se visitam a Igreja Matriz, o Atelier Alambique e o Santuário do Senhor da Serra.

A **Rota da Chanfana** tem trinta quilómetros de extensão e nela pretende-se seguir os passos essenciais na confecção da chanfana. Tem início na Quinta da Paiva, segue-se para Lamas onde se podem observar as vinhas. Depois, em Semide aprecia-se o Mosteiro, onde se confeccionava a chanfana e, por fim, na localidade do Senhor da Serra apreciam-se as belas paisagens.

A **Rota do Gondramaz** tem início na vila de Miranda do Corvo e termina no Gondramaz, via Cadaixo. Esta é uma aldeia relativamente pequena onde grande parte da estrutura edificada é habitação, que respeita a tipologia tradicional das casas serranas (em que o rés-do-chão se destina ao gado e o andar superior à habitação propriamente dita).

Gondramaz não possui serviço de visitas guiadas mas, no âmbito da Rota das Aldeias de Xisto, estão a ser formados “animadores da aldeia” com o objectivo de existirem pessoas que recebam os visitantes, lhes forneçam informações e dinamizem actividades.

A **Rota de Vila Nova** compreende um percurso pedestre na Serra de Vila Nova, inserido no Programa AGRIS. Realizado entre a localidade de Vila Nova e Nossa Senhora da Piedade de Tábuas, este percurso pretende mostrar as infra-estruturas das áreas rurais, nomeadamente as azenhas, o património natural e a paisagem envolvente.

O **Percurso de Xisto Acessível** do Gondramaz é o primeiro percurso deste género na Rede das Aldeias de Xisto. Começa na estrada municipal de acesso ao Gondramaz, na envolvente desta aldeia, e termina ao fundo da sua rua principal.

Com apenas cerca de 500 metros de extensão, este percurso encontra-se perfeitamente adaptado para as pessoas com dificuldades de deslocação e visuais, com níveis de dificuldade reduzidos ao máximo.



Fonte: Elaboração própria

Figura 15: Pormenor do percurso pedestre acessível do Gondramaz

Todo ele está devidamente sinalizado, apresenta no chão um corredor especial com as placas de xisto dispostas de forma diferente das envolventes e em locais estratégicos o piso adquire uma configuração diferente, além que de não existem quaisquer degraus em toda a sua extensão e a largura do percurso é sempre considerável.

Assim as pessoas invisuais não se perderão e quando sentirem o piso diferente nesses locais estratégicos saberão que essas diferenças correspondem a um ponto de paragem. Por alguns minutos as pessoas poderão ouvir as gravações das explicações de uma guia guardadas num pequeno leitor de Mp3 efectuadas especificamente para esse fim e obterem assim informações sobre tudo o que as rodeia.

O **Percurso Pedestre do Gondramaz** tem uma grande extensão e é tem uma elevada exigência, ligando as aldeias do Gondramaz e do Espinho, passando ao largo da aldeia do Galhardo. Neste percurso os caminhantes penetram na floresta, sem qualquer contacto com a humanidade e, por vezes, até sem rede de telemóvel!

Nele é possível apreciar a beleza natural junto ao Penedo dos Corvos, junto às cascatas da Ribeira de Espinho, atravessar essa mesma ribeira, encontrar áreas de castanheiros e nalgumas partes sentir o perfume a louro no ar, proveniente de um aglomerado de loureiros localizado ali perto.

Periodicamente também se realizam pequenas caminhadas pela vila de Miranda do Corvo, na denominada **Rota dos Encantos da Vila**. Neste percurso extenso, porém de fraco grau de dificuldade, as pessoas podem praticar a modalidade da caminhada e simultaneamente conhecer um pouco mais da história e dos segredos de variadas marcas de património existentes.

Na aldeia do Gondramaz existe actualmente um centro de BTT e desta partem pelo menos nove **percursos de BTT**, terminam quatro de *downhill* e passa um de *free-ride*.

Com extensões que variam entre os quatro quilómetros e os setenta e quatro, os percursos de BTT apresentam níveis de dificuldade muito variados, desde o nível fácil, caracterizado por existência de um piso rijo, largura superior a um metro, poucos obstáculos, declives inferiores a 15%, altura dos obstáculos/saltos inferior a um metro de altura e com alternativas ao salto para os mais medrosos, até ao nível muito difícil, bastante técnico e só para praticantes com bastante experiência, caracterizado por declives máximos superiores a 20%, obstáculos não evitáveis com altura superior a um metro e meio, sem alternativas e piso imprevisível.

Os trilhos de downhill começam na “Torre 9” e terminam junto à entrada da aldeia do Gondramaz.

O praticante pode ainda descobrir um trilho de free-ride mais longo do que os anteriores, com cerca de nove quilómetros de extensão.

Os amantes das bicicletas e da Serra da Lousã encontram assim na aldeia do Gondramaz bastantes formas de se divertirem e viverem emoções fortes.

Esporadicamente também são realizadas **caminhadas** um pouco por todo o concelho, com especial incidência na parte da Serra, quer apenas dentro do concelho, quer ligando pontos dentro e fora do concelho. Estas caminhadas tanto são da organização da Câmara Municipal como de empresas de animação.

Verificamos assim uma relativa pobreza de produtos turísticos, em contraste com os recursos, no concelho de Miranda do Corvo. Este facto denuncia assim a falta de uma visão estratégica, integradora dos diferentes recursos que têm vindo a ser criados ao longo das últimas décadas no concelho.



Fonte: Elaboração própria

Figura 16: Centro de BTT do Gondramaz

3.3. Estratégias e planos para o Turismo em Miranda do Corvo: criar novas centralidades

3.3.1 Antes de 2000

Já desde os finais da década de 70 do século XX que é notória a existência de uma preocupação com questões turísticas para o desenvolvimento do concelho de Miranda do Corvo, partilhada quer pelo poder político, quer pela população em geral. No primeiro número do jornal local “o Mirante”, datado de Abril de 1979, foi redigido um artigo referente a esta temática, o qual teve continuação na edição seguinte, e que demonstrou bem o entusiasmo que existia naquela altura em torno desta matéria.

A realidade do concelho, em termos de infra-estruturas de equipamento turístico e de lazer era de grande pobreza. Em meados da década de 80 do mesmo século, este possuía, além dos monumentos religiosos, apenas duas pequenas pensões, restaurantes, dois *pubs*, duas discotecas, uma piscina descoberta, um campo de ténis, um pavilhão gimnodesportivo, diversos ringues e campos de futebol, uma piscina fluvial no rio Dueça, um parque infantil na Praça José Falcão e uma biblioteca que só recentemente tinha começado a funcionar diariamente (CMMC, 1987).

Em termos de infra-estruturas não directamente ligadas ao turismo mas consideradas fundamentais para o seu desenvolvimento, salienta-se a existência de um centro de saúde, estradas em péssimo estado de conservação e a necessitar de intervenções urgentemente, falta de alguns acessos importantes e uma ligação ferroviária a necessitar de intervenções no sentido da sua modernização¹³ (CMMC 1987).

De forma mais ou menos rápida e eficaz vão surgindo, na segunda metade da década de 80 do século XX, inúmeras ideias e planos de projectos para o concelho, embora de carácter fragmentado, carentes de uma perspectiva global, resultado de questões imediatas e não propriamente com uma perspectiva de médio e longo prazo.

Antes de 1987 nem podemos falar de planos propriamente ditos. Os trabalhos elaborados eram denominados de projectos e consistiam essencialmente no levantamento e caracterização da situação existente, na memória descritiva do que se pretendia fazer, na enumeração e descrição dos materiais necessários para a sua execução e nas peças desenhadas.

O primeiro projecto apresentado pelo jornal acima mencionado foi terminado em 1985 e dizia respeito ao projecto de construção de um parque de campismo junto ao açude do Panão. Após a construção de um açude neste local, pretendia-se dotar o concelho com um parque de campismo, com cerca de 1 hectare. O relevo era acidentado, mas mesmo assim

¹³ Nesta altura diversas autarquias da região estavam a pressionar a Administração Central no sentido da criação de uma ligação ferroviária entre Miranda do Corvo e Tomar, projecto considerado prioritário para a região (CMMC, 1987). Essa ligação ferroviária nunca chegou a ser executada.

considerava-se que havia condições para instalar ali o parque. Como infra-estruturas de apoio previa-se os balneários, um bar/snack-bar e um restaurante, localizados na periferia do parque, para serem acessíveis quer aos campistas, quer às pessoas de fora.

No início do ano de 1987 foi anunciado o Plano Integrado de Recuperação do Cadaval e Gondramaz. Este visava o aproveitamento da área da Serra da Lousã, na área pertencente ao concelho de Miranda do Corvo, conhecida como Serra do Espinho e de Vila Nova.

Neste plano pretendia-se a recuperação do lugar de Cadaval, com a adaptação para aldeamento turístico, a preservação da arquitectura tradicional do Gondramaz e o embelezamento da Sr.^a da Piedade de Tábuas. Também se previa a arborização de espaços envolventes com as espécies tradicionais, o lançamento de uma reserva de caça com sistemas de reprodução em cativeiro das espécies endógenas como a perdiz, o coelho, a lebre, o javali, o texugo e o repovoamento com trutas das ribeiras de Espinho e da Sr.^a da Piedade de Tábuas. Pretendia-se também dinamizar as actividades tradicionais agrícolas, especialmente a pastorícia e a agricultura e construir uma rede de estradas que garantissem a ligação entre as diversas aldeias. Esta recuperação era extensível aos concelhos de Lousã, Penela e Castanheira de Pêra, orientando assim uma reserva natural em que fosse preservado o equilíbrio ecológico.

Em 1987 foi terminado o Plano de Turismo do Concelho, elaborado pelo Gabinete da Serra da Lousã, que se localizava junto aos Paços do Concelho. Este plano integrou todas as iniciativas de carácter turístico já iniciadas ou a iniciar no concelho, numa programação plurianual adoptada pela autarquia numa perspectiva de “gestão-objectivos-recursos”. Pretendia-se aproveitar as potencialidades do concelho, tendo em consideração os recursos envolventes¹⁴, ultrapassando, assim, alguns constrangimentos estruturais que vinham prejudicando o concelho no sector do turismo (CMMC, 1987).

O plano tinha cinco objectivos fundamentais:

1. Protecção do artesanato;
2. Integração de pontos turísticos envolventes;
3. Equipamento hoteleiro e similar;
4. Áreas de lazer e ocupação de tempos livres;
5. Infra-estruturas básicas mínimas de suporte ao plano.

¹⁴ Por exemplo as Ruínas de Conímbriga, a Cidade de Coimbra, a Sr.^a da Piedade da Lousã e o Castelo de Penela.

Em termos de protecção do artesanato, a autarquia defendia três tipos de acções, nomeadamente apoiar as iniciativas privadas no sector – cooperativas ou não – que se dedicassem à produção de artesanato; criação, no município, de unidades de emprego protegido, com a parceria da Associação de Crianças Inadaptadas (ARCIL) e uma casa de exposição de artesanato, através da recuperação de um imóvel e a sua área envolvente, propriedade do Município, localizado na vila de Miranda do Corvo.

Relativamente à integração de pontos turísticos envolventes, pretendia-se a criação de roteiros e circuitos turísticos, com partida em Coimbra, visita aos pontos de interesse existentes na altura no concelho¹⁵ e nos concelhos vizinhos¹⁶.

No que toca ao equipamento hoteleiro, a Câmara Municipal pretendia adaptar uma quinta que tinha adquirido para uma pousada. Paralelamente, também tencionava comprar a aldeia do Cadaval e adaptá-la a aldeamento turístico, aproveitando as casas serranas existentes.

Em relação às zonas de lazer, pretendia-se a criação de uma coutada na Serra da Lousã, a criação de um centro hípico nas proximidades da aldeia do Cadaval, a adaptação da Sr.^a da Piedade a zona de lazer através da construção de uma piscina fluvial e parques de merendas, o aproveitamento das ribeiras de Espinho e Sr.^a da Piedade de Tábuas, adaptando-as a percursos de caminheiros e a actividades piscícolas, com repovoamento de trutas, a recuperação de um moinho de farinha movido a água, a recuperação de um lagar de azeite movido a água, o aproveitamento da casa do artesanato, a pavimentação de estradas, a electrificação do Cadaval e o abastecimento domiciliário de água (CMMC, 1987).

Todas estas acções foram incluídas num programa ambicioso e previa-se estarem terminadas em 1989, com um investimento previsto de 165,500 contos (825.250 euros). A programação proposta só seria possível se a autarquia conseguisse apoios financeiros extraordinários, não previstos no seu orçamento, nomeadamente através dos fundos comunitários e nacionais¹⁷ (CMMC, 1987).

¹⁵ Santuário do Senhor da Serra, Igreja do Convento de Semide, artesãos do Barro Vermelho do Carapinhal, Casa Mãe da obra do Padre Américo, Igreja Matriz de Miranda do Corvo e Vila Nova (Serra da Lousã).

¹⁶ Lousã, Senhora da Piedade da Lousã, barragem da Louçaínha – Espinho, Conímbriga, Condeixa, Castelo e igrejas de Penela.

¹⁷ Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA), Programa Específico para o Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa (PEDAP), Programação de Acção Florestal da Direcção Geral das Florestas (P.A.F.), Secretaria de Estado do Turismo, Secretaria de Estado do Ambiente, nomeadamente o Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza.

Acreditava-se que os custos e o impacto previsto a nível local e regional, nomeadamente a criação de postos de trabalho, o repovoamento e fixação das populações nas aldeias serranas, justificariam plenamente o esforço realizado (CMMC, 1987).

O Plano de Turismo do Concelho, além de constituir um elemento agregador de várias iniciativas do concelho, até então dispersas, também foi integrado noutros planos, de carácter mais abrangente territorialmente, nomeadamente o Plano de Recuperação Ecológica, Preservação Arquitectónica e Desenvolvimento da Serra da Lousã, igualmente realizado no Gabinete da Serra da Lousã e no Plano Director Intermunicipal da Lousã, Miranda do Corvo, Penela e Vila Nova de Poiares, realizado pelo Gabinete de Apoio Técnico (GAT) da Lousã.

Com o objectivo de desenvolver o concelho, nomeadamente em termos turísticos, podemos afirmar que este foi o primeiro grande plano turístico realizado no concelho com uma perspectiva de integração de projectos, de forma a criar um todo coerente, e que não se limitava às fronteiras de um só concelho, propondo parcerias estratégicas com outros territórios vizinhos. Também podemos afirmar que, até ao final do século XX, este foi o último plano com estas características.

No Plano de Recuperação Ecológica, Preservação Arquitectónica e Desenvolvimento da Serra da Lousã, previa-se, entre outras iniciativas, um espaço de recuperação de espécies cinegéticas, nomeadamente as perdizes, através da criação de uma coutada e um centro reprodutor desta espécie¹⁸. Dada a boa receptividade das diversas entidades às propostas feitas, chegou mesmo a considerar-se a hipótese de se formalizar uma proposta para se considerar a Serra da Lousã como Paisagem Protegida.

Neste contexto, foi concluído, pelo Gabinete da Serra da Lousã, um projecto denominado por “Projecto Integrado de Desenvolvimento da Serra da Lousã – Proposta de Intervenção da Área Florestal”, onde é proposta a criação de uma zona de caça gerida pelo Estado. A continuidade dos trabalhos neste sector levou à constituição da Zona de Caça Nacional (Z.C.N.) da Serra da Lousã com 10851 hectares (PAUL, 2006).

Posteriormente, no ano de 1988, foi terminado o Plano de Recuperação do Cadaval e Sra. da Piedade de Tábuas. Neste plano pretendia-se a construção de um açude e uma área de lazer na Senhora da Piedade de Tábuas para os banhistas. Com o açude pretendia-se obter um espelho de água com dimensão suficiente no Verão e a área de lazer serviria de apoio ao

¹⁸ Segundo o referido jornal, os concelhos de Penela e Lousã decidiram associar-se ao concelho de Miranda do Corvo, combinando reuniões e ocorreram deslocações ao concelho de representantes de entidades como a Circunscrição Florestal de Coimbra, o Clube de Caçadores e o Serviço Nacional de Parques.

açude, com casas de banho, balneários e um bar, tudo localizado numa espécie de plataforma que iria facilitar o acesso do Santuário ao açude. Relativamente à aldeia de Cadaval, que ficara desprovida de população residente, foi elaborado o levantamento do edificado e estava prevista a recuperação dos imóveis, segundo a sua traça original, para aproveitamento turístico da mesma¹⁹.

No ano de 1989 foi apresentado o Plano de Valorização do Santuário do Senhor da Serra, alvo de muitos elogios na altura pela forma como foi estruturado. Este não previa muito mais do que a conversão de um edifício na área do Santuário em hospedaria e casas de banho públicas, com a finalidade de acolher os peregrinos que anualmente afluíam ao Senhor da Serra pela Romaria, em meados de Agosto.

Estes projectos constituíam “uma recusa ao conservadorismo, sob uma perspectiva desenvolvimentista (...), uma filosofia de aproveitamento múltiplo dos recursos com protecção e salvaguarda dos valores arquitectónicos, ambientais e culturais” (CMMC, 1987).

Contudo, num concelho pobre, onde a agricultura tinha uma grande importância na economia local, com fraco empreendedorismo de uma boa parte da população e com grande dependência de ajudas financeiras externas, tudo era mais difícil de concretizar. A adesão de Portugal à então CEE foi um passo decisivo que veio facilitar muito o acesso ao financiamento. Contudo os processos ainda eram efectuados de forma muito lenta e burocrática e os fundos não chegavam para suprir todas as necessidades. Além disso, há que mencionar que muitos destes projectos estavam condicionados pelos ciclos eleitorais e dependentes de quem estava no poder local e na oposição.

No nosso entender, a urgência em suprir as carências existentes no concelho naquela altura, a fraca tradição em planeamento e ausência de iniciativas privadas foram premissas fundamentais que levaram a que muitos destes projectos não tivessem sido levados a cabo, acabando esquecidos no fundo da gaveta.

No entanto, no último decénio do século XX, apenas alguns projectos se tornaram uma realidade. Destacamos a Estalagem da Quinta do Viso; o açude e a área de lazer da Nossa Sra. da Piedade de Tábuas e a construção do Posto de Turismo, importantes recursos para o concelho, mas que não lhe deram mais visibilidade.

¹⁹ Este projecto que tinha sido pedido inicialmente pela Câmara Municipal, em 1979, ao GAT da Lousã, só foi concretizado cerca de uma década mais tarde por um gabinete de arquitectura. Foram lançados os concursos para a execução da obra mas este plano mas, tal como os anteriores, acabou fechado numa gaveta, pois a sua execução era excessivamente onerosa e a autarquia não possuía, na altura, os fundos necessários para a sua execução.

3.3.2. Depois de 2000

Só na primeira década do novo milénio é que podemos falar em concretizações propriamente ditas. De facto, a recuperação da aldeia do Gondramaz, no âmbito do Programa das Aldeias do Xisto, é que pode ser considerada como a primeira alavanca para o concelho em termos turísticos, que veio permitir que este ganhasse mais visibilidade.

O “Programa das Aldeias do Xisto” é um “projecto-âncora” da Acção Integrada de Base Territorial (AIBT) que envolve 24 lugares serranos – cerca de metade na Serra da Lousã – repartidos por catorze municípios (Arganil; Castelo Branco; Figueiró dos Vinhos, Fundão; Góis; Lousã; Miranda do Corvo; Oleiros; Pampilhosa da Serra; Penela; Proença-a-Nova; Sertão; Vila de Rei e Vila Velha de Ródão) das sub-regiões do Pinhal Interior Norte e Sul, Beira Interior Sul e Cova da Beira.

Os objectivos desta iniciativa são os da requalificação e infra-estruturação de um conjunto de aldeias serranas; preservar a sua identidade; melhorar as condições e a qualidade de vida das populações; estimular a auto-estima dos habitantes; promover as suas potencialidades (originais e excepcionais) e potenciar a sua valia pela sua integração numa rede de percursos (CARVALHO, 2005). O potencial reside essencialmente nos recursos patrimoniais, paisagísticos e culturais endógenos que, por falta de manutenção e divulgação, poderão correr o risco de se degradar e serem progressivamente abandonados. Assim, para além das acções eminentemente materiais, o projecto contempla a realização de iniciativas no sentido de promover o produto turístico (PEREIRA, 2006).

Neste contexto, houve um conjunto de critérios de selecção da aprovação das candidaturas das aldeias ao Programa das Aldeias do Xisto, tais como: “enquadramento em espaços vincadamente regionais; enquadramento em ambiente de montanha ou média montanha (dos 500 aos 900 metros de altitude); dominância da arquitectura rural tradicional local, com utilização de materiais construtivos, técnicas de construção, volumetrias, cores e ordenamento do aglomerado, característicos da região; aglomerados que utilizam recursos locais (pedra e madeira) como principal material construtivo; aglomerados não completamente abandonados pelos seus habitantes, mas reocupados por outros que mantêm as suas actividades tradicionais; predomínio da primeira habitação; componente de alojamento turístico que não representa mais de 25% das residências existentes; enquadramento na rede de percursos global” (CCRC, s/d). De igual modo, foram definidas

“preferências” em relação aos “aglomerados em que o material de construção seja, predominantemente, o xisto e/ou quartzito, e também a desejável existência de imóveis para serviços (ponto de informação, valência museológica, alojamento turístico, venda de produtos locais” (*idem cit.* em CARVALHO, 2005).

As intervenções em curso nestas aldeias pretendiam assim melhorar a qualidade de vida dos seus residentes, conservar a aldeia como um património cultural e promover as actividades económicas locais (locais de alojamento ou de restauração, comércio de produtos locais, animação turística (PEREIRA, 2006).

Um objectivo do Programa das Aldeias de Xisto (PAX) é criar, na sua área de intervenção, uma marca que identifique e promova este território, com base no xisto, o substrato rochoso predominante.

Um outro componente reside no facto de contemplar o investimento nas pessoas, ou seja, através da medida II.8 (Fundo Social Europeu - FSE) do Programa Operacional Regional do Centro, está a efectuar-se uma aposta na qualificação dos residentes e nos agentes de cada aldeia (PEREIRA, 2006).

Segundo a autora, é evidente que a dinâmica introduzida pelo investimento público tem motivado a iniciativa privada, de tal forma que já vamos encontrando hoje pequenos empreendimentos turísticos, de alojamento, de restauração e de desporto aventura, totalmente imbuídos no espírito das Aldeias de Xisto, onde se proporciona uma oferta diferenciada.

Através do Sistema de Incentivos para iniciativas privadas, surgiram novas actividades económicas, no seio de investidores particulares, onde se assistiu a uma adesão quer de residentes, quer de não residentes (PEREIRA, 2006).

A aldeia do Gondramaz é a única iniciativa que, inserida numa rede, não se esgota nas fronteiras físicas de um concelho. De facto esta aldeia, localizada na Serra da Lousã, a qual é repartida por vários concelhos e que constitui uma importante atracção turística local para os amantes da natureza e da aventura, juntamente com as restantes 23 aldeias do xisto, contraria a tendência geral de espartilhamento do território que tem vindo a acontecer desde há algumas décadas.

Depois do virar do milénio, outros projectos, por exemplo a Quinta da Paiva, foram ou estão a ser levados a cabo, constituindo a generalidade de recursos turísticos actualmente existentes no concelho.

3.3.3. Projectos para o futuro

Além de todos os recursos e projectos e intervenções apresentados nos capítulos anteriores, existem outros em fase de projecto, para serem concretizados nos próximos anos.

Para melhor se distinguir esses projectos, optámos por dividi-los em duas categorias distintas: as parcerias público-privadas, nas quais se procura um investimento recorrendo não só a capitais públicos, mas também privados, no sentido de se complementarem e obterem mais sucesso, e as iniciativas públicas, nas quais são investidos apenas capitais públicos.

Em termos de parcerias público-privadas, destacamos as aldeias de Cadaval Cimeiro e Cadaval Fundeiro. Das 46 casas abandonadas e em profundo estado de degradação existentes foram adquiridas até ao momento 38 por uma empresa de carácter privado que tem intenção de comprar as restantes.

O Projecto Aldeia Houses & Resort, Recantos de Xisto prevê a recuperação destas duas aldeias, a valorização das suas características arquitectónicas, a recuperação das habitações, dos caminhos, das fontes, dos cursos de água naturais, do conceito de aldeia serrana e do conceito de vivência na aldeia. Neste projecto também está prevista a criação de um moinho de água para restauração e realização de eventos específicos, tais como exposições, moda, biblioteca, música, *workshops*, entre outros. Além destas infra-estruturas está prevista a criação de uma represa biológica para apoio ao moinho e a outras actividades de lazer. Pretende-se a implementação do conceito *eco-friendly* através da utilização de fontes de energia alternativas, tais como a energia solar, a energia eólica e o biogás, além da utilização da represa biológica e o aproveitamento das linhas de água existentes.

Ora nestas aldeias as infra-estruturas são inexistentes, os únicos caminhos de acesso são florestais. A Câmara Municipal irá colaborar incidindo nas infra-estruturas e nos espaços públicos, tais como o acesso desde a estrada municipal do Gondramaz, a execução de arruamentos com aproveitamento e recuperação dos lajedos de pavimento existentes, assegurar a chegada das infra-estruturas (água, electricidade, saneamento básico, e comunicação) às aldeias e prevê a requalificação exterior dos edifícios, nomeadamente as fachadas, coberturas e caixilharias.

Na envolvente do Cadaval Fundeiro a Câmara Municipal prevê a construção de pequenos apoios para a realização de actividades artísticas.

Na área de intervenção também existe a intenção da criação de um museu representativo da “vida” nas aldeias de xisto, a prospecção de mercado através de apoios para a comunicação e marketing e a criação de um espaço de mercearia e de artesanato para a comercialização e exposição dos produtos do campo e da floresta.

A área a intervencionar será de 250 mil metros quadrados de terrenos rústicos entre as duas aldeias e na envolvente das mesmas. Prevê-se também uma recuperação paisagística dos terrenos, a manutenção e implementação da floresta, a recuperação de hortas e pomares, a manutenção da fauna existente e a recuperação de espécies autóctones e a criação de um sistema de emergência automático (por exemplo de rega) para combater os incêndios em todo o perímetro a intervencionar.

O prazo previsto para a execução deste projecto é de 24 meses e prevê também apoios de comunicação e marketing, através da imprensa, da internet, entre outros.

Outro investimento resultante de uma parceria público-privada será localizada na **Quinta do Mouro**, próxima da Lomba do Rei, na freguesia de Vila Nova e será constituída por um empreendimento de alojamento turístico de pequena escala, na modalidade de hospedagem de Turismo em Espaço Rural – vertente Agro-Turismo, o qual terá como finalidade proporcionar uma oferta de alojamento e de actividades de lazer, promovidas pelos seus responsáveis ou por terceiros, como complemento à actividade de produção/trans transformação de produtos agrícolas biológicos, bem como a disponibilização do espaço a terceiros para a realização e transformação dos produtos agrícolas.

Os serviços/produtos a fornecer estarão relacionados essencialmente com:

- Hospedagem e dormidas com pequeno-almoço;
- Visitas em veículos todo-o-terreno ou através de percursos pedestres a diversos locais de interesse turístico da região;
- Aluguer de bicicletas;
- Prestação de serviços de reserva em estabelecimentos de restauração e de aluguer de viaturas;
- Aluguer de espaços para promoção de diversos eventos, tais como baptizados, casamentos, jantares de grupo, entre outros, por empresas do ramo;
- Realização de reuniões, colóquios e outros eventos do género;
- Produção, transformação e comercialização de produtos agrícolas biológicos certificados;

– Aluguer de espaços para embalagem ou confecção de produtos com origem agrícola.

Será estabelecido um plano de comunicação e marketing desenvolvendo contactos e protocolos com a autarquia, com agências de desenvolvimento regional e com diversas entidades, tais como agências de viagens, serviços sociais de diversas empresas e associações profissionais, participação em feiras e outros eventos do género, realização de campanhas publicitárias efectuadas de forma autónoma ou associadas a eventos regionais, construção de um *site* na internet onde os clientes possam efectuar reserva de serviços e criar *links* a motores de busca da especialidade. A realização de eventos no empreendimento com recurso ao aluguer de espaços por parte de outras empresas será também uma forma de divulgar a oferta de alojamento e contribuirá para o aumento da sua procura.

Os produtos agrícolas biológicos já se encontram certificados.

Prevê-se que com este investimento, num “ano cruzeiro”, o número de dormidas seja de 466, o número de visitas a locais de interesse turístico seja de 42 e o número de alugueres de espaços para transformação de produtos agrícolas seja de 24, para 50.470 euros de custos previstos de exploração.

Na parte do investimento público deste projecto está prevista a melhoria dos acessos públicos ao empreendimento.

No que toca ao investimento proveniente de financiamento exclusivamente público destacamos as **intervenções nos espaços públicos da aldeia do Gondramaz**, nomeadamente a requalificação do centro de BTT aí existente. Existe a intenção de criação de mais percursos pedestres e equestres a partir da aldeia, prevendo-se acções de limpeza, sinalização e homologação dos trilhos.

Pretende-se, assim, construir uma **rede de percursos pedestres, equestres e de BTT** na variante de *downhill* e *cross-country* e a ligação à Grande Rota do Xisto, complementando o trabalho já realizado em termos de percursos.

Os percursos de *cross-country* possibilitarão a ligação a outras partes do concelho com interesse turístico, tais como o centro histórico de Miranda do Corvo, Semide, Senhor da Serra e praia fluvial de Segade.

Com a implementação dos percursos equestres abrir-se-á uma vertente turística que possibilitará a interligação das Aldeias de Xisto com o Centro Hípico da Quinta da Paiva e o complexo envolvente.

Actualmente a Câmara Municipal está a elaborar o **Plano da Aldeia do Galhardo**. Pretende-se apresentar uma candidatura aos fundos comunitários para se efectuarem intervenções na aldeia semelhantes às que se efectuaram na aldeia do Gondramaz, nomeadamente infra-estruturas básicas, arranjo de espaços públicos e recuperação das fachadas dos edifícios, com a finalidade de integrar esta aldeia na Rede das Aldeias de Xisto.

Contudo, como este projecto ainda se encontra na fase de elaboração do plano, ainda nada está garantido.

Além destes projectos, também estão previstos investimentos em espaços verdes. Pretende-se a criação, na Alameda das Moitas, localizada na vila de Miranda do Corvo, do **Jardim da Paz**, no âmbito do Plano de Desenvolvimento Estratégico que aponta Miranda do Corvo como uma Comunidade Saudável e Solidária.

Localizado numa área natural, junto a uma linha de água protegida, trata-se de um projecto que promoverá a requalificação ambiental e do património natural, promovendo o desenvolvimento integrado do Turismo e das áreas ambientais, nomeadamente através da limpeza e manutenção de linhas de água, da escolha cuidada de espécies vegetais e a utilização de energias renováveis/alternativas.

Pretende-se assim a valorização do espaço natural através da plantação de espécies vegetais adequadas à área, a qual é caracterizada por um nível freático elevado, e do ordenamento espacial na perspectiva ambiental e de fruição por parte da população.

A este jardim pretende associar-se o tema da Paz, através da homenagem a figuras que se destacaram pela defesa da Paz e do Bem, tais como Prémios Nobel e outros (Martin Luther King, Ghandi, Padre Américo, etc.).

Este espaço propiciará o uso e requalificação de uma área actualmente em grande parte abandonada, criando assim uma área requalificada e reabilitada e, por fim, dotará Miranda do Corvo de uma área ao ar livre capaz de potenciar o turismo e de estrategicamente se associar aos projectos turísticos da Rede das Aldeias de Xisto e da região de Coimbra.

Em termos de equipamentos de carácter cultural, a Câmara Municipal tem a intenção de dotar o concelho com mais dois equipamentos. Um deles é a **Casa das Artes**, inserida numa acção de intervenção/valorização urbana e do território, na qual se prevê a construção de um espaço físico estruturante e de carácter específico para promover o intercâmbio cultural e as diferentes manifestações artísticas, englobando um espaço de pesquisa tendo em vista aumentar assim os níveis de qualidade de vida da população. Pretende-se, assim, a

construção de um edifício, na sede de concelho, capaz de albergar uma sala para cerca de 200 pessoas, destinada à realização de eventos de carácter artístico, seminários para o desenvolvimento local, encontros sociais e de inclusão social e salas destinadas à exposição de valores artísticos concelhios e de património identitário, a fim de promover os produtos endógenos e a pesquisa de novas tecnologias de informação e comunicação.

Desta forma, o concelho de Miranda do Corvo será dotado de um espaço capaz de promover e estimular a actividade criativa e de inovação, e também capaz de promover o enriquecimento urbano e a sua requalificação através de uma nova edificação que se deseja que promova a racionalização e optimização dos consumos energéticos.

Assim, este equipamento apoiará e complementarará as actividades turísticas a desenvolver no concelho e nas Aldeias de Xisto, acolhendo, por exemplo, exposições e *workshops*, dedicados ao turismo de natureza, às aldeias de xisto, à investigação dedicada à Serra da Lousã e fornecendo um calendário de eventos culturais capaz de fixar e atrair visitantes ao território.

O outro equipamento cultural que faz parte das intenções actuais da Câmara Municipal é a **Casa do Design e do Artesão**, que se pretende que seja localizada no núcleo histórico da vila de Miranda do Corvo.

Relacionando-se com o rio e com a encosta, as construções foram aí surgindo orientadas para o sol, encaminhando-nos para o topo coroado pela Igreja Matriz e pela torre do Cristo Rei, onde outrora havia um castelo. Este núcleo coeso é composto essencialmente por um conjunto equilibrado de edifícios e ruas que resistem ao tempo e demonstram as vivências do passado. Contudo existem actualmente marcas significativas de degradação e abandono em vários edifícios.

Desta forma, o Município tem a intenção de proceder à recuperação e rejuvenescimento desta área. Aliando a recuperação de edifícios em elevado estado de degradação ao incentivo de desenvolvimento do comércio e serviços locais, pretende-se adquirir um imóvel perto dos Paços do Concelho, proceder à sua recuperação e instalar aí um centro de apoio ao artesanato, apostando na inovação do *design* e nas novas tecnologias.

A **Casa do Design e do Artesão** servirá de centro de estudos e desenvolvimento, de atelier para *workshops* e exposições e de apoio aos artesãos locais.

Neste âmbito, pretende-se estabelecer uma parceria com o pólo do Centro de Formação Profissional do Artesanato (CEARTE) de Semide para a inovação e *design*.

A Câmara Municipal tem actualmente mais dois projectos, dedicados à área histórica da vila de Miranda do Corvo. O primeiro prende-se com a **reconstrução da torre e da cisterna do Antigo Castelo** de Miranda do Corvo. O Município tem vindo a desenvolver esforços na preservação do património cultural e arquitectónico. Neste sentido pretende realizar tudo o que estiver ao seu alcance para devolver ao centro histórico a importância que lhe é devida.

Do castelo da linha defensiva do Mondego, que deu origem à vila, restam actualmente uma torre secundária (a qual já foi alvo de reconstrução parcial) que serve actualmente de sineira e um espaço subterrâneo – a cisterna.

Tendo a torre sido parcialmente reconstruída sem nenhuma documentação de suporte e apresentando hoje sinais claros de degradação, a Câmara Municipal pretende procurar parceiros qualificados e que respeitem das boas práticas de conservação para se proceder à sua recuperação. Para isso o Município já solicitou a colaboração da Direcção Regional da Cultura do Centro para a elaboração do projecto de reconstrução da torre e da cisterna, assim como para o acompanhamento dos trabalhos.

Ainda no âmbito da mesma candidatura, a Câmara Municipal pretende também **requalificar o espaço envolvente do Alto do Calvário**, nomeadamente a envolvente da Igreja Matriz, Torre sineira do castelo e cisterna, o qual se revela como um miradouro da vila e tomou o lugar do Alto do Castelo. Este espaço que rodeia pontos e estruturas importantes para o concelho necessita de intervenções ao nível da requalificação de pavimentos, estrutura urbana, mobiliário urbano e paisagismo.

Além destes projectos, o Município está também a executar o **Projecto da Quinta do Passal**, localizada junto ao convento de Semide. Esta é composta essencialmente por um grande terreno, propriedade da Igreja e que se encontra na área de protecção do Mosteiro de Semide, actualmente imóvel classificado pelo IPPAR e com necessidade de obras urgentes de reconstrução e requalificação.

Neste terreno pretende-se essencialmente a sua dotação com algumas infra-estruturas de lazer e reabilitá-lo ao nível do paisagismo, uma vez que devido ao seu estatuto de zona de protecção não é permitida a realização de grandes obras.

Por fim, na área de desporto, a Câmara Municipal pretende criar junto à praia fluvial de Segade um local para a prática de **desportos náuticos**. Ainda não é certo que se venha a localizar aí, pois está em fase de projecto.

4. Conclusão

As principais tendências evolutivas do turismo e dos turistas permitem sublinhar o crescimento relativo de modalidades que configuram novas escolhas geográficas como, por exemplo, as que valorizam o campo, os planos de água e as áreas de montanha, e ainda mudanças significativas de comportamento/atitude dos turistas designadamente interesses mais diversificados e segmentados, maior participação e envolvimento activo com os territórios visitados, maior esclarecimento, informação e exigência.

Os territórios rurais localizados em ambiente de montanha oferecem uma base de recursos diversificados e de extrema importância para o desenvolvimento de actividades turísticas, que lhes conferem um lugar de destaque no panorama dos destinos turísticos actuais. Contudo, estes territórios, fruto das especificidades que lhes são inerentes, apresentam diversas fragilidades.

Apesar de alguns sinais positivos, podemos afirmar que não existe em Portugal regulamentação específica (políticas e instrumentos) para as áreas de montanha. O papel destas áreas e a riqueza dos recursos que albergam não têm sido suficientes para atrair a atenção das autoridades políticas para intervenções de ordenamento específicas, no sentido da sua gestão adequada, tendo estas um papel relativamente passivo. As iniciativas de base local têm adquirido uma especial importância no desenvolvimento destas áreas. No entanto, a desarticulação das políticas e dos investimentos efectuados pelos diferentes actores locais não têm permitido uma afirmação das áreas rurais em ambiente de montanha.

É neste contexto que se realça o papel do planeamento turístico. É importante ter em consideração que não é possível garantir o funcionamento do turismo sem conhecer questões tão variadas como o alojamento, os transportes, os recursos e produtos endógenos, a distribuição turística ou mesmo as relações de interdependência que este estabelece com as outras actividades.

É fundamental conhecer o perfil dos turistas, proporcionar actividades que se adaptem às especificidades dos territórios e ao perfil dos turistas, garantir a colaboração da população local através da sua participação no processo de planeamento turístico, a criação de regras para o usufruto do património cultural e natural de forma sustentada, a articulação dos diferentes intervenientes no território e elaborar estratégias de marketing territorial.

O espaço turístico deve ser pensado dentro de um contexto territorial mais amplo, inserido no espaço regional, pois o desempenho satisfatório de actividades turísticas

dependerá não só da forma como se processa a refuncionalização turística de uma dada localidade, mas também das demais actividades desenvolvidas no âmbito regional.

Deste modo, o planeamento estratégico deve estar apto a minimizar os potenciais impactes negativos, a maximizar os retornos económicos do destino turístico e a encorajar uma resposta mais positiva da comunidade local relativamente ao turismo, em termos de longo prazo.

Por esse motivo, o planeamento do turismo deve ser visto como um elemento crítico que garanta, a longo prazo, o desenvolvimento sustentado do destino turístico, nomeadamente as áreas rurais localizadas em ambiente de montanha.

No concelho de Miranda do Corvo (Pinhal Interior Norte), a preocupação com a sua valorização em termos turísticos acontece, pelo menos, desde finais da década de 70 do século XX. Ao longo da década de 80 do mesmo século, foram elaborados alguns planos e projectos, mas só a partir de 2000 é que podemos falar em intervenções concretizadas, com a recuperação da aldeia do Gondramaz, no âmbito do Programa das Aldeias do Xisto (Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior/Programa Operacional da Região Centro, 2000-2006).

Apesar de ao longo do período em análise se ter dotado o concelho de importantes infra-estruturas, e da existência de recursos turísticos, o concelho não tem ganho mais visibilidade por isso. O investimento no aproveitamento destes recursos não se tem reflectido no aumento de produtos turísticos o que, por sua vez, não se tem traduzido nos necessários benefícios para este território.

É necessário apostar no planeamento do turismo, nomeadamente através da elaboração de planos estratégicos que funcionem como fio condutor das iniciativas levadas a cabo, a fim de se verificar uma articulação das mesmas. Apostar em todas as áreas ao mesmo tempo para aproveitar a disponibilização de fundos comunitários, ao ritmo dos prazos das candidaturas, não permite colher os frutos que o turismo pode dar.

Não se pode pensar em planeamento estratégico sem elaboração de estudos e sem pensar numa estratégia de marketing. De facto, de que serve organizar um evento ou criar um produto turístico, se não existem estudos de base que permitam traçar o perfil dos turistas, sem ter a noção de quem visita as iniciativas levadas a cabo, se não se cria uma imagem de marca do concelho, e se não se tira o devido partido dos meios de comunicação para fazer chegar o nome de Miranda do Corvo mais longe?

Num concelho de pequena dimensão, com agentes locais pouco empreendedores, a autarquia local afigura-se como actor privilegiado para investir e captar investidores e investimentos na área do turismo. Contudo, mais do que investir de forma isolada e de “costas voltadas” para os territórios vizinhos, esta deve actuar em parceria com outros actores (públicos e privados). De facto, a actuação em rede poderá potenciar a projecção de uma sub-região ao nível regional e nacional, quando um concelho não tem capacidade para o fazer de forma individual. A rede das aldeias do xisto e das praias fluviais são bons exemplos de iniciativas que se desvincularam do concelho A ou B e não obedecem a fronteiras administrativas. Isoladamente cada aldeia e cada praia fluvial não teriam a visibilidade que têm no seu conjunto. Este é um exemplo de sucesso a ser estudado com cuidado e a ser seguido.

Por outro lado, também é importante estimular o empreendedorismo no concelho. De facto, a autarquia possui conhecimentos e ligações privilegiadas com agentes de desenvolvimento e entidades variadas, podendo assim assumir um papel de parceiro estratégico, criando as condições para facilitar a concretização de iniciativas daqueles que têm ideias úteis ao concelho, mas que não têm meios para as por em prática.

Por fim, outra questão a ter em consideração prende-se com a urgência em ordenar o território, nomeadamente os espaços florestais do concelho. Numa área apontada pelo Plano Estratégico Nacional do Turismo como ideal para a prática do turismo de natureza e em que a área florestal domina a paisagem local, apresentar uma floresta desarticulada, pontilhada por espécies invasoras e dominada por espécies introduzidas pelo homem num cenário de “monocultura” de eucaliptos e pinheiros bravos, misturados com propriedades abandonadas, não é, de todo, atractiva para os turistas.

Entendemos que o esforço que tem sido feito pela autarquia e pelos agentes locais é da maior importância para o desenvolvimento do concelho em termos turísticos, mas também entendemos que a falta de determinadas premissas não tem permitido colher os frutos dos investimentos que têm sido feitos e que muito mais ainda se pode fazer.

No contexto das actuais políticas públicas (2007-2013) existem instrumentos de apoio, nomeadamente os Programas Operacionais Temáticos, o Programa Operacional Regional do Centro e os PROVERE, no âmbito do QREN e o PRODER, no âmbito do FEADER, com novas perspectivas de intervenção nos territórios de baixa densidade, cujas filosofias e dotações financeiras poderão constituir importantes oportunidades para o turismo no concelho de Miranda do Corvo.

Desta forma, é preciso repensar as estratégias que têm sido levadas a cabo de forma a melhorar a sua eficácia. É preciso planear.

Referências Bibliográficas

Fontes bibliográficas

- ADELINO, Luísa (2006) – *Gondramaz, um novo marco nas rotas do turismo* (inédito), Instituto de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- ADELINO, Luísa (2008) – *Dos recursos aos produtos turísticos – Relatório de Estágio* (inédito), Instituto de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- ADELINO, Luísa (2009) – *Políticas de Ordenamento do Território e Desenvolvimento: um olhar sobre as áreas de montanha de Portugal Continental* (inédito), Instituto de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- ADELINO, Luísa (2009) – *Plano Estratégico do concelho de Miranda do Corvo – Um contributo geográfico* (inédito), Instituto de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- AFN (Autoridade Florestal Nacional) – (2010) – *5º Inventário Florestal Nacional*.
- AMARO, Rogério (1998) – *O desenvolvimento Local em Portugal – As Lições do Passado e as Exigências do Futuro*, ISCTE.
- AMPIN (Associação de Municípios do Pinhal Interior Norte) – (2008) – *Programa Territorial de Desenvolvimento para a Região do Pinhal Interior Norte (2008-2013)*, Candidatura ao “Mais Centro – Contratualização com subvenção global.
- BARROS, J. da Cunha (2003) – *A projecção do quotidiano no turismo e no lazer: o lugar dos actores, dos contextos e dos paradigmas*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.
- BORGES, Maria do R. e LIMA, Susana (2006) – *O Turismo de Montanha: Abordagem Conceptual e Enquadramento do Produto*, in *Revista Turismo e Desenvolvimento*, coord. Universidade de Aveiro, Lousã.
- BRAGA, Isabel *et al.* (1996) – *Do velho falamos (tradições orais, usos e costumes)*, Câmara Municipal de Miranda do Corvo.

- CAETANO, Lucília (1987) – *Miranda do Corvo, “Museu vivo” da cerâmica de barro vermelho*, in revista Munda, n.º 13.
- CAPUCHO, Maria José e FRANCISCO, José Paulo (2010) – *Cultura, competitividade territorial e desenvolvimento sustentável: algumas considerações sobre o caso do Vale do Côa*, in Livro de Actas do IV Congresso de Estudos Rurais – Mundos Rurais em Portugal, Múltiplos Olhares, Múltiplos Futuros, Universidade de Aveiro.
- CARVALHO, Paulo (2003) - *Património cultural e iniciativas de desenvolvimento local no espaço rural*, in Território do Global ao Local e Trajectórias de Desenvolvimento, coord. Lucília Caetano, Centro de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- CARVALHO, Paulo (2005) – *Património Cultural e Trajectórias de Desenvolvimento em Áreas de Montanha. O exemplo da Serra da Lousã*. Dissertação de Doutoramento em Geografia apresentada à FLUC, Coimbra.
- CARVALHO, Armando Ferrão (2006) – Programa das Aldeias do Xisto: *Caminhos para o Turismo de Montanha*, in Revista Turismo e Desenvolvimento, coord Universidade de Aveiro, Lousã.
- CARVALHO, Paulo (2006) – *Património Cultural, ordenamento e desenvolvimento: Uma nova visão e valorização do Território*, in Cadernos de Geografia, Instituto de Estudos Geográficos e Centro de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, n.º 24/25.
- CARVALHO, Paulo e CORREIA, Juliana (2008) – *Turismo, património(s) e desenvolvimento rural: a percepção local da mudança*, comunicação apresentada no VII Colóquio Ibérico de Estudos Rurais – Cultura, Inovação e Territórios, Coimbra.
- CAVACO, Carminda (2007) – *Práticas e Lugares de Turismo*, in Desenvolvimento e Território: Espaços Rurais pós-agrícolas e Novos Lugares de Turismo e Lazer.
- CCDR-C (Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro) (2003) – *Aldeias do Xisto. Afirmar uma Identidade* (revista de acompanhamento do Programa das Aldeias do Xisto, 2000-2006), Coimbra.
- CCDR-C (Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro) – (2007) – *Programa Operacional da Região Centro – PO Centro – Relatório de Execução 2006*, Coimbra.
- CMMC (Câmara Municipal de Miranda do Corvo), (1987) – *Plano de Turismo do Concelho*, Miranda do Corvo.
- CMMC (Câmara Municipal de Miranda do Corvo), (1993) – *Plano Director Municipal*, Miranda do Corvo.
- CMMC (Câmara Municipal de Miranda do Corvo), (2001) – *Plano da Aldeia do Gondramaz*, Miranda do Corvo.

- CORREIA, Juliana Bento (2009) – Turismo, património e desenvolvimento em ambientes de montanha: o exemplo do Piódão (Cordilheira Central), Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- COSTA, Vítor (2007) – *O Tejo como produto turístico*, Lisboa, in <http://www.artigonal.com/marketing-artigos/porto-seguro-um-produto-turistico-1301090.html>.
- CRISTÓVÃO Artur, et al. (2004) – *O Espaço Rural e os Novos Instrumentos de Intervenção Territorializada: o Caso da AIBT Douro*, Dep. De Economia e Sociologia/Centro de Estudos Transdisciplinares para o desenvolvimento.
- CRISTÓVÃO, Artur (2007) – *Trabalho Apresentado no Seminário sobre “EQUAL Mountain Opportunities”, Wojtowice, Poland, October 17-19, 2007 Áreas de Montanha: tão críticas, tão sensíveis, tão subestimadas*, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Departamento de Economia, Sociologia e Gestão, Vial Real, Portugal.
- CUNHA, Licínio (2003) – *Introdução ao Turismo*, Lisboa, Editorial Verbo.
- DGOTDU (Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano) – (2007) – *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, Programa de acção*, Lisboa.
- DGOTDU (Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano) – (2007) – *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, Relatório*, Lisboa.
- DGRF (Direcção Geral dos Recursos Florestais) – (2005) – *Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Norte (PROF PIN)*.
- DINIS, Gorete, et al. (2010) – *O papel dos Grupos de Acção Local (GAL) no desenvolvimento do turismo em áreas rurais em Portugal*, in Livro de Actas do IV Congresso de Estudos Rurais – Mundos Rurais em Portugal, Múltiplos Olhares, Múltiplos Futuros, Universidade de Aveiro.
- FERNANDES, Gonçalo (2004) – *Percepções e Significados dos Espaços de Montanha: Da Desarticulação Produtiva à Revalorização Eco-Cultural*, Deptº. de Ciências Sociais e da Natureza, ESEG – IPG.
- FERNANDES, Gonçalo Poeta (2010) – *Perspectivas de Gestão e Políticas de Valorização do Território na Cordilheira Central*, in Livro de Actas do IV Congresso de Estudos Rurais – Mundos Rurais em Portugal, Múltiplos Olhares, Múltiplos Futuros, Universidade de Aveiro.
- FERNANDES, João Luís (2003) - *Dinâmicas de desenvolvimento, territórios e áreas protegidas. Breve reflexão para o caso português*. in CAETANO, Lucília (coord.): Território, do Global ao Local e Trajectórias de Desenvolvimento. Coimbra, Centro de Estudos Geográficos.

- FERNANDES, João Luís e CARVALHO, Paulo (2003) - *Património, memória e identidade: repensar o desenvolvimento*. in CAETANO, Lucília (coord.): Território, Ambiente e Trajectórias de Desenvolvimento. Coimbra, Centro de Estudos Geográficos.
- FIDÉLIS, Teresa (2001) – *Planeamento Territorial e Ambiente. O caso da envolvente à Ria de Aveiro*, Cascais, PRINCIPIA.
- FONSECA, Carlos, et al. (2006) – *Potencialidades Eco-cinegéticas da Serra da Lousã*, in Revista Turismo e Desenvolvimento, coord Universidade de Aveiro, Lousã.
- FONSECA, Fernando P. e RAMOS, Rui A. R. (s/d) – *Potenciar o Desenvolvimento turístico a partir de um processo de planeamento estratégico de marketing: o caso de Almeida*, in Revista Portuguesa de Estudos Regionais, n.º5, coord. APDR..
- FONSECA, Fernando P. e RAMOS, Rui A. R. (2008) – *O turismo como panaceia para inverter o declínio dos espaços rurais? O caso de Almeida*, in Actas do III Congresso de Estudos Rurais, (III CER), Faro, Universidade do Algarve.
- FONTES, António (2006) – *A Serra da Lousã: A afirmação de um Destino Turístico Emergente*, in Revista Turismo e Desenvolvimento, coord Universidade de Aveiro, Lousã.
- ICN (Instituto de Conservação da Natureza) (2000-2006) – *Turismo de Natureza, Enquadramento Estratégico*. Parque Natural da Serra da Estrela.
- IFADAP (Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas) – (2001) – *Circular Zonas Desfavorecidas n.º 10/2001* (Anexo XX).
- INE (Instituto Nacional de Estatística) – (2009) – *Anuário Estatística da Região Centro*.
- INE (Instituto Nacional de Estatística) – (1991) – *Recenseamento Geral da população*.
- INE (Instituto Nacional de Estatística) – (2001) – *Recenseamento Geral da população*.
- JESUS, Lúcia et al. (2008) – *A oferta do turismo no espaço rural – estudo de caso da região de Dão-Lafões* – Comunicação apresentada no VII CIER – Cultura, Inovação e Território, Coimbra
- KASTENHOLZ, Elisabeth (2006) – *O Marketing de Destinos Turísticos – o seu significado e potencial, ilustrado para um Destino Rural*, in Revista Turismo e Desenvolvimento, coord. Universidade de Aveiro, Lousã.
- MADRP (Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas), (2009) – *Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural 2007 – 2013*, Lisboa.
- MAOTDR (Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional), (2008) – *PROVERE, Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos, das ideias à acção: Visão e Parcerias*, Lisboa.
- MARQUES, Alfredo (2008) – *Dinamização dos Territórios de Baixa Densidade, a experiência da Região Centro*.
- MENDES, Américo (1997) – *Associações de Desenvolvimento Local e Financiamentos Públicos*.

- MENEZES, Francisco (s/d) – *O turismo como agente de desenvolvimento local – um estudo de caso do Vale do Lima*.
- MEI (Ministério da Economia e da Inovação) – (2007) – *Plano Estratégico Nacional do Turismo – Para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal*, Turismo de Portugal, ip, Lisboa, 2007.
- MEI (Ministério da Economia e da Inovação) – (2008) – *Conta Satélite do Turismo – Turismo: Actividade económica 2000-2007*, Turismo de Portugal, ip, Lisboa.
- MORENO, Luís (2002) – *Desenvolvimento Local em Meio Rural. Caminhos e Caminhantes*. Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana apresentada à FLUL, Lisboa.
- MONTEIRO, Maria Lúcia e CARVALHO, Filipe (2006) – *O Turismo no Espaço Rural e a intervenção da Direcção Regional da Economia do Centro*, in *Revista Turismo e Desenvolvimento*, coord Universidade de Aveiro, Lousã.
- OLIVEIRA, João da Silva (2009) – *Turismo, mola propulsora da economia local: um estudo de caso em Porto Seguro*, Porto Seguro.
- OMT (Organização Mundial do Turismo), (1999) – *Código da Ética Mundial do Turismo*, Santiago do Chile.
- PAIS, Catarina e GOMES, Bruno (2008) – *O Espaço Rural no âmbito das Políticas de Desenvolvimento – O Caso do Pinhal Interior*, in VII Colóquio Ibérico de Estudos Rurais – Cultura, Inovação e Território, Coimbra.
- PARTIDÁRIO, Maria do Rosário (1999) – *Introdução ao Ordenamento do Território*. Lisboa, Universidade Aberta.
- PAUL, José Joaquim das N. (2006) – *Potencialidades Turísticas da Serra da Lousã*, in *Revista Turismo e Desenvolvimento*, coord Universidade de Aveiro, Lousã.
- PAULO, Wilson (1998) – *Mira e Anda*. Miranda do Corvo.
- PEREIRA DE OLIVEIRA, José Manuel (2000) – “*Ideias e Cultura do Plano*”: *o Ordenamento do Território na perspectiva dos espaços urbanos*, in M.^a Júlia FERREIRA (coord.) - *Pensar o Ordenamento Territorial: Ideias, Planos, Estratégias* (Actas do Seminário); Lisboa, Universidade Nova.
- PEREIRA, M. Teresa (2006) – *Os caminhos do xisto na Serra da Lousã (Corredor ecoturístico Miranda do Corvo – Lousã – Góis)*.
- PINUS VERDE – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO (2006) – *Aldeias do Xisto – Um novo Destino no Centro de Portugal*, in *Revista Turismo e Desenvolvimento*, coord Universidade de Aveiro, Lousã.
- RODRIGUES, António, M. C. (2005) – *Da Arte de Miranda – Para uma Monografia de Miranda do Corvo* – Miranda do Corvo, edição da Câmara Municipal, Tipografia Lousanense.

- RODRIGUES, Arlete (2007) – *Planeamento do Centro de Interpretação e Exposição Rural de Vila Nova (CIER) “ A PORTA DA SERRA ”* – Relatório de Estágio I, Licenciatura em Eco-Agroturismo, IPC, Coimbra.
- RODRIGUES, Áurea (2006) – *Os Trilhos Pedestres como uma Actividade de Lazer, Recreio e Turismo – Uma Análise Exploratória*, in *Revista Turismo e Desenvolvimento*, coord. Universidade de Aveiro, Lousã.
- RODRIGUES, Nancy (2003) – *Chanfana: da Tradição à Realidade Histórica* (texto para publicação em “O Mirante”), Miranda do Corvo.
- ROMÃO, Paulo (2006) – *Turismo e Desenvolvimento Local: Uma iniciativa da Aldeia Histórica de Marialva*, in *Revista Turismo e Desenvolvimento*, coord Universidade de Aveiro, Lousã.
- SOUTO, Ana (2006) – *ELOZ de Serra e de Rio e de Elos que se querem Laços! Apresentação de uma abordagem à Serra da Lousã, na perspectiva de quem a sente e assume como um projecto de vida*, in *Revista Turismo e Desenvolvimento*, coord. Universidade de Aveiro, Lousã.
- SPI (Sociedade Portuguesa de Inovação) – (2006) – *Programa Director de Inovação, Competitividade e Empreendedorismo para o Município de Miranda do Corvo (PD-ICE Miranda do Corvo)*, SPI.
- SPI (Sociedade Portuguesa de Inovação) – (2010) – *Plano de Acção do Concelho de Miranda do Corvo – Elaboração da Agenda 21 Local para o Pinhal Interior Norte*, SPI.
- VIEIRA, Catarina e FIGUEIREDO, Elisabete (2010) – *Juntar a fome à vontade de comer. Ligação entre o turismo rural e os produtos agro-alimentares regionais da Serra da Estrela*, in *Livro de Actas do IV Congresso de Estudos Rurais – Mundos Rurais em Portugal, Múltiplos Olhares, Múltiplos Futuros*, Universidade de Aveiro, 2010.

Legislação

- AR (Assembleia da República (1985) - *Lei n.º 13/1985 – Lei do Património Cultural Português*.
- AR (Assembleia da República), (2001) – *Lei n.º 107/2001 – Lei do Património Cultural Português*.
- UE (União Europeia), (1988) – *Directiva do Conselho de 14 de Julho de 1986 relativa à lista comunitária das zonas agrícolas desfavorecidas na acepção da Directiva 75/268/CEE (Portugal) (86/467/CEE)*, Bruxelas.

Publicações Periódicas

CMMC (Câmara Municipal de Miranda do Corvo) - *Agenda Cultural e Desportiva do Concelho de Miranda do Corvo* – 2007 a 2008.

Jornal “o Mirante” – Miranda do Corvo, 1979 a 1990.

PINUS VERDE – *Aldeias do Xisto: Programa das Aldeias do Xisto*, nº 4, 2004.

PINUS VERDE – *Aldeias do Xisto: A descoberta começa aqui*, série II, nº 1, 2005.

PINUS VERDE – *Aldeias do Xisto: A descoberta começa aqui*, série, II, nº 2, 2006.

Sítios consultados

<http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leader2/rural-pt/euro/p1-0.htm>.

http://ec.europa.eu/enterprise/services/tourism/forum_algarve_2007.htm.

http://ec.europa.eu/enterprise/sevices/tourism/index_en.htm.

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:31989D0133:PT:HTML..>

http://europa.eu/legislation_summaries/regional_policy/provisions_and_instruments/g24208_pt.htm.

<http://lojadosrfalcao.blogspot.com/>.

<http://www.ccdrc.pt> (Consultado em 2010).

<http://www.eumed.net/rev/turydes/06/ajb.htm>.

<http://www.icep.pt/portugal/turismo.asp> (consultado em 2006).

<http://www.ifap.min-agricultura.pt/>.

http://www.ifadap.min-agricultura.pt/ifadap/legislacao/docs/circulares/2001/CC_07_2001.pdf
(consultado em 2009).

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main.

<http://www.leader.pt>.

http://www.millenniumbcp.pt/multimedia/archive/00417/Regioes_Interior_417497a.pdf.

<http://portal.icnb.pt>.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Turismo#Idade_Moderna.

<http://www.sindegtur.org.br/2006/glossario.asp>.

<http://www.proder.pt>.

<http://www.qca.pt>.

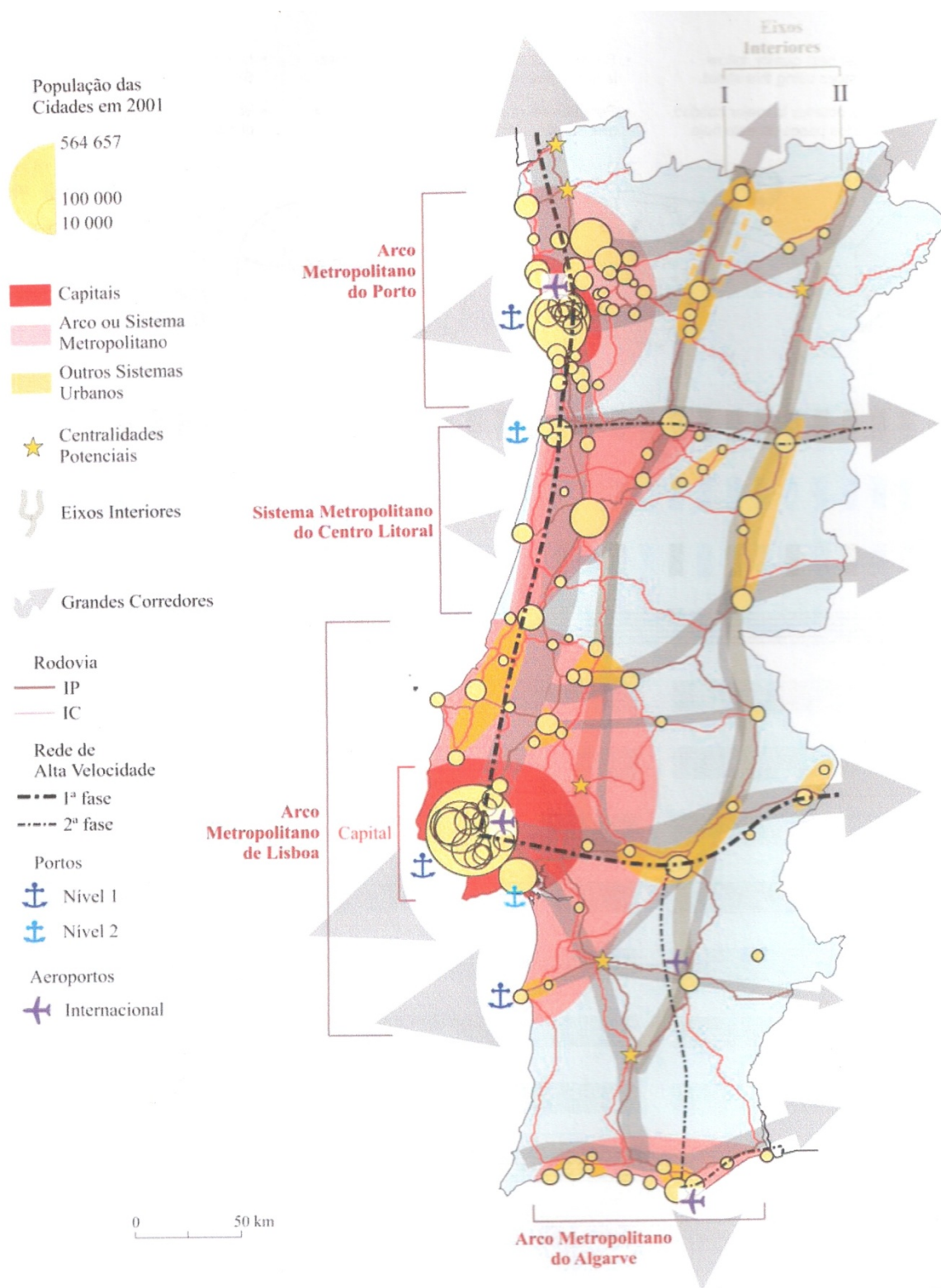
<http://www.qren.pt..>

<http://www.quintadapaiva.pt/>.

<http://www.turismocultural.net/tc/>.

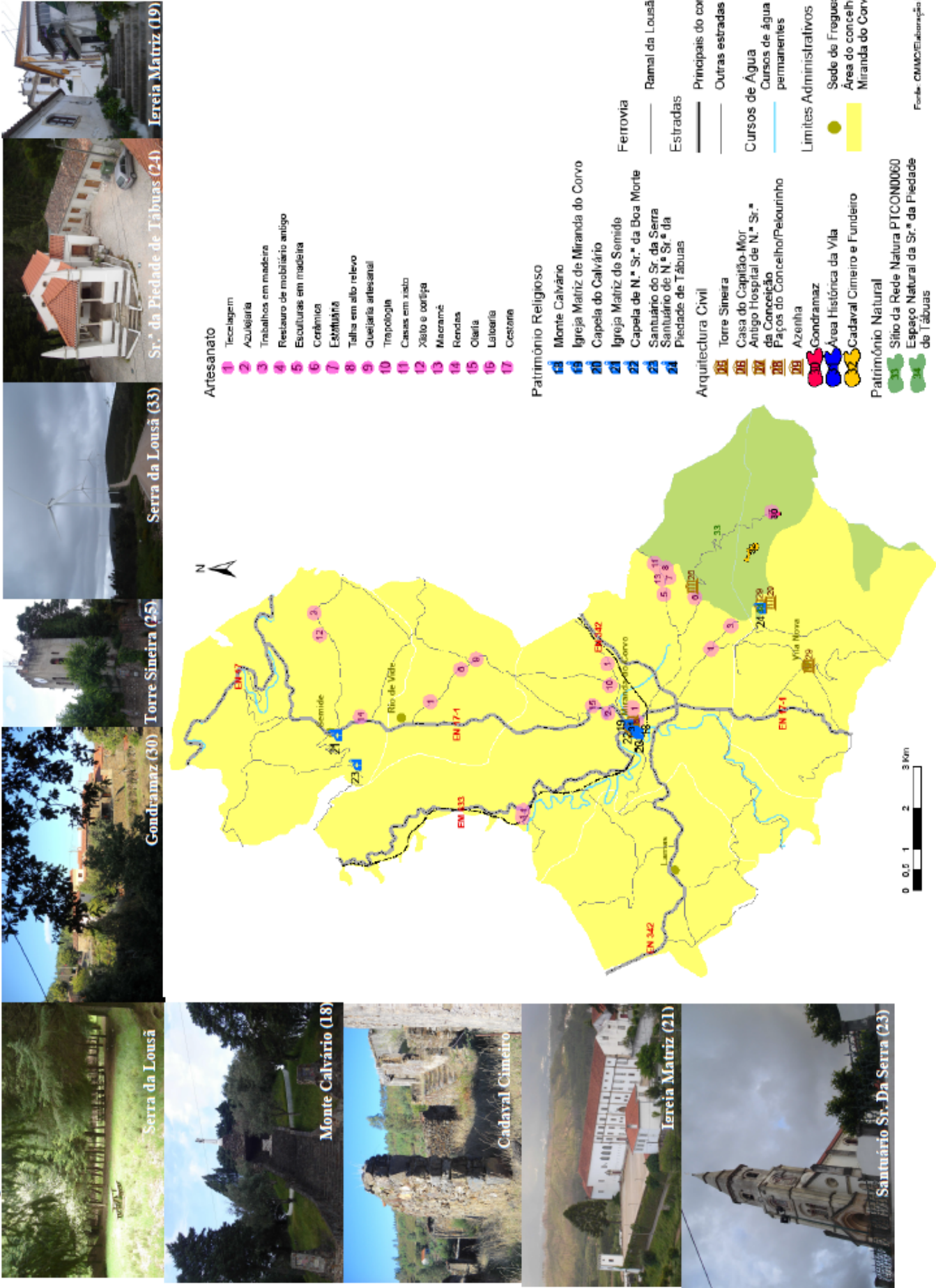
Anexos

ANEXO 1: Figura IV – Sistema urbano e acessibilidades em Portugal

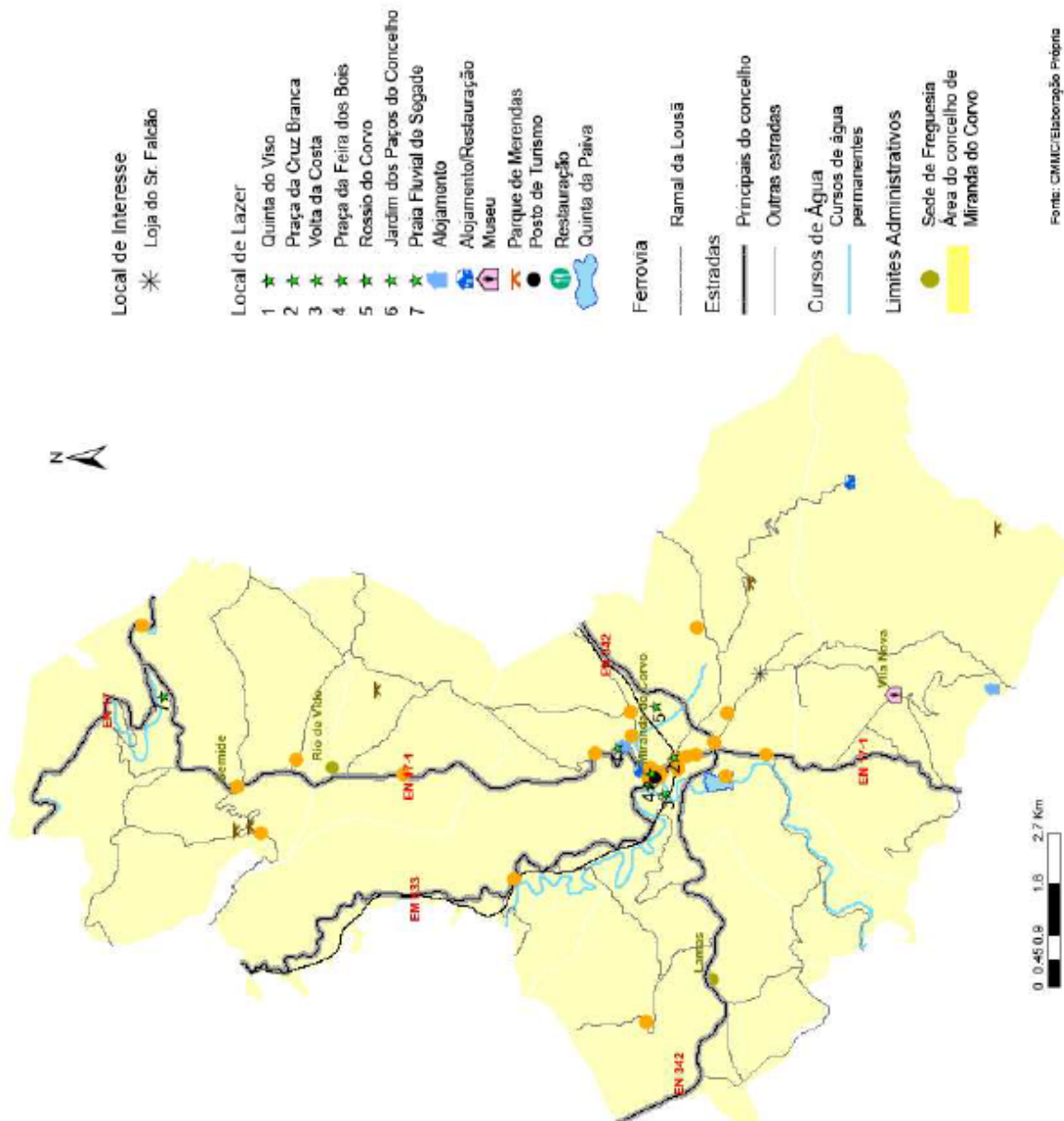


Fonte: PNPOT, 2007

Anexo I: Figura I – Recursos turísticos do concelho



Anexo 1: Figura II – Equipamentos de apoio ao turista



Anexo 1: Figura III – Quinta da Paiva



Anexo 2: Documento I – Canções de Roda

A Amendoeira

(Sempre a andar de roda, cada um com o seu par)

Ó amendoeira
Qu' é dela a tua rama
Por causa de Ti
Anda o meu amor em fama

Se ele anda em fama
Deixá-lo andar
Em água de rosas
Me hei-de lavar
Me hei-de lavar
Meu verde, ó limão
Cantar é que sim
Chorar é que não

Chorar é que não
Cantar é que sim
Saudades são flores
Que se apanham no jardim

Que se apanham no jardim
Que se apanham na roseira
Vamos agora dançar
A moda da amendoeira

(Fonte: BRAGA, 1996)

Menina da blusa branca

(Uma menina no meio da roda e cantam)

Menina da blusa branca
É que tudo lhe está bem
À menina... está melhor
Que a ninguém

A melhor que ninguém
Ou por dentro ou por fora
O menino...
É quem ela namora

(Vai o rapaz para dentro)

É quem ela namora
É quem ela namora
Ao sair da escola
Uma carta lhe entregou

Uma carta lhe entregou
Muito bem entregadinha
Salta olaré
Esta carta já é minha

(batem todos palmas enquanto o par de dentro da roda dança)

(Fonte: BRAGA, 1996)

Canção de roda

Figueira, ó figueira
Não sei que figueira és
Figueira que não dá figos
Hei-de-lhe cortar o pé

Bateu, bateu o rapaz da
tamanquinha
Meia volta que dás ao par
A menina há-de ser minha

Lá vai pelo mar dentro
Um rapaz que nem um cravo
Tem a fama de valente
Vai morrer ao mar sagrado

(Fonte: BRAGA, 1996)

Anexo 2: Documento II – Lendas de Miranda do Corvo

Lenda da origem do topónimo de Miranda do Corvo

Existe uma quadra sobre a origem do nome de Miranda do Corvo que faz parte do imaginário de gerações de mirandenses:

Diz a lenda Mira e Anda

Foi alguém que aqui passou

Deste nome não gostou

E mudou-o p'ra Miranda

Sempre se considerou que ela fazia parte de um poema mais extenso que se terá perdido. No entanto também é possível que esta se trate de uma quadra isolada.

Admitir que o topónimo Miranda resulta da justaposição das palavras que formam a expressão “mira e anda”, não passa de uma interpretação popular que a tradição oral perpetuou porque se assim fosse, seria então dada a mesma explicação para o topónimo de Miranda do Douro e inclusive, para outros países da Europa (Mirande – França, Miranda del Ebro – Espanha, Mirândola – Itália). E ainda seria de admitir que localidades como Mirandela e Mirandilla (Espanha) seriam os diminutivos derivados de Miranda.

Como em todos os países onde se falam línguas latinas, presume-se que a etimologia dos vários topónimos apresentados tem a mesma origem. Miranda terá o seu étimo em “*mirandus*” que significa atalaia, vigia, mirante.

De facto, recuando no tempo, encontramos no ponto mais alto no Monte do Calvário a Torre de Menagem do Castelo. Pela encosta abaixo estendiam-se as muralhas e entre estas e por elas protegidas, ficava o casario. Reza a tradição que um túnel ligava o castelo ao rio Alhedra na zona da Volta da Costa para que, em caso de cerco, os sitiados pudessem ter acesso à água. Nunca se encontrou qualquer indício da sua existência, mas é perfeitamente possível e lógico que tivesse existido.

A parte baixa da povoação, onde se encontra hoje a zona histórica e principal da vila, incluindo a Praça José Falcão, seria então constituída por hortas e pomares. A actual avenida Belisário Pimenta outrora chamava-se Areal e ficava ao nível do rio Alhedra. Antes da construção do paredão nesta área, o Areal era constituído por uma extensão de terreno, mais ou menos plana, coberta por uma vegetação rala e, apesar do nome, com mais cascalho do que areia.

Do lado da Praça José Falcão, conhecida naquele tempo como “a Feira”, onde se realizava o mercado semanal, o paredão já é muito mais antigo.

Nesta altura a estrada real passava perto do centro da vila. Esta estrada era uma importante via de comunicação e por ela viajava toda a espécie de gente, desde membros do clero e da nobreza, até aventureiros e criminosos. É, pois, natural que estes viajantes se abeirassem do rio, especialmente no verão. É também natural que os criminosos pilhassem tudo o que podiam das hortas e capoeiras existentes, sendo por isso hostilizados pela população local. Não teriam, portanto, outra alternativa que não fosse “mirar e andar”. Terão sido eles que apelidaram Miranda de “Mira e Anda”? Esta é uma questão que fica em aberto.

(Fonte: PAULO, 1998)

Lenda da fundação do Santuário de N.ª Sr.ª da Piedade

A três quilómetros a Este da vila de Miranda do Corvo está o Santuário e casas de Nossa Senhora da Piedade (vulgo capela do Vale da Piedade), situada na garganta de duas serras e onde nos meses de Agosto e Setembro ocorrem infinitos romeiros e duas bandeiras de Coimbra, uma que sai de São João de Almedina e outra vulgarmente chamada do Teodoro, que sai da igreja de Santa Ana.

Fica este santuário próximo do lugar de Tábuas e junto a ele passam duas ribeiras, que fazem o sítio muito fresco e ameno no Verão.

O sítio onde se edificou a capela da Senhora da Piedade tinha antigamente o nome de Malhadinha e a ela vinha Domingos Pires (um rico lavrador, senhor de muitas terras e muitos gados, que residia na proximidade do santuário) esperar o regresso dos seus gados.

Diz a lenda que a Senhora apareceu a este venturoso lavrador, por varias vezes sobre um penhasco, numa gruta que ainda hoje existe na encosta fronteira ao referido sítio da Malhadinha.

Tratou logo Pires de edificar uma casa à Senhora, sob o título de Senhora da Piedade e depois de construída a capela foi a Coimbra, onde então havia bons escultores, para encomendar a imagem, representando o transe doloroso e que tinha o seu divino filho morto nos braços.

Chegou à cidade ao antigo convento de Santa Clara, que está junto à ponte e ali se foi hospedar numa casa que devia ser hospedaria.

Pouco tempo depois de ali chegar, entraram dois formosíssimos mancebos que perguntando-lhe o motivo da sua ida a Coimbra e sabido por eles, disseram a Pires que eram escultores e que se lhes quisesse encomendar a imagem não ficariam descontentes, e que mesmo tinham já feito algumas imagens, que lhas trariam para escolher, ao que Pires acedeu.

No dia seguinte chegaram os dois escultores com uma perfeitíssima imagem da Santíssima Virgem da Piedade, que mais parecia obra de anjos que de homens e exactamente igual à que lhe tinha aparecido na Malhadinha.

Ficou Pires muito satisfeito sem querer ver mais nenhuma imagem e perguntou logo quanto custava. Disseram os mancebos que ficasse com a imagem e que no dia seguinte viriam tratar do ajuste, mas não vieram e Pires andou buscando dois dias pela cidade sem deles poder obter a menor notícia nem na hospedaria houve quem os visse entrar ou sair.

Ao fim de dois dias infrutíferos de busca assentou Pires que os dois pretendes escultores eram anjos que lhe tinham dado a imagem e tratou de a levar para a sua capela para o que fretou um barco que a levou Mondego acima até ao lugar de Ceira e ali a colocou num carro seu levando-a para casa até se concluir o seu altar.

Foi um dia de grande festa o da colocação da imagem na capela.

E esta grande e bonita tem o altar-mor onde está a padroeira em um oratório envidraçado. A capela-mor é fechada por umas belas grades de pau-santo que lhe mandou fazer o prior do Salvador de Miranda. Tem duas capelas laterais, uma de São João Baptista e outra de Santo António. Fora da porta da capela e junto a ela está um alpendre levantado sobre colunas de pedra e nele o Púlpito. Era anexa à igreja de Miranda cujo prior apresentava ali um capelão, para tratar da capela, dizer missa e receber as ofertas.

Tinha a Senhora três lâmpadas de prata e fora uma muito antiga que fora desfeita, quatro grandes castiçais, duas coroas, turíbulo, naveta e várias outras peças do mesmo metal, ricos ornamentos e teve uma preciosa casula debruçada de ouro e bordada com as armas do Duque de Aveiro que lhe deu a Duquesa do mesmo título. As religiosas de hoje abandonando o Convento de Jesus de Aveiro, tinham grande devoção a esta Senhora e lhe costumavam mandar lindos ramos de flores para o seu altar.

(Fonte: Comissão de melhoramentos do Santuário de Nossa Senhora da Piedade, Tábuas, Miranda do Corvo
– cópia do livro Portugal antigo e moderno, s/d)

Lenda dos Lobos da serra

Há muitos anos a serra da Lousã encontrava-se povoada por alcateias, e como o pastoreio era uma actividade muito importante nesta zona, as pessoas tinham medo dos e frequentemente andavam acompanhadas por cães, que pressentiam a presença dos lobos. Assim conseguiam evitar confrontos que por vezes podiam ser fatais, quer para os rebanhos, quer para o próprio ser humano.

Diz uma lenda que havia um rapaz que namorava uma jovem de uma aldeia vizinha, que ficava a alguns quilómetros da dele, contra a vontade dos pais. Para o impedir de namorar, os pais do jovem fecharam o cão que normalmente o acompanhava pela serra. Mesmo assim ele, em segredo, pegou em palha, colocou-a no seu lugar na cama e foi

namorar. A mãe, convencida de que o volume debaixo da manta era o seu filho a dormir, foi deitar-se descansada. Durante a noite teve um pesadelo em que o seu filho tinha sido atacado por um lobo e acordou. Sobressaltada foi procurar o filho e depressa constatou que ele não estava na cama. Então soltou o cão para o procurar. Quando o encontraram já só restavam as pernas dentro das botas.

Ninguém se lembra da última vez que viu um lobo, provavelmente com a evolução do tempo este tenha entrado em declínio e, por fim, tenha sido extinto nesta zona da serra.

(Fonte: Adaptado de CMMC, 2001)

Anexo 2: Documento III – Jogos tradicionais

Jogo do pião: cada pessoa tem um pião a rodar dentro de um círculo e o último é lançado para tentar afastar os outros piões desse círculo, acertando-lhes. Por vezes chega a rachar os outros. Também pode ser pegado após o lançamento e deixado perder a rotação na palma da mão.

Jogo da macaca: atira-se a malha (objecto de forma achatada) para dentro dos quadrados, seguindo-se sempre uma ordem: cabeça (pescoço), braços, barriga e pernas. Sempre que se falha, dá-se a vez a outro jogador. Isto faz-se até chegar às «pernas». O jogo continua atirando-se a malha de costas e finalmente com ela em cima do pé.

Jogo da corda (1): consiste em saltar sobre uma corda em movimento, evitando tocar-lhe. À medida que o jogo decorre aumenta o grau de dificuldade dos jogadores, elaborando manobras mais difíceis e aumentando a velocidade de circulação da própria corda.

Jogo do bicho: material necessário – botões ou moedas de tostão, um taco de madeira ou um carrinho de linhas vazio, um pataco (moeda antiga de pouco valor), na ausência do pataco um botão. Cada elemento do jogo mune-se de um pataco e botões ou tostões. Coloca-se o bicho (taco de madeira) a uma distância considerável dependendo da idade dos elementos do jogo, cada um atira o seu pataco ao bicho para se apurar o rei (o primeiro elemento a jogar, aquele que conseguir ficar mais perto do bicho é o rei). Cada jogador põe um botão em cima do bicho e na sua vez atira-se o pataco de forma a atingir o bicho para que os botões caiam. Aquele que conseguir mede a distância entre o pataco e os botões e entre o bicho e os botões. Os botões que estiverem mais perto do pataco pertencem ao jogador (dono do pataco), os que estiverem mais perto do bicho são deste e o jogador continua até não haver botões. Ganha o elemento que obtiver maior número de botões.

Jogo do arranca-te nabo: as crianças colocam-se em filas aninhadas e com as mãos na cinta formando «asas» com os braços. Vem uma criança por detrás e tenta «arrancar» puxando pelos braços uma a uma as crianças aninhadas que cada uma por sua vez faz força para não ser arrancada. A criança que tenta arrancar os nabos diz: - «Arranca-te nabo que já estás criado».

Jogo do mata: definem-se três linhas onde estavam, respectivamente, um indivíduo da equipa A (o morto), vários jogadores da equipa B, jogadores da equipa A e o «morto» da equipa B. Circulando uma pequena bola de lona entre os dois campos com a mesma letra, tenta-se lançar a bola contra a equipa adversária e «matar», isto é, acertar em um dos jogadores adversários que irá, após isso, fazer companhia ao «morto».

Jogo do frade: coloca-se três paus ao alto que podem ser ramos de uma árvore. Os paus são colocados formando uma pirâmide que se assemelha ao capuz de um frade e daí o seu nome. Podem jogar dois jogadores. Um é colocado ao pé do frade e o outro a uma distância a determinar. O jogador que está a uma certa distância tem uma malha (pedra do rio e de forma achatada e redonda) que deverá atirar para derrubar o frade, mas antes diz: Quem derruba o frade? O outro responde: Está cá gente! O primeiro pergunta novamente: Quem o derrubou? E o outro responde: Ficou todo contente. Dito isto atira a malha. Se derrubar o frade, foge e o outro vai atrás dele tendo que o agarrar e trazer às costas até ao pé do frade. Depois trocam e começa novo jogo.

Jogo do botão: é necessário um fito (pedra pontiaguda em forma de triângulo), uma malha para cada jogador e botões. Primeiro determina-se a ordem de jogada. Depois coloca-se o fito a certa distância e cada jogador coloca o botão em cima do fito. Pela ordem estabelecida, cada jogador tenta derrubar o fito. Os botões pertenceriam ao jogador cuja malha ficasse mais próxima do botão, desde que o fito não esteja mais próximo do botão. Neste caso jogaria outro jogador, tentando aproximar a malha do botão ou botões ainda não apanhados e assim sucessivamente.

Jogo do lenço: duas equipas atribuem a cada elemento um número que permanece em segredo. Define-se um espaço e, ao centro deste, um elemento alheio às equipas segura um lenço com o braço esticado. Quando este anuncia um número, o elemento referente de cada equipa corre para o lenço e tenta alcançá-lo primeiro que o adversário.

Jogo da pitorra: joga-se com uma espécie de peão feito em madeira. Em cada face do pião estão inscritas iniciais: R-rapa; T-tira; D-deixa; P-põe. É jogado com botões ou feijões. Os botões são em número igual para todos e previamente combinam quantos põem e joga-se consoante a letra que sai. O jogo termina quando um jogador fica com os botões todos.

Pau de sebo: ergue-se um pau com uma certa espessura num espaço aberto, colocando-lhe sebo (gordura animal, normalmente de porco) que o torna extremamente escorregadio. Quem o conseguir subir ganha o prémio que estiver na sua ponta.

Jogo da péla: atira-se a péla (bola de farrapos) a um caixote que se encontra a uma distância aproximada de 50 metros. Quem acertar no caixote ganha e sai do grupo. O último a ficar perde.

Jogo do prego: delinea-se uma área, normalmente um grande círculo, em terreno relativamente mole. Depois, cada jogador, na sua vez, munido do seu prego (altos, de barrote) começa por conquistar um «território». Pode ir avançar lançando o prego e criando uma linha imaginária. A distância entre cada lançamento nunca pode ser superior ao tamanho do pé do jogador. Sempre que o prego não espetar no terreno, o jogador perde a sua vez e dá-a a um dos adversários. Ganha quem conquistar a totalidade do círculo previamente definido.

Jogo das pedrinhas: com um pau de giz faz-se um círculo no chão e aí dispõem as cinco pedrinhas. Apanham a primeira pedra e as seguintes são apanhadas enquanto se atira ao ar a que se tem na mão. Primeiro é apanhada na palma da mão, depois com as costas da mão.

Jogo da malha: com uma malha (caco, pedra achatada) tenta-se avançar por «casas» (quadrados desenhados a giz no chão), lançando-a para dentro dessas «casas» sem «pisar o risco» (os seus limites). Após isto salta-se ao pé coquinho de casa em casa, excepto na que contém a malha e, na volta, sempre ao pé coquinho, recolhe-se a malha e acaba o percurso. Em seguida passa-se à próxima «casa».

(Fonte: Adaptado do Arquivo CMMC s/d)

Índice de Figuras

	<i>Página</i>
Figura 1: Síntese de alguns factores que contribuíram para a transformação de áreas rurais	17
Figura 2: Exemplo de cartografia representativa das áreas de montanha	24
Figura 3: Exemplo de cartografia representativa das áreas de montanha	26
Figura 4: Enquadramento geográfico do concelho de Miranda do Corvo	40
Figura 5: Estado de conservação dos cursos de água	42
Figura 6: Variação da população por freguesia em Miranda do Corvo, entre 1991 e 2001	48
Figura 7: Pirâmide etária de Miranda do Corvo	50
Figura 8: População empregada por sector de actividade (CAE REV. 3) em 1991 e 2001	51
Figura 9: Importância relativa da população que entra e que sai no concelho em 2001	52
Figura 10: Movimentos pendulares (interacções concelhias superiores a 200 habitantes), 2001	52
Figura 11: Aldeia do Gondramaz	62
Figura 12: Aldeia do Cadaval	63
Figura 13: Espaço natural na envolvente da Sr. ^a da Piedade de Tábuas	66
Figura 14: Pormenor do interior da Loja do Sr. Falcão	70
Figura 15: Pormenor do percurso pedestre acessível do Gondramaz	74
Figura 16: Centro de BTT do Gondramaz	76

Índice de Quadros

	<i>Página</i>
Quadro 1: Espécies arbóreas existentes no concelho de Miranda do Corvo	43
Quadro 2: Espécies arbustivas e herbáceas do concelho	44
Quadro 3: Espécies de fauna existentes no concelho	45
Quadro 4: População residente no Pinhal Interior Norte, entre 1960 e 2001, por concelho	49
Quadro 5: Síntese da análise SWOT feita ao concelho de Miranda do Corvo	57
Quadro 6: Festas religiosas de Miranda do Corvo	61
Quadro 7: Feiras/eventos do concelho de Miranda do Corvo	72

Índice Geral

	<i>Página</i>
Agradecimentos	3
Resumo	4
Abstract	5
1. Introdução	6
2. Turismo, planeamento e desenvolvimento sustentável	8
2.1. Os pilares fundamentais do desenvolvimento sustentável	10
2.2. O turismo como caminho para o desenvolvimento dos territórios de baixa densidade: as áreas de montanha	15
2.2.1. Tendências evolutivas do turismo e dos turistas	15
2.2.2. Significado actual do turismo	17
2.2.3. Os territórios de baixa densidade inseridos em áreas de montanha	21
2.2.3.1. Políticas públicas de apoio financeiro	28
2.3. A importância do planeamento turístico	34
4. Caminhos para o desenvolvimento do turismo – Análise do concelho de Miranda do Corvo	39
3.1. Retrato territorial do concelho	39
3.1.1. Enquadramento e características geográficas	39
3.1.2. A organização do espaço e as dinâmicas demográficas e geo- económicas	46
3.1.3 Análise SWOT	53
3.2. Recursos e Produtos turísticos	58
3.2.1 Dos recursos...	58
3.2.1.1 Património cultural	59
3.2.1.1.1. Património material	59
3.3.1.1.2. Património imaterial	64
3.3.1.2. Património natural	66

3.3.1.3. Equipamentos e infra-estruturas de apoio à actividade turística	67
3.3.1.4. Agentes locais de dinamização cultural	71
3.2.2 ... aos produtos turísticos	72
3.3. Estratégias e planos para o Turismo em Miranda do Corvo: criar novas centralidades	76
3.3.1. Antes de 2000	76
3.3.2. Depois de 2000	82
3.3.3. Projectos para o futuro	84
4. Conclusão	90
Referências bibliográficas	94
Anexos	101
Anexo 1: Figura I – Recursos turísticos do concelho	102
Figura II – Equipamentos de apoio ao turista	103
Figura III – Quinta da Paiva	104
Figura IV – Sistema urbano e acessibilidades em Portugal	105
Anexo 2: Documento I – Canções de roda	106
Documento II – Lendas de Miranda do Corvo	107
Documento III – Jogos tradicionais	110
Índices	113
Índice de Figuras	113
Índice de Quadros	114
Índice Geral	115

